

**ANEXO 2**  
**REQUERIMENTO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM	
Nome Fantasia: RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM	
CNPJ: 25.372.073/0001-35	
Endereço de Sede: RUA 15 DE JANEIRO	Nº. 167
Bairro: CENTRO	CEP: 46.930-000
Município: PALMEIRAS	UF: BA
Nome do representante legal:	ALINE MARTINS SANTOS
Endereço eletrônico (e-mail)	abertcomsei@gmail.com

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	
Endereço: RUA 15 DE JANEIRO	Nº. 167
Bairro: CENTRO	CEP: 46.930-000
Município: PALMEIRAS	UF: BA

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE	
Endereço: RUA JAZON ALVES	S/Nº
Bairro: CENTRO	CEP: 46.930-000
Município: PALMEIRAS	UF: BA
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 12 ° (N/S) 30 ' 56 "
	Longitude: 41 ° W 35 ' 00 "

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 112/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



- X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e
- XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente: ALINE MARTINS SANTOS			
Cargo: PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 140263320523	
RG: 1405467401	Órgão Emissor: SSP-BA	CPF: 058.833.485-56	
Endereço: RUA EDSON BOTELHO DE QUEIROZ, CENTRO			S/Nº:
Município: PALMEIRAS	UF: BA	CEP: 46.930-000	
Assinatura: <i>Aline Martins Santos</i>			

Nome do dirigente: ELIZETE ARAÚJO DA SILVA SÁ TELES			
Cargo: VICE-PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 083334240566	
RG: 1129640957	Órgão Emissor: SSP-BA	CPF: 333.585.128-51	
Endereço: RUA SANTA CRUZ, CENTRO			Nº: 40
Município: PALMEIRAS	UF: BA	CEP: 46.930-000	
Assinatura: <i>Elizete Araujo da Silva Sá Teles</i>			

Nome do dirigente: JOSÉ AUGUSTO VIANA ALVES			
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO		Tit. Eleitor: 114164400515	
RG: 1129463800	Órgão Emissor: SSP-BA	CPF: 037.175.865-30	
Endereço: RUA VALDEVAL JOAQUIM DOS SANTOS, CENTRO			Nº: 75
Município: PALMEIRAS	UF: BA	CEP: 46.930-000	
Assinatura: <i>José Augusto Viana Alves</i>			

Nome do dirigente: PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA			
Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES		Tit. Eleitor: 018248030590	
RG: 2167154151	Órgão Emissor: SSP-BA	CPF: 268.424.325-53	
Endereço: RUA ANTÔNIO GONÇALVES DA SILVA, CENTRO			Nº: 59
Município: PALMEIRAS	UF: BA	CEP: 46.930-000	
Assinatura: <i>Pedro Martins de Oliveira</i>			

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



Gerado a partir de [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru\\_novosite/gru\\_simples\\_parte2.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp)

 <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	07/2018
	Vencimento	31/07/2018
Nome do Contribuinte / Recolhedor: <b>ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	25.372.073/0001-35
Nome da Unidade Favorecida: <b>COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS</b>	UG / Gestão	240101 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
<b>GRU SIMPLES</b> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN67389CC07AA2FC64415D9590C5A4E83A]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89960000001-0 00000001010-3 95523151882-4 20421223635-6



 <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	07/2018
	Vencimento	31/07/2018
Nome do Contribuinte / Recolhedor: <b>ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	25.372.073/0001-35
Nome da Unidade Favorecida: <b>COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS</b>	UG / Gestão	240101 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
<b>GRU SIMPLES</b> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN67389CC07AA2FC64415D9590C5A4E83A]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89960000001-0 00000001010-3 95523151882-4 20421223635-6



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
[https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru\\_novosite/gerarHTML.asp](https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gerarHTML.asp)

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
 20/07/2018 - AUTO-ATENDIMENTO - 12.04.31  
 0985771511

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA  
 AGENCIA: 2781-2 CONTA: 24.218-7

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO  
 Codigo de Barras 89960000001-0 00000001010-3 95523151882-4 20421223635-6

Data do pagamento 20/07/2018  
 Competencia MM/AAAA 07/2018  
 Data de Vencimento 31/07/2018  
 CNPJ 25372073/0001-35

Valor Principal 100,00  
 Valor em Dinheiro 100,00  
 Valor em Cheque 0,00  
 Valor Total 100,00

DOCUMENTO: 072001  
 AUTENTICACAO SISBB:  
 C.245.804.4A9.A38.F2F

Leia no verso as informações entre outras informações.

943c-fff35df494b8

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>25.372.073/0001-35</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>03/08/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R 15 DE JANEIRO</b>		NÚMERO <b>167</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(77) 9136-1660</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/08/2016</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **04/08/2016** às **19:56:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 04/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://meu.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimePagina.asp>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000



**ATA AGE 01/2016. DE 01/08/2016,**  
**DELIBERAÇÕES:** Fundação, votação e aprovação  
do Estatuto Social e eleição e posse da primeira  
Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA**  
**DIAMANTE FM, de PALMEIRAS-BA.**

Ao 01 dia do mês de agosto de 2016, às 10h00min, à **RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000**, reuniram-se os membros da comunidade, com o objetivo específico de **FUNDAR A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM, APROVAR O ESTATUTO SOCIAL E ELEGER A PRIMEIRA DIRETORIA DA ENTIDADE**, por aclamação foram escolhidos **LUCAS FERNANDO SANTOS DE OLIVEIRA** para presidir e **MARIVALDA ROSA DOS SANTOS** para secretariar esta **AGE**. Fazendo uso da palavra, o presidente explicou à todos os presentes que as associações existem para promover o desenvolvimento social, cultural e comunitário, buscando o exercício pleno da cidadania e que têm um papel de suma importância na história da formação e do desenvolvimento das comunidades organizadas. Disse, também, que a criação da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, é fundamental para o caráter de nossa comunidade. Sua função é buscar melhorias sociais, culturais e educacionais em toda sua amplitude, aí incluindo, os aspectos administrativos e também sociais, sendo que, com a entidade devidamente constituída, o próximo passo será lutar por uma rádio comunitária. Dessa forma, a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, será o colegiado que irá determinar como deve ser o trabalho da emissora e as contribuições que a rádio comunitária irá beneficiar a população, buscando benefícios e fechando parcerias com outras entidades e instituições de ensino, no intuito de fomentar a educação e cultura de nossa cidade. Todos os presentes concordaram com a importância da criação da associação e da Radio Comunitária para o nosso município e que todos se dispunham a carrear esforços para o desenvolvimento da entidade e para viabilizar a criação da rádio comunitária, foi colocado em votação e foi **APROVADA POR UNANIMIDADE A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que a partir desta data, fica devidamente **CONSTITUÍDA**. Em seguida a Presidente apresentou o estatuto social da entidade para apreciação, que após a leitura integral aos presentes, foi colocado em discussão e votação, sendo **APROVADO POR UNANIMIDADE O ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, em seguida foi proposta a formação da primeira Diretoria por consenso, proposta que colocada em votação foi aprovada por unanimidade, **ENTÃO O PRESIDENTE APRESENTOU OS NOMES COM OS RESPECTIVOS CARGOS PARA A DIRETORIA, QUE COLOCADOS EM VOTAÇÃO, FORAM ELEITOS POR UNANIMIDADE**, ficando assim constituída: **CARGO: PRESIDENTE, NOME: LUCAS FERNANDO SANTOS DE OLIVEIRA, CPF: 023.067.345-77, RG: 927012138 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 15/02/1984, NATURALIDADE: MUCUGÊ-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, ENDEREÇO: RUA CONSELHEIRO LUIS VIANA, Nº. 102, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000. ----- CARGO: VICE-PRESIDENTE, NOME: NILSON ANTONIO DE OLIVEIRA, CPF: 546.228.085-87, RG: 0534824846 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 13/03/1969, NATURALIDADE: PALMEIRAS-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, ENDEREÇO: RUA JAZON ALVES, Nº. 21, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000 ----- CARGO: DIRETORA ADMINISTRATIVA, NOME: MARIVALDA ROSA DOS SANTOS, CPF: 689.294.205-91, RG: 0499603699 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 29/05/1974, NATURALIDADE: IRAQUARA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRA,**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

*01/08-2016*  
*16464*

*[Handwritten signature]*



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

**ENDEREÇO:** RUA CONSELHEIRO LUIS VIANA, CENTRO, **CIDADE:** PALMEIRAS-BA, **CEP:** 46.930-000 ----- **CARGO:** DIRETOR DE OPERAÇÕES, **NOME:** MURILLO PEREIRA DOS SANTOS, **CPF:** 048.448.335-88, **RG:** 1432087134 SSP-BA, **DATA DE NASCIMENTO:** 14/04/1998, **NATURALIDADE:** CANARANA-BA, **NACIONALIDADE:** BRASILEIRA, **ESTADO CIVIL:** SOLTEIRO, **ENDEREÇO:** RUA ALTO DA PETECA, 234, CENTRO, **CIDADE:** PALMEIRAS-BA, **CEP:** 46.930-000. Confirmado o resultado, os eleitos tomaram posse para suas funções e atribuições, que iniciam nesta data, eu, **MARIVALDA ROSA DOS SANTOS**, Diretora Administrativa desta **AGE**, lavrei esta ATA que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo presidente, e na lista de presença por todos os demais presentes. Sem mais nada a tratar o presidente encerrou a presente reunião, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.

*Lucas F. Santos de Oliveira*  
**LUCAS FERNANDO SANTOS DE OLIVEIRA**  
CPF: 023.067.345-77  
Presidente



*048-BA  
16464*

**EM BRANCO**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

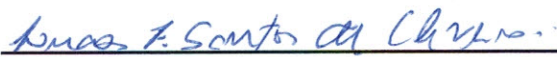
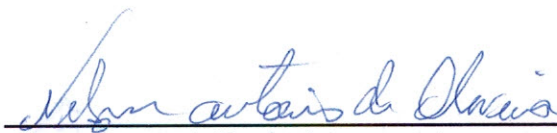
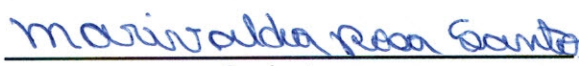
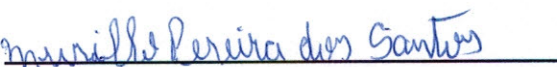
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

## RELAÇÃO DOS MEMBROS FUNDADORES E LISTA DE PRESENÇA

DADOS PESSOAIS E QUALIFICAÇÕES	ASSINATURA
<b>NOME:</b> LUCAS FERNANDO SANTOS DE OLIVEIRA <b>CPF:</b> 023.067.345-77 <b>RG:</b> 927012138 SSP-BA <b>DATA DE NASCIMENTO:</b> 15/02/1984 <b>NATURALIDADE:</b> MUCUGÊ-BA <b>NACIONALIDADE:</b> BRASILEIRA <b>ESTADO CIVIL:</b> SOLTEIRO <b>END:</b> RUA CONSELHEIRO LUIS VIANA, Nº. 102, CENTRO <b>CIDADE:</b> PALMEIRAS-BA, <b>CEP:</b> 46.930-000	 Assinatura
<b>NOME:</b> NILSON ANTONIO DE OLIVEIRA <b>CPF:</b> 546.228.085-87 <b>RG:</b> 0534824846 SSP-BA <b>DATA DE NASCIMENTO:</b> 13/03/1969 <b>NATURALIDADE:</b> PALMEIRAS-BA <b>NACIONALIDADE:</b> BRASILEIRA <b>ESTADO CIVIL:</b> SOLTEIRO <b>END:</b> RUA JAZON ALVES, Nº. 21, CENTRO <b>CIDADE:</b> PALMEIRAS-BA, <b>CEP:</b> 46.930-000	 Assinatura
<b>NOME:</b> MARIVALDA ROSA DOS SANTOS <b>CPF:</b> 689.294.205-91, <b>RG:</b> 0499603699 SSP-BA <b>DATA DE NASCIMENTO:</b> 29/05/1974 <b>NATURALIDADE:</b> IRAQUARA-BA <b>NACIONALIDADE:</b> BRASILEIRA <b>ESTADO CIVIL:</b> SOLTEIRA <b>END:</b> RUA CONSELHEIRO LUIS VIANA, CENTRO <b>CIDADE:</b> PALMEIRAS-BA, <b>CEP:</b> 46.930-000	 Assinatura
<b>NOME:</b> MURILLO PEREIRA DOS SANTOS <b>CPF:</b> 048.448.335-88 <b>RG:</b> 1432087134 SSP-BA <b>DATA DE NASCIMENTO:</b> 14/04/1998 <b>NATURALIDADE:</b> CANARANA-BA <b>NACIONALIDADE:</b> BRASILEIRA <b>ESTADO CIVIL:</b> SOLTEIRO <b>END:</b> RUA ALTO DA PETECA, 234, CENTRO <b>CIDADE:</b> PALMEIRAS-BA <b>CEP:</b> 46.930-000	 Assinatura

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	
Registrado no Livro A 09	Registro Civil das
Pessoas Jurídicas fls 43 a 42	Nº 575
Palmeiras, 03 de 08 de 2016	
[Assinatura] Oficial(a)	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

## ESTATUTO SOCIAL

### CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS



**Art. 01º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, doravante denominada **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, de **PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA**, com sede, na **RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000**.

**PARÁGRAFO ÚNICO - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** utilizará como denominação fantasia **RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

### CAPITULO II DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

**Art. 02º- A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

**I. beneficiar a comunidade com vistas a:**

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade além de desenvolver o turismo local e suas potencialidades;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social promovendo feiras agropecuárias para amostra de produtos cultivados no município;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- f) Fomentar pela democracia, independência e respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, credo religioso, convicção política e filosófica;
- g) Incentivar a cultura literária, artística e desportiva, lutar pela melhoria da saúde e assistência social;
- h) Lutar por melhorias na educação, cultura e desporto, pela economia e trabalho, pela habitação e meio ambiente, apoio a juventude, velhice e migração;
- i) Manter a comunidade em torno da solução de seus problemas.
- j) Promover eventos sociais, de lazer e culturais como feiras, exposições, feiras e cursos agropecuários, mostras culturais, oficinas, cursos profissionalizantes.
- k) Atuar junto aos órgãos competente para buscar moradias através do projeto minha casa minha vida.
- l) Apoiar, colaborar e ajudar o poder público, sempre que for necessário para a organização de eventos culturais e sociais em benefício à comunidade.

Página 1 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

- m) Celebrar convenios com o poder público municipal, estadual, federal, autarquias de qualquer natureza e instituições de ensino publico e privado, para execusão de ações educativas, culturais e serviços que gere emprego, que promova geração de renda e desenvolvimento social em beneficio a comunidade local, **nos termos do art. 2º, §1º e §2º.**

## II. respeitar e atender aos seguintes princípios:

- Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

**§1º** É vedado o vínculo, a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

**§2º** É vedada a subordinação o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

**§3º** Será obrigatória à pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

**§4º** Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

## CAPITULO III DOS ASSOCIADOS

### SEÇÃO I DA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS

**Art. 03º** - Será admitido o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, bem como de outras entidades sem fins lucrativos nela sediadas.

**PARAGRAFO ÚNICO** - Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.





# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

**Art. 04º** - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando para isso, manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade, de carta datada e assinada.

## SEÇÃO II DA CATEGORIA DE ASSOCIADOS

**Art. 05º** - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I. **Fundadores** – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II. **Contribuintes ou Efetivos** – formada por pessoas que se filiaram e que participam efetivamente das reuniões, AG e que contribuem financeiramente com sua mensalidade.
- III. **Honorários** – Formados por aqueles que mereçam o reconhecimento por algum gesto honroso a esta entidade, que os fazem por aclamação serem merecedores deste título vitalício.

**Art. 06º** - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

## CAPITULO IV DOS DIREITOS E DEVERES

### SEÇÃO I DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

**Art. 07º** – São deveres de todos os associados:

- a) Respeitar e cumprir as decisões das Assembleias e dos órgãos dirigentes da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Estatuto;
- c) Cooperar com todas as iniciativas e atividades da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- d) Conhecer o Regimento Interno da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- e) Participar das reuniões para as quais forem convocados;
- f) Desempenhar, responsavelmente, as atribuições que lhe forem confiadas;
- g) Zelar pelo nome da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**.

### SEÇÃO II DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

**Art. 08º** - São direitos de todos os associados:

- I. fica assegurado a todos os associados, pessoa física, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como ter direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes;




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

- 
- II. fica assegurado, o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativa existentes.
  - III. ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito á Diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião da Diretoria;
  - IV. recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Comunitário;

**Art. 09º** - Os associados perdem seus direitos:

- a) Se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- b) Se deixarem de participar das atividades da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, pelo período de 01 (um) ano;
- c) Se infringirem qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- d) Se praticarem atos nocivos ao interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- e) Se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** ou de seus membros;
- f) Se praticarem atos ou valerem-se do nome da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

## CAPITULO V DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

**Art. 10º** - O associado deixa de ser membro da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** se praticar, com justa causa, os seguintes atos:

- a) violação do estatuto social;
- b) difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- c) atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- d) desvio dos bons costumes;
- e) conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- f) por falta de pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

**Art. 11º** - As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir-se em:

- I. advertência por escrito;
- II. suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. eliminação do quadro social.

**§1º** - Havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, devese ser assegurado ao associado o direito da ampla defesa, devendo ser devidamente notificado dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;





# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

§2º - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

§3º - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria, ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

§4º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

§5º - O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

## CAPITULO VI DOS ORGÃOS E SEU FUNCIONAMENTO

**Art. 12º - São órgãos da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM:**

- I. assembléia Geral;
- II. diretoria;
- III. conselho Comunitário.



### SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Art. 13º - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberações da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM, será composta por seus associados em dia com seus deveres perante a entidade.**

§1º - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, com antecedência mínima de 03 (três) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

§2º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.

§3º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com 10 (dez) dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais e filiados a pelo menos seis meses.

**Art. 14º - A Assembléia Geral Ordinariamente ocorrerá:**

- I. a cada ano, no dia 30 do mês de Janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais;

Página 5 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

- II. a cada 04 (quatro) anos para eleição da Diretoria;
- III. a cada 04 (quatro) anos para eleição do Conselho Comunitário.

**Art. 15º** - A Assembléia Geral Extraordinariamente, poderá ser convocada para:

- I. destituição dos dirigentes;
- II. alteração estatutária;
- III. para decisões administrativas;
- IV. alienação de bens imóveis ou móveis;
- V. para admissão e exclusão de associados.



**Art. 16º** - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de no mínimo 03 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

## SEÇÃO II DA DIRETORIA

**Art. 17º** - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Vice Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução.

**§1º** - Os membros da Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** poderão ser substituídos para finalização do mandato, mediante decisão em AGE, especialmente convocada para esta finalidade.

**§ 2º** - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

**Art. 18º** - São atribuições da Diretoria:

- I. administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- II. convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- III. representar a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** em atos públicos ou internos;
- IV. realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- V. apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- VI. prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- VII. desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- VIII. criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- IX. alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;





# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000



## SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA DIRIGENTE

### Art. 19º - São atribuições do **PRESIDENTE**:

- I. representar a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente;
- II. coordenar e presidir as reuniões da diretoria;
- III. assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação;
- IV. movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis;
- V. votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral;
- VI. praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos;
- VII. participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário.

### Art. 20º - São atribuições do **VICE-PRESIDENTE**:

- I. participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- III. substituir o Diretor Administrativo, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto;

### Art. 21º - São atribuições do **DIRETOR ADMINISTRATIVO**:

- I. gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade;
- II. dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação;
- III. assinar conta conjunta com os demais responsáveis;
- IV. assinar com o Presidente todo os documentos concernentes a vida financeira da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- V. secretariar as reuniões da diretoria;
- VI. lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria;
- VII. dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria;
- VIII. organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade.

### Art. 22º - São atribuições do **DIRETOR DE OPERAÇÕES**:

- I. implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- II. gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural;
- III. supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão;
- IV. promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

## SEÇÃO IV DO CONSELHO COMUNITÁRIO

**Art. 23º - O CONSELHO COMUNITÁRIO** é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.





# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

**§1º** Em até 30 dias após o início de funcionamento da emissora de rádio, a entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, com regimento próprio, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas, com mandato de 04 anos, sendo admitida a recondução.

**§2º** Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

**§3º** As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

**§4º** Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

**Art. 24º** - Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

- I. fiscalizar a programação da emissora;
- II. solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- III. fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;
- IV. realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- V. receber reclamações, denúncias e elogios; e
- VI. submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

**Art. 25º** - Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

## CAPITULO VII DAS ELEIÇÕES

**Art. 26º** - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Diretoria, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

**§1º** - Com exessão da primeira diretoria, somente poderão concorrer a algum cargo da Diretoria, membros com no mínimo 01 (um) ano de associado na entidade e que estejam em dias com suas obrigações estatutárias, devendo para isso, solicitar junto a Diretoria, certidão de nada consta para comprovação de sua real situação perante a entidade.





# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

§2º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§3º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

## CAPITULO VIII DA PROGRAMAÇÃO



Art. 27º - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

## CAPITULO IX DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 28º - O Patrimônio e Receita da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Art. 29º - A receita da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

§1º - Toda receita deverá ser utilizada única e exclusivamente, para a consecução das finalidades institucionais expressa neste estatuto,

§2º - Após parecer da Diretoria, os balancetes e prestações de contas das despesas deverão ser levados para aprovação da AG.

## CAPITULO X DA REFORMA DO ESTATUTO E A DISSOLUÇÃO

Art. 30º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela

Página 9 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Este estatuto não é reformável no tocante á administração.

**Art. 31º** - A dissolução da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia, observadas as disposições contidas nos Artigos. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

## CAPITULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 32º** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

**Art. 33º** - O presente estatuto foi aprovado na **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 01/2016 DE 01 DE AGOSTO DE 2016** e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Palmeiras, Estado da Bahia, 01 de agosto de 2016.

*Lucas Fernando Santos de Oliveira*  
**LUCAS FERNANDO SANTOS DE OLIVEIRA**  
CPF: 023.067.345-77  
Presidente

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	
Registrado no Livro A <sup>9</sup>	Registro Civil das
Pessoas Jurídicas fls. 420 a 470	Nº 576
Palmeiras, 03 de 08 de 2016	
<i>[Assinatura]</i> Oficial(a)	







PODER JUDICIÁRIO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PALMEIRAS – BA  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
PESSOAS JURÍDICAS

Rua Carlos Torres, Palmeiras/BA – CEP nº 46930-000

Oficial: Francisco da Motta Macedo Neto. Oficial Substituta: Tatiane Ferreira Pinto Madureira  
Carvalho

### CERTIDÃO DE ATO REGISTRADO/AVERBADO

Natureza do Ato:

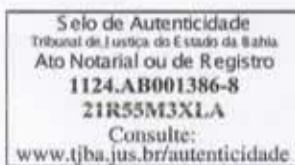
**REGISTRO DE ATA DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**

**Ato/Registro nº 625, Livro A-09.**

**Data do Registro: 26/07/2018.**

**DAJE: 999.021.453188**

Palmeiras-BA, 26 de Julho de 2018.



*Francisco da Motta Macedo Neto*  
Francisco da Motta Macedo Neto  
Oficial Registrador



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

## ATA AGE 01/2018. DE 18/07/2018, DELIBERAÇÕES: Eleição e posse da nova Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM, de PALMEIRAS-BA.

Aos 18 dias do mês de julho de 2018, às 10h00min, abaixo relacionados reuniram em primeira e segunda convocação à RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000. Por unanimidade, a Senhora **ALINE MARTINS SANTOS** foi escolhida Presidente e **JOSÉ AUGUSTO VIANA ALVES** para Diretor Administrativo da AGE. Fazendo uso da palavra a presidente da AGE cumprimentou a todos, dando início aos trabalhos. A presidente da AGE disse que para se adequar as alterações da Legislação deverá ser escolhido novos membros para a Diretoria, tendo em vista o impedimento e indisponibilidade de alguns Diretores. A presidente então propôs a realização de novas eleições, proposta que colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida iniciou o processo eleitoral para escolha da mesa diretora da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM, sendo decidida pelos presentes que a escolha da nova Diretoria seja feita por consenso, proposta aprovada por unanimidade. Em seguida foi formada para apreciação dos associados uma chapa única, **QUE COLOCADOS EM VOTAÇÃO, FORAM ELEITOS POR UNANIMIDADE**, ficando assim constituída: **CARGO: PRESIDENTE, NOME: ALINE MARTINS SANTOS, CPF: 058.833.485-56, RG: 1405467401 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 05/09/1993, NATURALIDADE: BARRA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRA, PROFISSÃO: DONA DE CASA, ENDEREÇO: RUA EDSON BOTELHO DE QUEIROZ, S/Nº, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000 -** **CARGO: VICE-PRESIDENTE, NOME: ELIZETE ARAÚJO DA SILVA SÁ TELES, CPF: 333.585.128-51, RG: 1129640957 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 14/06/1982, NATURALIDADE: MUCUGÊ-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: CASADA, PROFISSÃO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO, ENDEREÇO: RUA SANTA CRUZ, 40, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000 -** **CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO, NOME: JOSÉ AUGUSTO VIANA ALVES, CPF: 037.175.865-30, RG: 1129463800 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 26/11/1985, NATURALIDADE: SEABRA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: FUNCIONÁRIO PÚBLICO, ENDEREÇO: RUA VALDEVAL JOAQUIM DOS SANTOS, 75, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000 -** **CARGO: DIRETOR DE OPERAÇÕES, NOME: PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA, CPF: 268.424.325-53, RG: 2167154151 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 15/04/1946, NATURALIDADE: SEABRA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: CASADO, PROFISSÃO: APOSENTADO, ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO GONÇALVES DA SILVA, 59, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000.** Confirmado o resultado, os eleitos tomaram posse para suas funções e atribuições, **PARA UM MANDATO DE 04 (QUATRO) ANOS, QUE SE INICIA HOJE, DIA 18/07/2018 À 18/07/2022**, eu, **JOSÉ AUGUSTO VIANA ALVES**, Diretor Administrativo desta AGE, lavrei esta ATA que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo presidente, e na lista de presença por todos os demais presentes. Sem mais nada a tratar a presidente encerrou a presente reunião, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.



*Alina Martins Santos*  
**ALINE MARTINS SANTOS**  
CPF: 058.833.485-56  
Presidente

**CARTÓRIO PAULO MACHADO**  
Tabelionato de Notas - Ilhéus/Iraquara-BA  
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

*Alina Martins Santos*  
*18/07/2018*



Autenticado eletronicamente em referência com original.  
<https://atualizacaoemididade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

## LISTA DE PRESENÇA

NOME COMPLETO	ASSINATURA
Aline Volantim Santos	Aline Volantim Santos
MILSON ANTONIO DE OLIVEIRA	Milson A. Oliveira
PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA	Pedro Martins de Oliveira
JOSE AUGUSTO VIANA ALVES	Jose Augusto Viana Alves
MURILO PEREIRA DOS SANTOS	Murillo Pereira dos Santos
Glizete Araújo da Silva S. T. dos	Glizete dos
Lucas Ferreira Santos de Almeida	Lucas

**CARTÓRIO PAULO MACHADO**  
Tabelionato de Notas e Protestos-Iraquara-BA

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

Aline Volantim Santos

Data: 19/07/2018

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade  
Iraquara - BA

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro

1101.AB051118-3

Consulte o selo em: [www.tjba.ba.br/autenticidade](http://www.tjba.ba.br/autenticidade)

T  
J  
B  
A

Mariane Felix Vieira  
Escrevente Autorizado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



# **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

**PROVA DE QUE TODOS OS DIRETORES SÃO  
BRASILEIROS NATOS OU BRASILEIROS  
NATURALIZADOS HÁ MAIS DE DEZ ANOS.**

**PROVA DE QUE TODOS OS DIRETORES SÃO  
MAIORES.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 10054074-01 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/02/2014

NOME ALINE MARTINS SANTOS

FILIAÇÃO MILTON DE SOUZA SANTOS

SONIA MARIA DOS SANTOS MARTINS

NATURALIDADE BARRA BA DATA DE NASCIMENTO 05/09/1993

DOC ORIGEM CER-MAS OM-BARREIRAS BA

DST-1 OFÍCIO L-AS4 P-36V F-037726

CPF

SALVADOR-BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

SAC

POLEGAR DIREITO

POLEGAR ESQUERDO

ALINE MARTINS SANTOS

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

POLEGAR ESQUERDO

ALINE MARTINS SANTOS

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO PARA O USO NA MANCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR ALINE MARTINS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 05/09/1993 Nº INSCRIÇÃO 1402 6332 0523 D.V. 089 SEÇÃO 0004

MUNICÍPIO / UF PALMEIRAS/BA DATA DE EMISSÃO 30/03/2016

JUIZ ELEITORAL

DES. MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

VÁLIDO PARA O USO NA MANCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REAL GERAL

Cartão de uso pessoal e intransferível Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão SET/2009

CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Numero de Inscrição 058.833.485-56

Nome ALINE MARTINS SANTOS

Nascimento 05/09/1993



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

178389404

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

03/2018 2 0263 1 01.0260.1.0286.0000.0

Vencimento

17/03/2018

Nome/Endereço para entrega

ALINE MARTINS SANTOS

RU EDSON BOTELHO DE QUEIROZ, SN

PALMEIRAS

CENTRO

CEP - 46.930-000

Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo

Y16S128758

24

23

30

17/01 A 16/02

Endereço da Ligação

Data da Leitura

Data da Fatura

RU EDSON BOTELHO DE QUEIROZ, SN

CENTRO

16/02

16/02/2018

Especificação

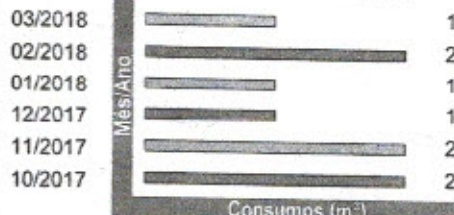
Valores em R\$

CONS. AGUA

1M3

27,50

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2006

Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0008	0008
Turbidez - 5,0 UT	0011	0008	0008
Cloro - Mín. 0,2 mg/l	0011	0008	0008
Escherichia Coli - (*)	0011	0008	0008
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0011	0008	0008

Água fluorada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia Coli (\*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;  
Flúor (\*\*): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluorados. Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.765/00 E RESOLUÇÃO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas)

0001

Consumo Médio por Unidade (m³)

1

Consumo Médio Mensal / Ligação

1

O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10.

Tarifa RES-0001

TOTAL A PAGAR EM R\$

27,50

ESGOTO(% água) VL Total

Faixas de Consumo (m³) VL Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

RESIDENCIAL 1 UNIDADE

ATE 6 MINIMO 1 27,50

TOTAL AGUA 27,50 0,00 27,50  
TOTAL ESGOTO 0 0,00

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO	IMPX/STO	BASE DE CÁLCULO R\$		VALOR EM R\$	
	PIS	27,50	1,210	0,33	
	COFINS		5,610	1,54	

ELEITOR, O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO É OBRIGATÓRIO. COMPAREÇA AO CARTÓRIO ELEITORAL OU ACESSSE WWW.TRE-BA.JUS.BR

EXISTE(M) DÉBITO(S):

2018 - 554



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8







# NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

**embasa**

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

**092844910**

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição  
07/2018 9 0263 1 01.0085.1.0139.0007.0

Vencimento  
**17/07/2018**

Nome/Endereço para entrega

VALDIR RODRIGUES DE SA TELES FILHO

RU SANTA CRUZ, 40

PALMEIRAS

CENTRO

CEP - 46.930-000

Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo  
Y12S639404 214 210 31 18/05 A 18/06

Endereço da Ligação

RU SANTA CRUZ, 40

PALMEIRAS

CENTRO

Data da Leitura Data da Fatura  
18/06 18/06/2018

Especificação

Valores em R\$

CONS. AGUA  
ESGOTO

4M3

27,74

22,19



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0002	0002
Turbidez - 5,0 UT	0012	0003	0003
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0012	0003	0000
Escherichia Coli - (*)	0012	0003	0002
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0012	0003	0003

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia Coli (\*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;  
Flúor (\*\*): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados. Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDICOES GERAIS DE PRESTACAO DE SERVICOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.765/00 E RESOLUCAO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas)	0001
Consumo Médio por Unidade (m³)	4
Consumo Médio Mensal / Ligação	4

**O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10.**

CANHOTO PROCESSADO EM LEITORA ÓTICA. EVITE DANIFICÁ-LO.

Tarifa RES-0001

**TOTAL A PAGAR EM R\$**

**49,93**

ESGOTO(% água) VL. Total

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

RESIDENCIAL 1 UNIDADE

ATE 6 MINIMO 1 27,74

TOTAL AGUA 27,74 0,00 27,74

TOTAL ESGOTO 80 22,19

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO	IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO R\$	%	VALOR EM R\$
	PIS			
	COFINS	49,93	1,270	0,63
			5,880	2,93

ELEITOR, O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO É OBRIGATÓRIO. COMPREA AO CARTÓRIO ELEITORAL OU ACESSE WWW.TRE-BA.JUS.BR

ESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 11294638 00 DATA DE EMISSÃO 20/10/98

NOME: JOSE AUGUSTO VIANA ALVES

PAI: JOSE PEREIRA ALVES

MÃE: ELIECIA SILVA VIANA

NATURALIDADE: SEABRA BA DATA DE NASCIMENTO: 26/11/985

DIG. ORDEM: CER-NAS CM-SEABRA BA

DST-SEDE L-074 F-201 R-008400

CPF: 037.175.865-30

SALVADOR-BA

ASSINATURA DO TITULAR

LEI N.º 7.112/52

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA SAC.MOV.3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEUPLO NOVO"

JOSE AUGUSTO VIANA ALVES

CARTÃO DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

JOSE AUGUSTO VIANA ALVES

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: JOSE AUGUSTO VIANA ALVES

DATA DE NASCIMENTO: 26/11/1985

N.º INSCRIÇÃO: 114164400515

D.V.: 089

SEÇÃO: 0001

MUNICÍPIO / UF: PALMEIRAS/BA

DATA DE EMISSÃO: 06/05/2002

ASSINATURA DO ELEITOR

Emissão

CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição: 037.175.865-30

Nome: JOSE AUGUSTO VIANA ALVES

Nascimento:







Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02  
CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURAS  
NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 10/01/2019  
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgar Santos, 300 - Cidade VI. Salvador, BA | CEP 41.181-000  
CNPJ 15.130.029/0001-04 | Ins. Est. 004788690

DADOS DO CLIENTE

JOSE PEREIRA ALVES

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA VALDEVAL JOAQUIM DOS SANTOS 7A

CENTRO PALMEIRAS PALMEIRAS  
PALMEIRAS BA  
40030-000

CLASSIFICAÇÃO

B - RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL  
Município

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
370543022	UNICA	14/01/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
10/01/2018	1002009035	3565849

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
0211793058	01/2018
DATA DE VENCIMENTO	DATA PRECATORIA PRÓXIMA LETURAL
17/01/2018	07/02/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	20,59

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	30,0000000	0,63018055	18,91
Acrescimo Bandeira VERMELHA			0,82
Multa por atraso NF 284438451 - 13/12/17			0,42
Juros por atraso NF 284438451 - 13/12/17			0,10
Atualização ISPM NF 284438451 - 13/12/17			0,08
<b>TOTAL DA FATURA</b>			<b>20,59</b>

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
3565849	CAI	14/12/2017	5.254,00	10/01/2018	5.262,00	26	1,00000		8,00

DATA	VALOR	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
MAI 16 30				
JUN 17 30				
JUL 17 30				
AUG 17 30				
SET 17 30				
OCT 17 30				
NOV 17 30				
DEZ 17 30				
JAN 18 30				
FEB 18 30				
MAR 18 30				
ABR 18 30				
MAY 18 30				
JUN 18 30				
JUL 18 30				
AUG 18 30				
SET 18 30				
OCT 18 30				
NOV 18 30				
DEZ 18 30				
JAN 19 30				
FEB 19 30				
MAR 19 30				
ABR 19 30				
MAY 19 30				
JUN 19 30				
JUL 19 30				
AUG 19 30				
SET 19 30				
OCT 19 30				
NOV 19 30				
DEZ 19 30				
JAN 20 30				
FEB 20 30				
MAR 20 30				
ABR 20 30				
MAY 20 30				
JUN 20 30				
JUL 20 30				
AUG 20 30				
SET 20 30				
OCT 20 30				
NOV 20 30				
DEZ 20 30				
JAN 21 30				
FEB 21 30				
MAR 21 30				
ABR 21 30				
MAY 21 30				
JUN 21 30				
JUL 21 30				
AUG 21 30				
SET 21 30				
OCT 21 30				
NOV 21 30				
DEZ 21 30				
JAN 22 30				
FEB 22 30				
MAR 22 30				
ABR 22 30				
MAY 22 30				
JUN 22 30				
JUL 22 30				
AUG 22 30				
SET 22 30				
OCT 22 30				
NOV 22 30				
DEZ 22 30				
JAN 23 30				
FEB 23 30				
MAR 23 30				
ABR 23 30				
MAY 23 30				
JUN 23 30				
JUL 23 30				
AUG 23 30				
SET 23 30				
OCT 23 30				
NOV 23 30				
DEZ 23 30				
JAN 24 30				
FEB 24 30				
MAR 24 30				
ABR 24 30				
MAY 24 30				
JUN 24 30				
JUL 24 30				
AUG 24 30				
SET 24 30				
OCT 24 30				
NOV 24 30				
DEZ 24 30				
JAN 25 30				
FEB 25 30				
MAR 25 30				
ABR 25 30				
MAY 25 30				
JUN 25 30				
JUL 25 30				
AUG 25 30				
SET 25 30				
OCT 25 30				
NOV 25 30				
DEZ 25 30				
JAN 26 30				
FEB 26 30				
MAR 26 30				
ABR 26 30				
MAY 26 30				
JUN 26 30				
JUL 26 30				
AUG 26 30				
SET 26 30				
OCT 26 30				
NOV 26 30				
DEZ 26 30				
JAN 27 30				
FEB 27 30				
MAR 27 30				
ABR 27 30				
MAY 27 30				
JUN 27 30				
JUL 27 30				
AUG 27 30				
SET 27 30				
OCT 27 30				
NOV 27 30				
DEZ 27 30				
JAN 28 30				
FEB 28 30				
MAR 28 30				
ABR 28 30				
MAY 28 30				
JUN 28 30				
JUL 28 30				
AUG 28 30				
SET 28 30				
OCT 28 30				
NOV 28 30				
DEZ 28 30				
JAN 29 30				
FEB 29 30				
MAR 29 30				
ABR 29 30				
MAY 29 30				
JUN 29 30				
JUL 29 30				
AUG 29 30				
SET 29 30				
OCT 29 30				
NOV 29 30				
DEZ 29 30				
JAN 30 30				
FEB 30 30				
MAR 30 30				
ABR 30 30				
MAY 30 30				
JUN 30 30				
JUL 30 30				
AUG 30 30				
SET 30 30				
OCT 30 30				
NOV 30 30				
DEZ 30 30				
JAN 31 30				
FEB 31 30				
MAR 31 30				
ABR 31 30				
MAY 31 30				
JUN 31 30				
JUL 31 30				
AUG 31 30				
SET 31 30				
OCT 31 30				
NOV 31 30				
DEZ 31 30				
JAN 32 30				
FEB 32 30				
MAR 32 30				
ABR 32 30				
MAY 32 30				
JUN 32 30				
JUL 32 30				
AUG 32 30				
SET 32 30				
OCT 32 30				
NOV 32 30				
DEZ 32 30				
JAN 33 30				
FEB 33 30				
MAR 33 30				
ABR 33 30				
MAY 33 30				
JUN 33 30				
JUL 33 30				
AUG 33 30				
SET 33 30				
OCT 33 30				
NOV 33 30				
DEZ 33 30				
JAN 34 30				
FEB 34 30				
MAR 34 30				
ABR 34 30				
MAY 34 30				
JUN 34 30				
JUL 34 30				
AUG 34 30				
SET 34 30				
OCT 34 30				
NOV 34 30				
DEZ 34 30				
JAN 35 30				
FEB 35 30				
MAR 35 30				
ABR 35 30				
MAY 35 30				
JUN 35 30				
JUL 35 30				
AUG 35 30				
SET 35 30				
OCT 35 30				
NOV 35 30				
DEZ 35 30				
JAN 36 30				
FEB 36 30				
MAR 36 30				
ABR 36 30				
MAY 36 30				
JUN 36 30				
JUL 36 30				
AUG 36 30				
SET 36 30				
OCT 36 30				
NOV 36 30				
DEZ 36 30				
JAN 37 30				
FEB 37 30				
MAR 37 30				
ABR 37 30				
MAY 37 30				
JUN 37 30				
JUL 37 30				
AUG 37 30				
SET 37 30				
OCT 37 30				
NOV 37 30				
DEZ 37 30				
JAN 38 30				
FEB 38 30				
MAR 38 30				
ABR 38 30				
MAY 38 30				
JUN 38 30				
JUL 38 30				
AUG 38 30				
SET 38 30				
OCT 38 30				
NOV 38 30				
DEZ 38 30				
JAN 39 30				
FEB 39 30				
MAR 39 30				
ABR 39 30				
MAY 39 30				
JUN 39 30				
JUL 39 30				
AUG 39 30				
SET 39 30				
OCT 39 30				
NOV 39 30				
DEZ 39 30				
JAN 40 30				
FEB 40 30				
MAR 40 30				
ABR 40 30				
MAY 40 30				
JUN 40 30				
JUL 40 30				
AUG 40 30				
SET 40 30				
OCT 40 30				
NOV 40 30				
DEZ 40 30				
JAN 41 30				
FEB 41 30				
MAR 41 30				
ABR 41 30				
MAY 41 30				
JUN 41 30				
JUL 41 30				
AUG 41 30				
SET 41 30				
OCT 41 30				
NOV 41 30				
DEZ 41 30				
JAN 42 30				
FEB 42 30				
MAR 42 30				
ABR 42 30				
MAY 42 30				
JUN 42 30				
JUL 42 30				
AUG 42 30				
SET 42 30				
OCT 42 30				
NOV 42 30				
DEZ 42 30				
JAN 43 30				
FEB 43 30				
MAR 43 30				
ABR 43 30				
MAY 43 30				
JUN 43 30				
JUL 43 30				
AUG 43 30				
SET 43 30				
OCT 43 30				
NOV 43 30				
DEZ 43 30				
JAN 44 30				
FEB 44 30				
MAR 44 30				
ABR 44 30				
MAY 44 30				
JUN 44 30				
JUL 44 30				
AUG 44 30				
SET 44 30				
OCT 44 30				
NOV 44 30				
DEZ 44 30				
JAN 45 30				
FEB 45 30				
MAR 45 30				
ABR 45 30				
MAY 45 30				
JUN 45 30				
JUL 45 30				
AUG 45 30				
SET 45 30				
OCT 45 30				
NOV 45 30				
DEZ 45 30				
JAN 46 30				
FEB 46 30				
MAR 46 30				
ABR 46 30				
MAY 46 30				
JUN 46 30				
JUL 46 30				
AUG 46 30				
SET 46 30				
OCT 46 30				
NOV 46 30				
DEZ 46 30				
JAN 47 30				
FEB 47 30				
MAR 47 30				
ABR 47 30				
MAY 47 30				
JUN 47 30				
JUL 47 30				
AUG 47 30				
SET 47 30				
OCT 47 30				
NOV 47 30				
DEZ 47 30				
JAN 48 30				
FEB 48 30				
MAR 48 30				
ABR 48 30				
MAY 48 30				
JUN 48 30				
JUL 48 30				
AUG 48 30				
SET 48 30				
OCT 48 30				
NOV 48 30				
DEZ 48 30				
JAN 49 30				
FEB 49 30				
MAR 49 30				



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

MAIOR DE 60 ANOS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLASTIFICAR



*Pedro Martins de Oliveira*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS DA SILVA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

21.671.541-51

DATA DE EMISSÃO 12-01-2015

NOME PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA

RESPONSÁVEL ELIEZER MARTINS DE OLIVEIRA

CEZALTINA ALVES DE OLIVEIRA

SEABRA-BA

DATA DE NASCIMENTO 15-04-1946

C.CAS. CM SEABRA BA DS

BARAUNAS LV.00014 FL 212 RT. 0001563

268.424.325-53


*Francilda M. de Oliveira*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS DA SILVA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

ALÉM DO LIXO COM MARCA D'ÁGUA, NÃO VOTA NENHUM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA

DATA DE NASCIMENTO 15/04/1946

Nº INSCRIÇÃO 018248030590

D.V. 089

ZONA 0012

MUNICÍPIO/UF PALMEIRAS/BA

DATA DE EMISSÃO 24/04/2006

JUIZ ELEITORAL



ALÉM DO LIXO COM MARCA D'ÁGUA, NÃO VOTA NENHUM



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00865671  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

**092845436**

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

05/2018 9 0263 1 01.0500.1.0750.0000.0

Vencimento

**17/05/2018**

Nome/Endereço para entrega

PEDRO M DE OLIVEIRA

RU ANTONIO GONCALVES DA SILVA, 59

PALMEIRAS

CENTRO

CEP - 46.930-000

Nº Hidrômetro	Cód. Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Dias de Cons.	Período de Consumo
A11S399279		1082	1065	31	20/03 A 20/04

Endereço da Ligação

Data da Leitura Data da Fatura

20/04 20/04/2018

RU ANTONIO GONCALVES DA SILVA, 59

CENTRO

PALMEIRAS

Especificação

Valores em R\$

CONS. AGUA

17M3

86,70

ESGOTO

69,36

Consumo dos últimos meses



Consumos (m³)

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0008	0008
Turbidez - 5,0 UT	0011	0009	0009
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0011	0010	0007
Escherichia			
Coli - (*)	0011	0010	0010
Coliformes			
Termotolerantes - Ausente	0011	0010	0010

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia: indicador utilizado para medir contaminação fecal;  
Coli (\*):  
Flúor (\*\*): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(\*\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados. Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.765/00 E RESOLUÇÃO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Apresentando lotas residenciais)

Consumo Médio por Unidade (m³) 17

Consumo Médio Mensal / Ligação 17

**O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E LEI FEDERAL 7.217/10.**

Tarifa RES-0001

**TOTAL A PAGAR EM R\$**

**156,06**

ESGOTO(% água) VL. Total

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

RESIDENCIAL

1

UNIDADE

ATE	6 MINIMO	6		
7 A 10	1,09	4	27,50	
11 A 15	7,68	5	4,36	
> 15	8,22	2	38,40	
			16,44	

TOTAL AGUA

86,70

0,00

86,70

TOTAL ESGOTO

80

69,36

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO

IMPÓSTO	BASE DE CÁLCULO (R\$)	%	VALOR (R\$)
PIS		1,220	1,90
COFINS	156,06	5,630	8,78

NAO EXISTEM DEBITOS NO PERIODO DE JAN A DEZ/2017.  
ESTA CONTA SERVE COMO COMPROVANTE DESSE PERIODO.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# **ANEXO**

**MANIFESTAÇÕES EM APOIO À INICIATIVA, FIRMADAS  
POR PESSOAS JURÍDICAS.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> ASSOCIAÇÃO GRUPO AMBIENTALISTA DC	
PALMEIRAS - GAP	
<b>CNPJ:</b> 02.118.312/0001-20	
<b>ENDEREÇO:</b> RUA DO RENEIRO	
<b>BAIRRO:</b> SEDE-CENTRO	<b>Nº:</b> S/Nº
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> JOÃO BRANDÃO SOUZA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 05 de AGOSTO de 2016

  
\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

<b>ATENÇÃO</b>
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.118.312/0001-20</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>18/08/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO GRUPO AMBIENTALISTA DE PALMEIRAS - GAP</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R DO RENERIO</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SEDE</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/06/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **03/08/2016** às **14:17:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
<https://www.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimePagina.asp>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



partes iguais para os associados presentes,  
onde todos concordam. Não havendo mais  
a tratar, deu por encerrada a presente ata,  
que segue assinada por mim e pelos presentes:  
Guilherme Santos Guimarães França, Valéria Santos  
Valéria Pinheiro Araújo, Terezinha Alves de Souza,  
Silvia Alves Soares, Rosângela Coutinho,  
João Carlos Souza, Marlene de Souza Alves, Yara Pinheiro  
Souza, Sônia Soares, Carlos Santos de Oliveira,  
Paulo Mendes de Souza.



## ATA DE ASSEMBLEIA GERAL PARA EXAT DA NOVA DIRETORIA DO GRUPO AMBIENTAL DE PALMEIRA).

Aos dez dias do mês de setembro de  
moram-se na sede da associação em  
assembleia geral para escolha da nova  
diretoria da associação e prestação de con-  
tas do exercício anterior. Para iniciar a  
reunião dando os informes sobre os pro-  
jetos e pendências urgentes para serem  
resolvidas tais como resposta ao ofício  
do município público sobre o questionário  
sobre resíduos sólidos, orçamentos dos municípios  
colita extra no festival do vale do  
pão, chegada dos novos voluntários, tra-  
m e suas demandas, projeto de cultura  
montagem da cooperativa de cultura  
no de reciclagem, orçamento da festa  
matutina em consignação na loja  
do GAP, sobre o site e projeto de con-





baté a incidência fixa e sobre a  
capacura e o apuro da Suca, em re-  
quida passa a palavra para Paulo  
Brandão de Souza onde este apresen-  
ta o balancete da associação do ano  
de 2014 montando tabelas as despesas  
realizadas e aprovadas por todos os  
associados, constando o saldo atual  
em conta de R\$ 2.936,66 dois mil no-  
vencentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos.  
Após apresentação da conta geral  
do GAP ele apresenta que a conta do  
pai único somente recebe e paga o  
valor integral de R\$ 6.500,00 (seis  
mil e quinhentos reais). Comunica gra-  
tis que retirar, digo para retirar  
tornar que depositar a taxa da conta  
que varia entre R\$ 40,00 (quarenta reais)  
a R\$ 2,00 (dois reais). Léo (Léo)  
da início a eleição convocando os  
candidatos a nova diretoria; pois  
Brandão de Souza foi proclama-  
do a ser candidato a presidente/  
diretor geral. Rosângela Luciano a  
diretora administrativa; Paulo Brandão  
de Souza a diretor financeiro e  
como conselheiros fixos se candida-  
taram: Laício Santos Sena e Manoel  
Messias de Jesus Filho. Inicia a vota-  
ção aberta e fica assim constitu-  
da a nova diretoria do GAP digo,  
Associação Grupo Ambientalista de Pal-  
meiras para o exercício de um ano





de 10 de Setembro de 2015 a 09 de Setembro de 2016. Sendo diretor geral: João Brandão de Souza RG: 10165977-62 e CPF: 325.643.095-34; diretor financeiro: Paulo Brandão de Souza RG: 2781818 e CPF: 050.486.2550; diretor administrativo: Rosângela Caetano RG: 1436842987 e CPF: 222.918.898-42 e como conselheiros fiscais: Laécio Santos Sena RG: 09260954-63, CPF: 015.655.075-09 e Manuel Ilusmas de Jesus Filho RG: 687251834 CPF: 903.957.275-53. Todos aprovados por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar dou por encerrado a presente ata que vai assinada por mim e demais presentes: Yara Pereira Gonçalves, Rosângela Caetano, Paulo Brandão de Souza, Laécio Santos Sena, Paulo Santos de Almeida, Sílvia Alves Soares, Terézinha Albuquerque Moura, Marlene de Souza Alves, João Brandão de Souza, Edmar Becker.



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	
Registrado no Livro 8	Registro Civil nº 547
Pessoas Jurídicas nº 158/160	
Palmas - GO de 16 de 2015	
[Assinatura]	





**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> PAROQUIA DO BOM JESUS	
<b>CNPJ:</b> 13.223.458/0012-04	
<b>ENDEREÇO:</b> PRAÇA DA MATRIZ,	
<b>BAIRRO:</b> CENTRO	<b>Nº.</b> 5110
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> VAGME ALVES DA GAMA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 06 de AGOSTO de 2016

  
\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

**ATENÇÃO**

Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de:

- Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
- Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





## DIOCESE DE IRECÊ

CNPJ 13.223.458/0001-51

Pça Góes Calmon, s/n Centro – Cx. Postal 14

44.900-000 – Irecê – Bahia Telefax (74) 3641-3835

Home Page [www.dioceseirece.com.br](http://www.dioceseirece.com.br) E-mail – [curia@dioceseirece.com.br](mailto:curia@dioceseirece.com.br)

### PROVISÃO DE ADMINISTRADOR PAROQUIAL

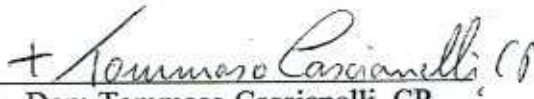
Rev.mo. Sr. **PADRE VAGNE ALVES DA GAMA**, é de nosso máximo interesse de Pastor e Guia da parcela do Povo de Deus, confiada à nossa solicitude pastoral, não deixar Comunidade alguma sem apoio espiritual e sem Pastor e Pai do rebanho. Por isso, nomeamos e constituímos Vossa Rev.ma. **ADMINISTRADOR PAROQUIAL**, por tempo indeterminado, da Paróquia Bom Jesus de Palmeiras - Bahia, Paróquia desta Diocese até nova ordem no teor dos Cânones 539-540 do Código de Direito Canônico.

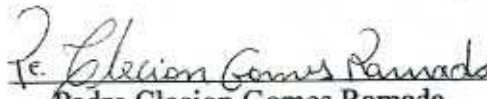
Lembramo-lhe que, no exercício deste ministério assumirá o cuidado pastoral da Comunidade que lhe é entregue, sob a nossa Autoridade Episcopal, em cujo ministério hierárquico, em Cristo, é chamado a participar, a fim de exercer em favor da mesma Comunidade, o múnus de ENSINAR, SANTIFICAR E GOVERNAR, com a cooperação também de outros Presbíteros ou Diáconos, e com a colaboração dos Fiéis Leigos, de acordo com o Cânon 519 do Código de Direito Canônico.

Por esta Provisão, declaramos Vossa Rev.ma. nomeado e apresentado à Comunidade Paroquial para servi-la, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém.

Esta Provisão será lida no momento da Posse e registrada no Livro de Tombo da Paróquia.

Dada e Passada em nossa Cúria Diocesana, desta cidade e Bispado de Irecê, sob o Sinal e Selo de nossa Chancelaria, ao 01 de fevereiro de 2015.

  
Dom Tommaso Cascianelli, CP.  
Bispo Diocesano

  
Padre Clecion Gomes Ramada  
Chanceler Diocesano



DIOCESE DE IRECÊ – BA Home Page [www.dioceseirece.com.br](http://www.dioceseirece.com.br) E-mail – [curia@dioceseirece.com.br](mailto:curia@dioceseirece.com.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.223.458/0012-04 FILIAL	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 20/05/1996
NOME EMPRESARIAL DIOCESE DE IRECE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PAROQUIA DE BOM JESUS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - ORGANIZACAO RELIGIOSA			
LOGRADOURO PC DA MATRIZ	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 46.930-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PALMEIRAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 06/08/2016 às 11:46:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 06/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
<http://www.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimePagina.asp>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> CAIXA ESCOLAR DO COLEGIO PROFESSORA NILDE	
MARIA MOZEIRO XAVIER	
<b>CNPJ:</b> 01.951.247/0001-56	
<b>ENDEREÇO:</b> RUA QUINZE DE JANGIRO	
<b>BAIRRO:</b> CENTRO	<b>Nº.</b> 232
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> ANA CLAUDIA SOUZA FRANCO	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 05 de AGOSTO de 2016

  
**ASSINATURA**

<b>ATENÇÃO</b>
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.951.247/0001-56 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 19/06/1997
NOME EMPRESARIAL <b>CAIXA ESCOLAR DO COLEGIO PROFESSORA NILDE MARIA MOTEIRO XAVIER</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R XV DE JANEIRO</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO <b>CASA</b>	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **03/08/2016** às **14:39:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
<http://la.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimePagina.asp>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





## Ata do Caixa Escolar

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de mil e doze (18/09/2012) nesta cidade de Palmeiras - BA, reuniram-se na biblioteca do Colégio Professora Nilda Mar Montijo Xavier, localizada à Rua 15 de Janeiro, nº 232 (16:30h), em Assembleia Geral, os representantes do Caixa Escolar em seus segmentos: alunos, professores, pais, mães e demais funcionários, com a finalidade de deliberar a constituição do Caixa Escolar da referida escola, que é presidida pela Diretora deste estabelecimento de Ensino a professora Ana Cláudia Souza Franco. Na assembleia foi dada a posse a nova Terceira Diretora, professora Cláudia Gira Lima RG nº 0383556473 - (CPF 327) cujo CNH CPF 355166235-53 nada mais havendo a tratar lavrei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada todos os presentes. Palmeiras, 18 de setembro de 2012. Maíres de Queiroz, Mãe Maria Alves Nepomuceno, Raul Soares de Abreu, Jackson Nascimento de Araújo, Cezar Gama de Jesus, Aurélio Marcelino de Oliveira, Selma Batista dos Santos, Graciela Silva de Sá, Márcia Sampaio de Sá, Cláudia Silva Lima, Apuleia Neto Santos, Paloma Alves Gama de Oliveira, Malva Pereira dos Santos, Assessor.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	
Registrado no Livro A 8	Registro Civil das
Pessoas Jurídicas nº 040	nº 454
Palmeiras, 18 de 12 de 2012	
Assinatura: [Assinatura]	

AUTENTICAÇÃO  
RECONHECIMENTO  
ESTADO DA BAHIA  
Nº EN 02417



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> <u>Escola Municipal Mamele Aponso -</u>	
<u>CAIXA ESCOLAR</u>	
<b>CNPJ:</b> <u>01.992.887/0001-04</u>	
<b>ENDEREÇO:</b> <u>RUA XV DE JANEIRO</u>	
<b>BAIRRO:</b> <u>CENTRO</u>	<b>Nº:</b> <u>S/Nº</u>
<b>CIDADE:</b> <u>PALMEIRAS</u>	<b>UF:</b> <u>BA</u>
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> <u>LIS CLAIR O. SILVA DE ARAÚJO</u>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 05 de agosto de 2016.



**ASSINATURA**  
Lis Clair O. Silva de Araújo  
Diretora Escolar  
Port. 201

**ATENÇÃO**

Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de:

- Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
- Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 01.992.887/0001-04 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		<b>DATA DE ABERTURA</b> 20/06/1997
<b>NOME EMPRESARIAL</b> CAIXA ESCOLAR MANOEL AFONSO			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> CAIXA ESCOLAR MANOEL AFONSO			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
<b>LOGRADOURO</b> R XV DE JANEIRO	<b>NÚMERO SN</b>	<b>COMPLEMENTO</b> TERREO	
<b>CEP</b> 46.930-000	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> CENTRO	<b>MUNICÍPIO</b> PALMEIRAS	<b>UF</b> BA
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>		<b>TELEFONE</b>	
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****			
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 28/08/1999	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 03/08/2016 às 14:51:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
<http://azenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimePagina.asp>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Registro de Imóveis  
\*\*\*\*\*  
Palmeiras/Paraná  
Harmudo M.

Eduarda de Carvalho Silva, Marlene Novaes Domingos  
Jociane Oliveira de Jesus, Edvânia Rosa de Souza, Roberto  
Paz de Souza, Claudenilde Moura de Oliveira Rocha Ama  
S. M. da Silva, Fluriana da Silva e Silveira Reilma Oliveira  
Isabel Rocha ~~gomes~~ Floracildo Oliveira Bórrto Margar  
de S. Brondia Marques Lima de Assunção, Laudina  
Batista dos Santos Oliveira Ama marice Santos Souza, ~~José~~  
~~Miguel~~ de Souza, Lucineide Maria Regina D. Alves. Elzete Maria  
Silva. Sandra Maria da Silva, Ana Maria Rodrigues de Faria  
João dos Santos Souza Fernando Barreto Lima de Oliveira, Isabel Souza S.  
Souza Clara Lima, Odinei Oliveira de Souza, Indira dos Santos de  
Maria Lúcia N. S. Flores, Graciela Costa Santos Lilima Almeida bin  
Poliana Santos de Souza Juciane Novais de São Luciano de S.  
Za Silva, Luis Otávio Oliveira Silva de Araújo, Elianete Ferreira Pereira  
Márcia Wilson de Paula ~~Silva~~ ~~Pereira~~ ~~Quarantini~~, Damiana Belo de A.  
José Paulo de Oliveira.

CARTÓRIO DE REGISTROS IMOVEIS DO MUNICÍPIO DE PALMEIRAS  
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
 Registrado no Livro A 8 Registro Civil das  
 Pessoas Jurídicas fls 142v Nº 536  
 Palmeiras 25 de 06 de 2015  
 [Assinatura]

**Selo de Autenticidade**  
Tribunal de Justiça do Estado de Santa  
Catarina  
**Ato Notarial ou de Registro**  
**1124.AB000381-1**  
Consulte o selo em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)

Ata de nº 23 do caixa <sup>especial</sup> para escolha do novo Tesoureiro.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e  
 ze às dezesseis horas, procedeu-se uma reunião na Escola  
 Municipal Manoel Afonso, situada à rua 15 de janeiro nes-  
 ta cidade de Palmeiras - Bahia. Reuniram-se diretora, coord-  
 nadora, professores, funcionários e pais de alunos da referi-  
 da escola, em assembleia geral, com objetivo de mudar  
 a Tesauriura, após chegar a um consenso fica definido  
 que a nova tesauriura será Janilde Santos da Silva.  
 A diretora agradece a presença de todos. Não havendo  
 mais nada a declarar, eu Fabríca Souza dos Santos,  
 diretoria Escolar lauri está ata que vai por min-  
 imar assinada.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://minteg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-1f35d49468>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-1ff35d1494b8>



Jucelia S. da R. Castro, Elvira de Oliveira, Sônia de Oliveira, Sônia de Oliveira,  
 Sônia de Oliveira, Aldemir Francisco da Silva, Conceição Corrêa,  
 Aldemir Martins Franco, Nilda Novaes Damascena,  
 Tarciana Lages do Nascimento, Marilene Novaes Damascena Silva,  
 Vera Lúcia Belanghosa Rocha, Irilene Tires Gomes,  
 Vanildo Reis Damascena, Araceli Maria Santa Salza, Juliana  
 de Souza Luciene de Souza Silva, Maria Lúcia N. S. Jesus,  
 Eulino César O, Edlene dos Santos Araújo, Regiane Gonçalves  
 Santos, Gilcélia Rodrigues Passos, Márcia Wilson de Queiroz,  
 Francisca Guimarães, Luciana Teixeira Braga de Novas,  
 Silvanete Pereira Pereira, Laramê Almeida da Paixão, Valdirene  
 Catuta Borges Rocha, Jada Patrícia Santos de Oliveira, família S. da Silva,  
 Helma Gomes dos Santos, Selma Campos Leão, Luis Cláudio  
 Oliveira Silva de Aguiar, Leila de Fátima Rocha, Alexandra  
 Silva Ramos, Maria Aparecida Rocha/Bello, em tempo, o  
 CPF: 650313005-32 e RG: 04596926-75 da tesoureira família Santos da Silva.



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	
Registrado no Livro A - 8	Registro Civil das
Pessoas Jurídicas f/s. 141v	Nº 537
Palmeiras, 25 de 06 de 2015	
 Oficial(a)	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL SOUZO	
SOARES	
<b>CNPJ:</b> 01.992.891/0001-72	
<b>ENDEREÇO:</b> RUA ALTO DA PETEGY	
<b>BAIRRO:</b> CENTRO	<b>Nº:</b> 5111
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> Alzina Batista Souza Neto	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 05 de Agosto de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

<b>ATENÇÃO</b>
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>01.992.891/0001-72</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>20/06/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL SOUTO SOARES</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL SOUTO SOARES</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R ALTO DA PETECA</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO TERREO	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>24/09/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 03/08/2016 às 14:32:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
<https://la.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimePagina.asp>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Ata da Assembleia Geral Extraordinária da  
Diretoria da Caixa Escolar da Escola Municipal  
Santo Soares.

Por vinte e cinco dias de julho de dois mil e quinze (25-07-2015), reuniram-se numa sala da Escola Municipal Santo Soares, direção, professores, coordenação pedagógica, pais, funcionários para eleger os componentes da diretoria da Caixa Escolar, para atuarem num período de dois anos correspondente a (25-07-2015 a 25-07-2017). A diretora Alzira Batista Souza Neto, abriu a reunião dizendo da importância da mesma, para regularizar a Caixa Escolar, por conta da mudança da direção da unidade, com o objetivo de garantir uma gestão financeira eficiente. O vice-diretor José Paulo exibiu alguns slides explicando sobre os percentuais que são garantidos por lei, para aplicação de recursos, para aumentar o orçamento, com organização responsável e transparência. Seguiu ainda falando sobre os princípios que regem a administração pública brasileira: LIMP (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência) esclarecendo o que diz o Artigo 37 da Constituição Federal. A diretoria começou então para dar-se início as candidaturas para os cargos. A mesma realizou a eleição por aclamação, ficando assim composto a nova diretoria do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo. Sendo eleita a diretora da Unidade Escolar como presidente Alzira Batista Souza Neto, RG 04596029-12 / CPF 513825715-34, Vice-Presidente e a Sra. Maria da Glória, RG 05121027-40 CPF

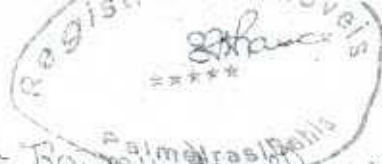




João Silva RG-4595955-20 CPF-32693315-34,  
Primeiro Tesoureiro José Paulo da Oliveira RG  
09270078-00 CPF-0031019225-28, Conselho Fiscal  
Luciane Naira Franca RG-07912623-97 CPF  
689283195-87, Izania Macedo da Silva RG-45  
1064355 CPF-3265007808, Zeneide Rosa Campos  
Lima RG-0839200137 CPF-00118047-30, suplentes  
suplentes, Claudenilde Maria de Oliveira Rocha  
RG-09943773-20 CPF-00729627-32, Thamar  
Wilson Queiroz Franca Guimarães RG-0543700  
557 CPF-689303-305-25, Luiz Roberto Oliveira  
RG-9943559-47 CPF-985322335-72, Ednice  
Guimarães RG-0008837 CPF-645-214-07534, Conselheiro  
Deliberativo Elita Elerice Maria de Oliveira  
RG-06052647-59 CPF-580328275-37, Marco Isobel  
Guimarães Pereira RG-09270777-83 CPF-014607  
805-58, Luciene Souza da Silva RG-06865287  
50 CPF-558545105-20, suplentes, Luiz Roberto Oliveira  
RG-00943557-85 CPF-009505765-40, Talita  
Rola Souza RG-0927068354 CPF-023894465-40,  
Elaine Xavier de Souza RG-1253615048 CPF-341-  
953678-08. Nada mais havendo a tratar, encerra-  
se a reunião e para constar lavrei a presente  
data que foi por mim assinada e os demais  
presentes. Palmeiras, 25 de julho de 2015. Talita  
Rola Souza, Luciane Naira Franca, Elita Elerice Maria de  
Oliveira, Alana Butista Souza Neta, Ednice Maria de  
Oliveira, Flávia Patrícia de Jesus Silva, Luciene Souza da Silva,  
Mazilia de Souza Macedo, Elita Elerice Maria de Oliveira, José Paulo  
de Oliveira, Antonio Carlos da Silva, Rita Lorraine da  
Silva Santos Meira, Kaio Luis Soares Magalhães, Janete  
Silva, Ednice Guimarães de Souza, Sede,







Jansen Cruz Alves, M<sup>te</sup> Regina ~~Almeida~~ ~~Quiróz~~ Moraes, b. b. ind. de  
 M<sup>te</sup> da Ma. Jema, Selma Marcos de Quadros Costa  
 D<sup>ma</sup> Lina de Souza, Maria Lúcia de Jesus,  
 M<sup>te</sup> Lúcia de Souza, Eleniz Oliveira dos Santos, M<sup>te</sup> Náusea C. de  
 Rosalinda de Souza, Landi Verônica Lin  
 Edson de Souza Santos, Eliane Martins de Souza  
 Edson de Souza, R<sup>te</sup> Rocha, Katiane Teixeira Brandão, Elce  
 Emma de Almeida Ramos de Moraes dos Santos, Maria Neus  
 R<sup>te</sup> Silva, M<sup>te</sup> M<sup>te</sup> U. dos Santos, Eunice P  
 R<sup>te</sup> Santos, R<sup>te</sup> Pereira, Edriana Pinheira dos  
 Santos Oliveira, R<sup>te</sup> de Souza, Rita de  
 Cássia Almeida de Souza, Heli Feli de Amorim, Jussimara Silva  
 S<sup>te</sup> de Souza, M<sup>te</sup> de Aquino, Marlene de Marques de  
 Carvalho, Alexandra Bandeira de Oliveira  
 Edson de S. Moraes Brito, Barba dos Santos  
 R<sup>te</sup> de Souza, R<sup>te</sup> de Souza, Edilene dos  
 Santos, M<sup>te</sup> Costa Silva, Flávia de G<sup>te</sup> Sales  
 J<sup>te</sup>, Maria de L<sup>te</sup> Pereira, M<sup>te</sup> da Glória Castro  
 J<sup>te</sup> de Nascimento, Eliane Xavier de Souza,  
 R<sup>te</sup> de Oliveira Rocha, Th<sup>te</sup>ana W<sup>te</sup>  
 de Souza, M<sup>te</sup> Guimarães, M<sup>te</sup> de Souza  
 Oliveira.

CARTÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	
NUM. 1	NUM. 2
1124.0000433-8	1124.0000433-8
17/07/2015	17/07/2015
C <sup>te</sup> de S. M <sup>te</sup>	





**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA DE 1º GRAU	
DE CAETÉ-AÇU	
<b>CNPJ:</b> 02.011.236/0001-59	
<b>ENDEREÇO:</b> DISTRITO DE CAETÉ-AÇU	
<b>BAIRRO:</b> CAETÉ-AÇU	<b>Nº:</b> SIN
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 06 de AGOSTO de 2016

  
\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

<b>ATENÇÃO</b>
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.011.236/0001-59</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>28/07/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA DE 1 GRAU DE CAETE-ACU</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA 1 GRAU DE CAETE-ACU</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>DT DE CAETE-ACU</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CAETE-ACU</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/08/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **03/08/2016** às **14:49:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
[la.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimePagina.asp](http://la.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimePagina.asp)

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Wanessa Kelen Vieira dos Santos, Jaima dos Santos Souza, Rosângela dos Santos Mendes,

## Ata do Conselho escolar.

Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e quatorze, às 15:00 hs, na sala de coordenação da Escola Municipal de 1º Grau de Caeté. Aqui aconteceu uma reunião do Conselho escolar com representantes de pais, alunos, professores e direção da escola. A diretora Rosângela dos Santos Mendes iniciou a reunião explicando qual é o papel do conselho escolar, como e quando deve atuar. O objetivo da reunião é empregar os membros do, digo do Conselho, disse a diretora, que os membros do Conselho devem ser maiores de 18 anos, os pais presentes tiveram dúvidas a respeito da participação dos professores. Por unanimidade o professor e pai Paulo Henrique ficou com o cargo de presidente do Conselho. Falaram também sobre abrir uma conta no Bradesco, para que o Conselho receba doações e que tenha fundos para quaisquer necessidades. A mãe Breni ficou como vice-presidente e Sônia Marques como tesoureira. Fica o pai Janivaldo como secretário e a mãe Neilza Bastos Alves de Oliveira como 2ª secretária. O Conselho fica então constituído da seguinte forma: Presidente Paulo Henrique Lomi Medeiros, RG 03729538, SSP-Ba e CPF nº 567 595 15.



927784025-00, Jamivaldo Vieira dos Santos  
RG nº 859405770 SSP-Ba CPF nº 002711035-40  
e Neilza Bastos Alves de Oliveira (segunda secre-  
tária) RG nº 11295609 29 SSP-Ba e CPF nº 02  
8385775-73. E não tendo nada mais a  
tratar, finalizo esta ata que segue assinada  
por mim e pelos demais presentes. Sueliten Belo  
de Oliveira, Paulo Henrique Henriques, Ireni Souza  
da S. Guimarães, Neilza Bastos Alves de Oliveira, Sônia  
Margarida da Rocha, Raquel Nathalia Norberto Keller  
Tab, Rom da Silva Guimarães, Paulo Araújo Reis, Cami-  
la Araújo Reis, Lara Vieira Pinto, Tielly Sa-  
ntos Brito, Louis Filipe de Lima, Rosângela dos Santos  
Mendes, Elvete Gonçalves da Silva Santos,

~~Enata~~  
~~(Ata do Conselho Escolar)~~

~~Enata~~  
~~(Aos três dias do mês de março de dois mil~~  
~~e quinze, às dez horas)~~





**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> CAIXA ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL RURAL	
CAMPOS DE SÃO JOÃO	
<b>CNPJ:</b> 02.015-951/0001-60	
<b>ENDEREÇO:</b> POVOADO CAMPOS DE SÃO JOÃO	
<b>BAIRRO:</b> CAMPOS DE SÃO JOÃO	<b>Nº.</b> 514º
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> GILVAN NEVES	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 06 de AGOSTO de 2016

  
\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

<b>ATENÇÃO</b>
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.015.951/0001-60</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>28/07/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CAIXA ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL RURAL DE CAMPOS DE SAO JOAO</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CAIXA ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL RURAL DE CAMPOS DE S.JOAO</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>POVOADO CAMPOS DE SAO JOAO</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>POV CAMPOS DE S.JOAO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/06/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **03/08/2016** às **14:45:44** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
[a.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimePagina.asp](https://a.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimePagina.asp)

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**1ª Ata de reunião para a escolha do Grupo de Trabalho-GT do PDE Interativo da Escola Municipal de 1º Grau de Campos de São João.**

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e quatorze (16/07/2014) reuniram-se na Escola Municipal de 1º Grau de Campos de São João, às dezessete horas (17h) a Direção Escolar, Coordenação e Supervisão Pedagógica, docentes e funcionários da escola para a escolha dos membros do GT do PDE Interativo. O diretor abriu a reunião dando boas vindas a todos e agradecendo a presença dos mesmos. Falou do objetivo da reunião e para melhor entendimento trouxe informações sobre o Programa e seu funcionamento. Foram lidas as atribuições e o perfil estabelecidos pelo programa para as pessoas que farão parte do GT. Após esclarecer dúvidas o Diretor abriu o momento para a escolha dos membros. Algumas pessoas manifestaram interesse em participar ficando, portanto o GT formado por: Gilvan Neves- Diretor da Escola; Randson Guimarães Haj- Vice-diretor e professor; Samara Silva Santos- Secretária Escolar; Gilvana Santos Guimarães- Coordenadora pedagógica; Pollianna Santos Castro de Queiroz- Supervisora pedagógica; Alienice Silva Santos- Professora; Adriana Teixeira Brandão-Professora; Valdirene Batista Borges Rocha- Professora e José Raimundo dos Anjos- Professor. Após a escolha dos membros o Diretor encerrou a reunião agradecendo a todos pela participação e falou do compromisso e dos desafios que o GT terá para a elaboração do Plano estratégico de ações da escola. Não havendo mais nada a tratar, eu Samara Silva Santos, secretária escolar, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e demais presentes. Campos de São João, 16 de julho de 2014.

*Samara Silva Santos*  
*Randson Guimarães Haj*  
*Gilvana Santos Guimarães*  
*Pollianna Santos Castro de Queiroz*  
*Alienice Silva Santos*  
*Adriana Teixeira Brandão*  
*Valdirene Batista Borges Rocha*  
*José Raimundo dos Anjos*  
*Elza Pereira dos Santos*





## PROCURAÇÃO

**PROCURAÇÃO** que faz a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** (a) **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, na forma que se segue:

**SAIBAM** quantos este instrumento de procuração vir, a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, com sede na **RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000**, inscrita no **CNPJ: 25.372.073/0001-35**, através de sua presidente Sra. **ALINE MARTINS SANTOS**, CPF: 058.833.485-56, RG: 1405467401SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 05/09/1993, NATURALIDADE: BARRA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRA, PROFISSÃO: DONA DE CASA, ENDEREÇO: RUA EDSON BOTELHO DE QUEIROZ, S/Nº, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, presidente nacional da **ABERTCOM – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão comunitária**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade, RG 394.751 SSP – TO e do CPF 963.008.841-04, residente e domiciliado na Rodovia TO-050, Setor Laranjeiras, Arraias-TO, fone: (63) 98454-6336. **A QUEM CONFERE PODERES** para representar-lhes, junto ao **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, para tratar todo e qualquer assunto relacionados à entidade, podendo para tanto o dito procurador **PEDIR E REQUERER VISTAS PROCESSUAIS, PEDIR CÓPIAS DE PROCESSOS E DE QUALQUER OUTRO DOCUMENTO, REPRESENTAR-LHES EM REUNIÕES E AUDIÊNCIAS, ASSINAR OFÍCIOS, REQUERIMENTOS, RECURSOS, ART, PROJETO TÉCNICO E O QUE FOR PRECISO, PROTOCOLAR E PETICIONAR DOCUMENTOS ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO CADSEI** e quaisquer atos em direitos permitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, que dará por bom firme e valioso que tudo será aceito. Assina.

Por ser verdade firmo a presente procuração.

Palmeiras - BA, 19 de julho de 2018.

*Alina Martins Santos*  
ALINE MARTINS SANTOS

**ALINE MARTINS SANTOS**

CPF: 058.833.485-56

Presidente

**CARTÓRIO PAULO MACHADO**  
Tabelionato de Notas e Protestos-Iraquara-BA  
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

*Alina Martins Santos*  
*Santos*

Data: 19/07/2018

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade  
Iraquara - BA



*Mariane Félix Vieira*  
**Mariane Félix Vieira**  
Escritor Autorizado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 394.751 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 08/12/2014

FILIAÇÃO PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA

NATURALIDADE SÃO CAETANO DO SUL-SP

DOC. ORIGEM DATA DE NASCIMENTO 26/08/1981

CERT. NASC. Nº 58.600, LV A-097, FLS 253, EXP.15/04/2011

SÃO PAULO-SP - 26º SUBDISTRITO

963.008.841-04

*Smartins*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500442012018

9/21/18 9:26 AM

Página 1 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	PALMEIRAS	01250.044201/2018	112	12S3056	41W3500	EMA	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM
0.13	BA	PALMEIRAS	01250.041652/2018	112	12S3052	41W3459	EMA	ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS
0.66	BA	PALMEIRAS	53000.052270/2013	0	12S3050	41W3439	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CAETE-ACU
0.67	BA	PALMEIRAS	53900.046482/2016	0	12S3052	41W3438	RAQ	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM
0.78	BA	PALMEIRAS	53000.022253/2010	29	12S3109	41W3438	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E BENEFICENTE DE PALMEIRAS
12.13	BA	PALMEIRAS	53900.049501/2015	0	12S2702	41W2937	RAQ	ASSOCIACAO COMUN DOS MORADORES DE CAMPO DE SAO JOAO
13.89	BA	PALMEIRAS	53000.007014/2009	29	12S3638	41W3001	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO CAETE ACU
17.55	BA	SEABRA	53000.067812/2007	0	12S2255	41W4010	ARQCD I	ASSOCIACAO AMBIENTALISTA E DESENV. COMUNITARIO DE JATOBA
17.55	BA	SEABRA	53000.078629/2006	24	12S2255	41W4010	ARQDE F	ASSOCIACAO AMBIENTALISTA E DESENV. COMUNITARIO DE JATOBA
19.96	BA	SEABRA	53000.029044/2013	59	12S2638	41W4507	IND	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE SEABRA FM
21.74	BA	IRAQUARA	53900.015881/2015	0	12S1913	41W3446	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DOS AMIGOS AGRICULTORES DE LAGOA SECA- A.R.C.A.A.L.S
21.74	BA	IRAQUARA	53900.008821/2016	96	12S1913	41W3446	INAB	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DOS AMIGOS AGRICULTORES DE LAGOA SECA- A.R.C.A.A.L.S
---	BA	LENÇÓIS	53640.000830/1999	11	12S3325	41W2314	LDD	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA AVANTE LENCOIS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500442012018

9/21/18 9:26 AM

Página 2 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
23.00	BA	SEABRA	53000.061078/2009	0	12S2507	41W4613	RAQ	ESCOLA DE ARTE E CULTURA ALIANÇA
23.19	BA	SEABRA	53000.036462/2007	24	12S2715	41W4714	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE TELEVISÃO - AST
23.40	BA	SEABRA	53000.054956/2005	0	12S2442	41W4614	RAQ	ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA
23.49	BA	SEABRA	53640.001254/1998	4	12S2445	41W4619	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO
23.49	BA	SEABRA	53000.056621/2011	0	12S2445	41W4619	RENDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO
29.96	BA	IRAQUARA	53000.073941/2006	31	12S1455	41W3710	ARQDE F	ASSOC. BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO MORUMBI E ADJACÊNCIAS
29.96	BA	IRAQUARA	53000.054528/2006	0	12S1455	41W3710	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE IRAQUARA
30.14	BA	IRAQUARA	53000.062634/2009	31	12S1448	41W3701	LPE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO E CULTURA DE IRAQUARA
30.47	BA	IRAQUARA	53640.001436/1998	4	12S1438	41W3707	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE IRAQUARA
31.38	BA	LENÇÓIS	53640.000109/2002	0	12S2953	41W1742	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE OTAVIANO ALVES
32.54	BA	SEABRA	53000.035040/2007	24	12S3208	41W5256	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO AGRESTE
32.65	BA	LENÇÓIS	53640.000096/2002	0	12S1610	41W2511	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO POVOADO DE AFRÂNIO PEIXOTO
	BA	SEABRA	53000.033456/2003	24	12S3226	41W5259	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRA CAMPESTRE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500442012018

9/21/18 9:26 AM

Página 3 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
33.83	BA	BONINAL	53900.043182/2015	10	12S4221	41W4935	EXIREN	ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE BONINAL
33.83	BA	BONINAL	53640.000840/1999	10	12S4221	41W4935	LDD	ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE BONINAL
34.03	BA	ANDARAÍ	53640.000782/1999	5	12S4140	41W1945	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS MORADORES E AMIGOS DO ALTO DO IBIRAPITANGA
34.12	BA	MUCUGÊ	53000.015268/2009	28	12S1612	41W4617	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO CIDADE NOVA
35.76	BA	SEABRA	53000.013679/2008	0	12S1620	41W4754	ARQCD I	ASSOCIACAO SERRANA DE COMUNICACAO
35.76	BA	SEABRA	53000.026746/2013	59	12S1620	41W4754	ARQDE F	ASSOCIACAO SERRANA DE COMUNICACAO
41.24	BA	ANDARAÍ	53000.013275/2013	56	12S4733	41W1951	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA AGUAS BOAS
42.38	BA	ANDARAÍ	53640.000777/1999	5	12S4827	41W1957	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS CONDUTORES DE VISITANTES DE ANDARAI
42.44	BA	ANDARAÍ	53000.014015/2013	56	12S4805	41W1928	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORES DA CHAPADA DIAMANTINA DO BRASIL - AMCD
42.47	BA	ANDARAÍ	53000.014020/2013	56	12S4826	41W1951	AUT	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA A VOZ DA CIDADE
44.92	BA	PALMEIRAS	53900.011333/2015	0	12S5245	41W2412	ARQCD I	ASSOCIACAO DE ARTES E COMUNICACAO DE PALMEIRAS BAHIA
46.42	BA	ANDARAÍ	53640.000762/1999	0	12S4825	41W1638	ARQCD I	FUNDACAO HELIO QUEIROZ DOURADO
---	BA	SOUTO SOARES	53000.012451/2004	19	12S0519	41W3847	FLD	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DE SOUTO SOARES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500442012018

9/21/18 9:26 AM

Página 4 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
48.49	BA	WAGNER	53000.005810/2014	69	12S2033	41W1025	AUT	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SAO SEBASTIAO DE UTINGA
Nº de Linhas: 0								



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Rádio Comunitária Diamante FM, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Palmeiras/ BA**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei N° 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC publicada no DOU de 9/4/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Segond Vasconcellos, Técnico de Nível Superior**, em 21/09/2018, às 11:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3387186** e o código CRC **64C3DC26**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 3387186



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 25.372.073/0001-35

Certidão nº: 163145539/2018

Expedição: 27/11/2018, às 10:48:41

Validade: 25/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.372.073/0001-35**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Município/UF: Palmeiras/ BA

Processo nº: 01250.044201/2018-77

CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1

Nome da entidade: Associação Rádio Comunitária Diamante FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 ()

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 01/02 (3217972)

**3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: Ausente**

4. Estatuto Social: fl. 01/10 (3217981)

Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: fl.01/03 (3217980)

Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl.01/03 (3217980) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2020

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: fl. 01/09 (3217985)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTI DO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCU LOS
<b>Presidente: Aline Martins Santos</b>	-	1402.6332.0523	058.833.485-56	-
<b>Vice-presidente: Elizete Araujo da Silva Sá Teles</b>	-	0833.3424.0566	333.585.128-51	-
<b>Diretor Adm.: José Augusto Viana Alves</b>	-	1141.6440.0515	037.175.865-30	-
<b>Diretor de Op.: Pedro Martins de Oliveira</b>	-	0182.4803.0590	268.424.325-53	-

8. Manifestações em apoio: fl. 01/28 (3217986)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 01 (3217973)
11. Pesquisa Anatel e Radar: (ok)
12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (ok)
- 12.1 CNPJ, Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (não são habilitantes):

**OBSERVAÇÕES:**

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos dos associados:
- d) Deveres dos associados:
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa:
- f) Fontes de recursos para sua manutenção:
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos:
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos:
- k) Critérios de eleição dos administradores:
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

**2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: 01 (3217976)
- 2.2 Certidão FGTS: ()
- 2.3 Certidão PGFN : ()
- 2.4 Certidão CNDT: ()
- 2.5 Justiça Federal dos dirigentes: ()

**3. Pesquisa Anatel e Radar: ()**

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

**OBSERVAÇÕES:**

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**ANEXO 2**  
**REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	'	"	
	Longitude:	° W	'	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 26283/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras/BA**.

**ANÁLISE**

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

3. A Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo** (3623342) contendo **todas as declarações** nele elencadas, uma vez que há alteração no item XIII, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade deve ser **assinado por todos os dirigentes**.

**CONCLUSÃO**

4. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba, Técnico de Nível Superior**, em 27/11/2018, às 16:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/11/2018, às 15:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3623342** e o código CRC **D828BD46**.

---

## Minutas e Anexos

3623364

---

**Referência:** Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 3623342



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 47298/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

**Aline Martins Santos**

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

CEP 46.930-000 / Palmeiras/BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 26283/2018/SEI-MCTIC** desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **inabilitação da entidade**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/11/2018, às 15:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3623389** e o código CRC **5B8E4AE4**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 47298/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.044201/2018-77  
- Nº SEI: 3623389



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 47298/2018/SEI-MCTIC, 28/11/2018

01250.044201/2018-77

ALINE MARTINS SANTOS

Associação Rádio Comunitária Diamante FM

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

46.930-000 Palmeiras / BA

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRACIONCARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / N.º DE IDENTIFICATION DE L'EXPEDIDORRUBRICA E NAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

467401

[Handwritten signature]

18 DEZ 2018

BA

EN

RA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>





**AVISO DE  
RECEBIMENTO**  
**AVIS CN07**

**AR**

( CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO )

**JU 08421881 8 BR**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

07 DEZ 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASILIA DSB

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR**

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE**

**CIDADE / LOCALITÉ**

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

70.044-900 Brasília - DF

UF

**BRASIL  
BRÉSIL**

**ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Município/UF: Palmeiras / BA

Processo nº: 01250.044201/2018-77 CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1 ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS - 01250.041652/2018

Nome da entidade: Associação Rádio Comunitária Diamante FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

---

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 (CADSEI)

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl.1/2 (3217972)

**3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl.1/2 (3775218)**

4. Estatuto Social: fl.1/10 (3217981) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: fl.1/3 (3217980) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl.1/3 (3217983) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. ()

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Aline Martins Santos – fl.2 (3217985)		140263320523 05/09/93	058.833.485-56	
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles – fl.4 (3217985)		083334240566 14/06/82	333.585.128-51	
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves – fl.6 (3217985)		114164400515 26/11/85	037.175.865-30	
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira – fl.8 (3217985)		018248030590 15/4/46	268.424.325-53	

8. Manifestações em apoio: fl.2/28 (3217986)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. (3217973)

11. Pesquisa Anatel () e Radar () ok

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: () ok

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (), Certidão FGTS (), Certidão PGFN () , Certidão CNDT ():



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**OBSERVAÇÕES:** 05/09/19 - Exigência solicitada por meio da NT. 26283/18, recebida em 18/12/18, foi devidamente cumprida em 17/01/2019, portanto, dentro do prazo. Resultado Prévio.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos e deveres dos associados:
- d) Fontes de recursos para sua manutenção:
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos:
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto:
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

**2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: ( )
- 2.2 Certidão FGTS: ( )
- 2.3 Certidão PGFN : ( )
- 2.4 Certidão CNDT: ( )
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ( )

**3. Pesquisa Anatel ( ) e Radar ( )**

- 4. Anexo 6/ART: fl. ( )

**OBSERVAÇÕES:**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 16142/2019/SEI-MCTIC**

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Assunto: **RESULTADO PRÉVIO DA FASE DE HABILITAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Por meio do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, iniciou-se a Seleção Pública com o objetivo de outorgar novas autorizações para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Palmeiras / BA**.

**ANÁLISE**

2. Após análise de todos os pedidos de outorga inscritos na Seleção Pública e que possuíam relação de concorrência, nos termos do art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária, em obediência ao art. 26 da mesma Portaria, torna público o **resultado prévio da fase de habilitação**, a saber:

ENTIDADES CONCORRENTES		
PROCESSO	ENTIDADE	SITUAÇÃO
01250.044201/2018-77	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM	HABILITADA
01250.041652/2018-52	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS	INABILITADA

**CONCLUSÃO**

3. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária comunica às interessadas o **resultado prévio da fase de habilitação**.

4. Caso haja interesse em recorrer desta decisão, informa-se que o prazo para interposição de recurso administrativo é de **30 (trinta) dias, improrrogáveis**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida. Após a análise dos recursos ou do decurso do prazo assinalado, será publicado o resultado definitivo da habilitação e terá início a fase de seleção.

5. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Marciele da Silva Cunha, Analista**, em 05/09/2019, às 09:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4600073** e o código CRC **0F77A103**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 4600073



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária  
Divisão de Processos de Rádio Comunitária  
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 31523/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 05 de setembro de 2019.

À Senhora

ALINE MARTINS SANTOS

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

CEP 46.930-000 / PALMEIRAS - BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16142/2019/SEI-MCTIC** desta Secretaria, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:  
[http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)
5. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
6. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4600105** e o código CRC **890591AA**.

---

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 4600105



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

DATA DE POSTAGEM

17/09/2019

## DESTINATÁRIO

ALINE MARTINS SANTOS  
RUA 15 DE JANEIRO, 167  
CENTRO  
46930-000

PALMEIRAS BA

UNIDADE DE POSTAGEM

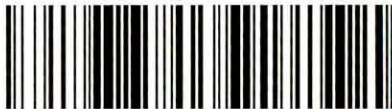
AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



## REMETENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO,  
BRASÍLIA - DF  
70044-900



BI891146781BR

## TENTATIVAS DE ENTREGA

1º   /  /     :  :    
2º   /  /     :  :    
3º   /  /     :  :  

## DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PROC. 01250.044201/2018-77, OF. 31523 ; 1 - NOTA TEC. 16142 ;

## MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- |                           |                   |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE              | [6] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE       |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO     | [8] FALECIDO      |
| [4] DESCONHECIDO          | [9] OUTROS        |
| [5] RECUSADO              |                   |

## RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

*[Handwritten signature]*  
800760516

ASSINAT

NOME LE



R

QR

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>25.372.073/0001-35</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>03/08/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****
UF *****		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(77) 9136-1660</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>INAPTA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>26/03/2019</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL <b>OMISSAO DE DECLARACOES</b>		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/01/2020** às **14:10:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 25.372.073/0001-35

Certidão nº: 1797335/2020

Expedição: 22/01/2020, às 11:03:22

Validade: 19/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.372.073/0001-35**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras / BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Encaminhem-se os autos para a fase de instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Mariele da Silva Cunha, Analista**, em 22/01/2020, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5064089** e o código CRC **EB54B623**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 5064089



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**CNPJ:** **25.372.073/0001-35**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 10:44:35 do dia 22/01/2020 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



Imprimir

Voltar

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.044201/2018-77, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE, FM** localidade de Palmeiras / BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Marciele da Silva Cunha, Analista**, em 22/01/2020, às 13:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5064578** e o código CRC **2C79FE3A**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 5064578



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

## 6 – TRANSMISSOR

FABRICANTE

[illegible]

MODELO  
HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

## POTÊNCIA

№

[illegible]

## 7 – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

INDICANTE D'ATTIVITÀ	

MODELO  
POLARIZAÇÃO

V C E H

TIPO

\_\_\_\_\_

GANHO max (Gt)  
ALTITUDE DO LOCAL

### ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

					dBd			,	m			,	m					,	m
--	--	--	--	--	-----	--	--	---	---	--	--	---	---	--	--	--	--	---	---

## 8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

## MODELO

[illegible]

COMPRIMENTO (L)  
EFICIÊNCIA DA LINHA ( $\eta$ )

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

				,	m		,		dB		,		dB		,			
--	--	--	--	---	---	--	---	--	----	--	---	--	----	--	---	--	--	--

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

## 9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\underline{\hspace{1cm}} \times \underline{\hspace{1cm}} \times \underline{\hspace{1cm}}) = \underline{\hspace{1cm}} \text{ dBk}$$

$P_t$  = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

$G_{vt}$  = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

 $\eta$  = Eficiência da linha de transmissão.

\*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

## 10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \quad - 20 \log \quad = \quad \text{dBu}$$



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



$d(\text{km})$  = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

## 11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, <b>conforme estudo específico encaminhado em anexo</b> .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

--

NOME COMPLETO																								
REG.CREA					ENDEREÇO																			
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)										BAIRRO														



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

[illegible]

					-				
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--

[illegible][illegible][illegible][illegible]

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

[illegible][illegible]

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Município/UF: Palmeiras / BA **1º Exg. Instrução**

Processo nº: 01250.044201/2018-77 CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1 ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS - 01250.041652/2018 - ARQDEF

Nome da entidade: Associação Rádio Comunitária Diamante FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

---

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 (CADSEI)

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl.1/2 (3217972)

**3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl.1/2 (3775218)**

4. Estatuto Social: fl.1/10 (3217981) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: fl.1/3 (3217980) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl.1/3 (3217983) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. ()

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Aline Martins Santos – fl.2 (3217985)		140263320523 05/09/93	058.833.485-56	
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles – fl.4 (3217985)		083334240566 14/06/82	333.585.128-51	
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves – fl.6 (3217985)		114164400515 26/11/85	037.175.865-30	
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira – fl.8 (3217985)		018248030590 15/4/46	268.424.325-53	

8. Manifestações em apoio: fl.2/28 (3217986)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. (3217973)

11. Pesquisa Anatel () e Radar () ok

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: () ok

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (), Certidão FGTS (), Certidão PGFN () , Certidão CNDT ():



**OBSERVAÇÕES: 05/09/19** - Exigência solicitada por meio da NT. 26283/18, recebida em 18/12/18, foi devidamente cumprida em 17/01/2019, portanto, dentro do prazo. Resultado Prévio.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **art.2º**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **art.3º c/c 8º, II**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **art.8º**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **art.8º**
- e) Órgão administrativo e cargos: **art.17º**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **art.18º a 22º**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **art.17º**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **art.23º §1º e §2º “comunidade local” a 25º**

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **art.1º**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **art.3º e 4º c/c 11º**
- c) Direitos e deveres dos associados: **art.7º e 8º**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **art.28º**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **art.26º**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **art.30º e 31º**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **art.29º**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **art.11º**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **art.13º**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **art.13º §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **art.31º**

**2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: ( ) **ausente**
- 2.2 Certidão FGTS: ( ) **ausente**
- 2.3 Certidão PGFN : ( ) **ausente**
- 2.4 Certidão CNDT: (5063929)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5064089)

**3. Pesquisa Anatel (5064567) e Radar (5064578)**

- 4. Anexo 6/ART: fl. ( ) **ausente**

**OBSERVAÇÕES: 22/01/20** - Solicitar o anexo 6, o estatuto social da entidade deverá ser alterado para adequa-se a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, com suas alterações, não foi possível emitir o CNPJ da entidade, bem como as certidões do FGTS e PGFN.







**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária  
Divisão de Processos de Rádio Comunitária  
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 22 de janeiro de 2020.

À Senhora

ALINE MARTINS SANTOS

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

CEP 46.930-000 / PALMEIRAS - BA

Assunto: **RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO – CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO - PROC DE CONCORRENTE ARQUIVADO - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO.**

Senhora Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras / BA**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que foi informado por meio da Nota Técnica nº 16142/2019/SEI-MCTIC (4600073).

3. Assim, considerando que não há mais concorrência, tendo em vista o arquivamento definitivo do processo nº 01250.041652/2018-52, em razão do decurso de prazo para apresentação de recurso administrativo, aquele resultado tornou-se **definitivo** da fase de habilitação, dando ensejo à convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.

4. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

**4.1.** A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (5064597).

**Observação 1:** o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).

**Observação 2:** o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).



Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

#### 4.2.1. Portaria nº 4334/2015 e alterações:

a. O art. 23º §1º e §2º do estatuto social está em desacordo com o art. 40, inciso V e 113 da Portaria, uma vez que o Conselho Comunitário deverá ser composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade **local**, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora.

b. O estatuto social não especifica a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário, conforme art. 40, inciso V da Portaria.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

**Observação 1:** a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

**Observação 2:** Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

5.1. Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 39, incisos III a VII, não foi possível obtê-la(s):

5.1.1. CNPJ válido e atual: em consulta ao sítio da Receita Federal do Brasil (5064704), verificou-se que a Entidade se encontra com a situação “inapta”. Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação.

5.1.2. Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o FGTS. Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão de regularidade.

5.1.3. Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: após consulta ao sítio da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos, ou certidão positiva com efeito de negativa.

**Observação:** A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todos os órgãos acima mencionados, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização.

6. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

8. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

9. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html). Para o envio por via eletrônica, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



10. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,

---

Anexos: (5064597)



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 31/01/2020, às 10:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5064639** e o código CRC **E538EC8D**.

---

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 5064639



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

 <b>AVISO DE RECEBIMENTO</b> <b>AR</b>		DATA DE POSTAGEM 04/02/2020	
<b>DESTINATÁRIO</b> ALINE MARTINS SANTOS RUA 15 DE JANEIRO, 167 CENTRO PALMEIRAS BA 46930-000		UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL	
<b>REMETENTE</b> MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO, BRASÍLIA - DF 70044-900		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 	
<b>TENTATIVAS DE ENTREGA</b>  1º <u>  /  /  </u> <u>  :  </u> 2º <u>  /  /  </u> <u>  :  </u> 3º <u>  /  /  </u> <u>  :  </u>		<b>DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)</b> 1 - PR: 01250.044201/2018-77; 1 - OFÍCIO: 1812/2020;	
<b>MOTIVO DE DEVOLUÇÃO</b> [1] MUDOU-SE [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [4] DESCONHECIDO [5] RECUSADO [6] NÃO PROCURADO [7] AUSENTE [8] FALECIDO [9] OUTROS		<b>RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO</b>	
<b>ASSINATURA</b>  <b>NOME LEGAL</b> Aline Martins Santos		<b>DATA DE ENTREGA</b> 28/02/2020 <b>Nº DOC. DE IDENTIDADE</b> 229154986	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 7781/2020/MCOM

Brasília, 04 de novembro de 2020.

À Senhora

ALINE MARTINS SANTOS

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

46930-000 - PALMEIRAS - BA

**Assunto: Deferimento de prorrogação de prazo na fase de instrução. Processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhor Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas no Ofício nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC/044639, informo que fica deferida, por mais 30 (trinta) dias, nos termos do art. 41 da Portaria nº 4.334/20105 e suas alterações, considerando que todos os órgãos oficiais já retomaram atendimento:

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável **uma única vez** e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações **fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.**

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no **prazo improrrogável de trinta dias.**

2. Ressalto que na comunicação da resposta deverá constar os números do Processo e deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério.

3. Além disso, solicito que a Entidade mantenha atualizado o endereço de correspondência, sob pena de aplicação do art. 5º, parágrafo único da Portaria nº 4334/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC.

4. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)

5. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 05/11/2020, às 17:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6044627** e o código CRC **33804ED9**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 7781/2020/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 6044627

---

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



Ministério da Ciência,  
Tecnologia e Inovação



AO REMETENTE

		
NF.: Pedido:	Contrato: 9912443202 CARTA COMERCIAL CONTRATO	Volume: 1/1 Peso(g): 00030
BO52507365 BR		
		
Nome Legível: _____ Rubrica: _____		
Documento: _____		
ENTREGA NO VIZINHO		
NÃO AUTORIZADA		
<b>DESTINATÁRIO</b>		
ALINE MARTINS SANTOS RUA 15 DE JANEIRO, 167 CENTRO 46930-000 PALMEIRAS/BA		
		
Obs: processo: 01250.044201/2018-77 corec /serad		
<b>Remetente:</b> MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO E - PROTOCOLO, ZONA CIVICO-ADMINISTRATIVA 70067-900 BRASILIA/DF		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

 <b>AVISO DE RECEBIMENTO AR</b>		<b>DATA DE POSTAGEM</b> 09/11/2020
<b>DESTINATÁRIO</b> ALINE MARTINS SANTOS RUA 15 DE JANEIRO, 167 CENTRO PALMEIRAS BA 46930-000		<b>UNIDADE DE POSTAGEM</b> AGF VIA POSTAL
<b>REMETENTE</b> MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO E - PROTOCOLO, ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA BRASILIA - DF 70067-900		<b>CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA</b> 
<b>TENTATIVAS DE ENTREGA</b> 1º 20/11/2020 11:23 2º 23/11/2020 08:50 3º 26/11/2020 14:18		<b>DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)</b> 1 - pr:01250.044201/2018-77; 1 - of:7781/2020; 1 - corec;
<b>MOTIVO DE DEVOLUÇÃO</b> [1] MUDOU-SE [8] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [9] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO		<b>RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO</b>  80876056
<b>ASSINATURA DO RECEBEDOR</b>		<b>DATA DE ENTREGA</b>
<b>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR</b>		<b>Nº DOC. DE IDENTIDADE</b>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 12074/2020/MCOM

Brasília, 29 de dezembro de 2020.

À Senhora

ALINE MARTINS SANTOS

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

46930-000 - PALMEIRAS - BA

**Cadastro CADSEI: Paulo Henrique Oliveira da Rocha (procuração em anexo)**

**Assunto: Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios. Processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho o Ofício nº 7781/2020/MCOM, e **documentos que o acompanharam**, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: não procurado.
2. Na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.
3. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>.
4. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
5. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,

**Anexos:**

Ofício 7781/2020 6044627



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 11/01/2021, às 07:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6289605** e o código CRC **0C9A3ABF**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 12074/2020/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 6289605

---

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

**Data de Envio:**

13/01/2021 16:50:22

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mtic.gov.br>

**Para:**

abertcomsei@gmail.com

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 01250.044201/2018-77

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_6289605.html

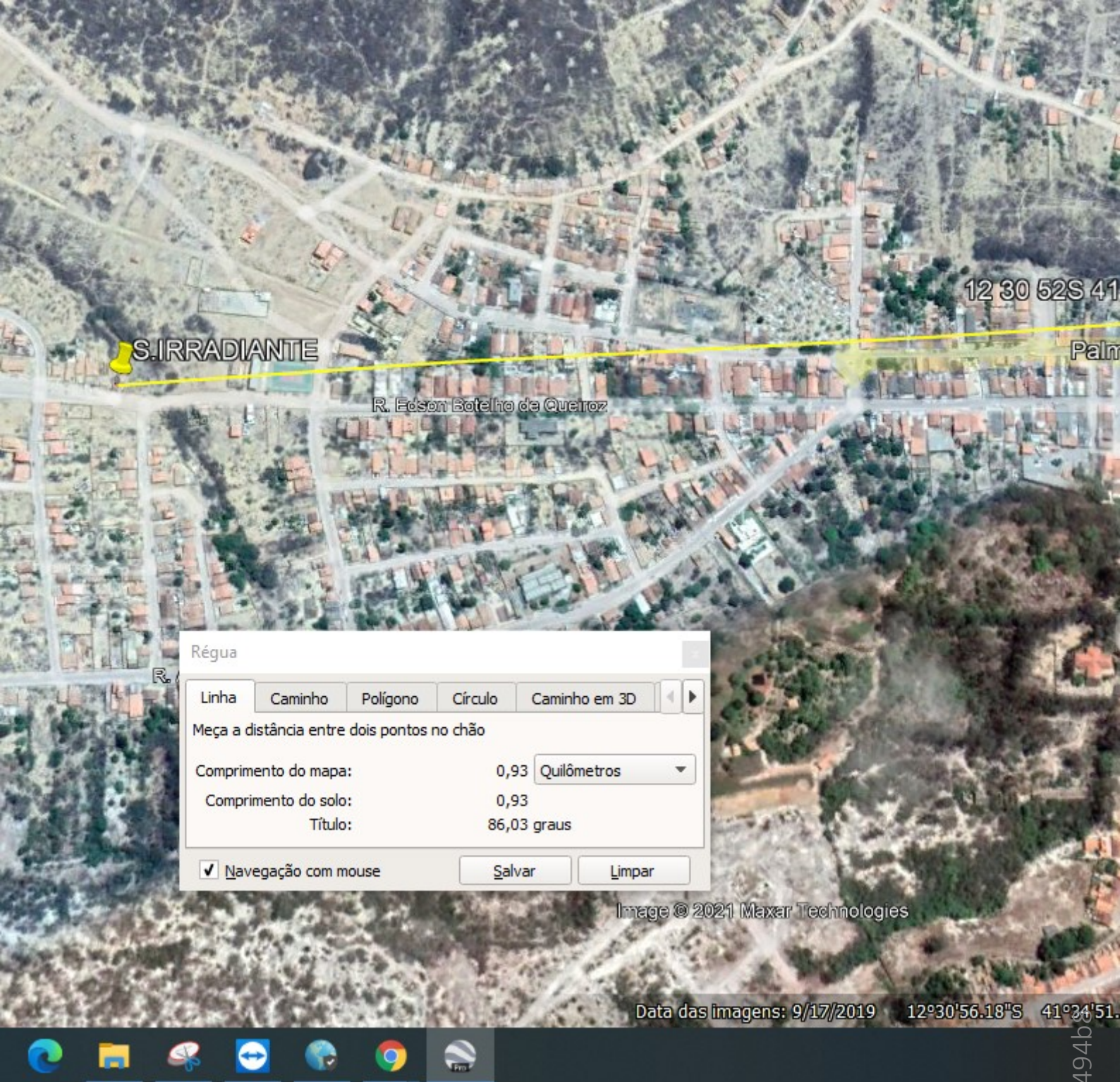
Oficio\_6044627.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

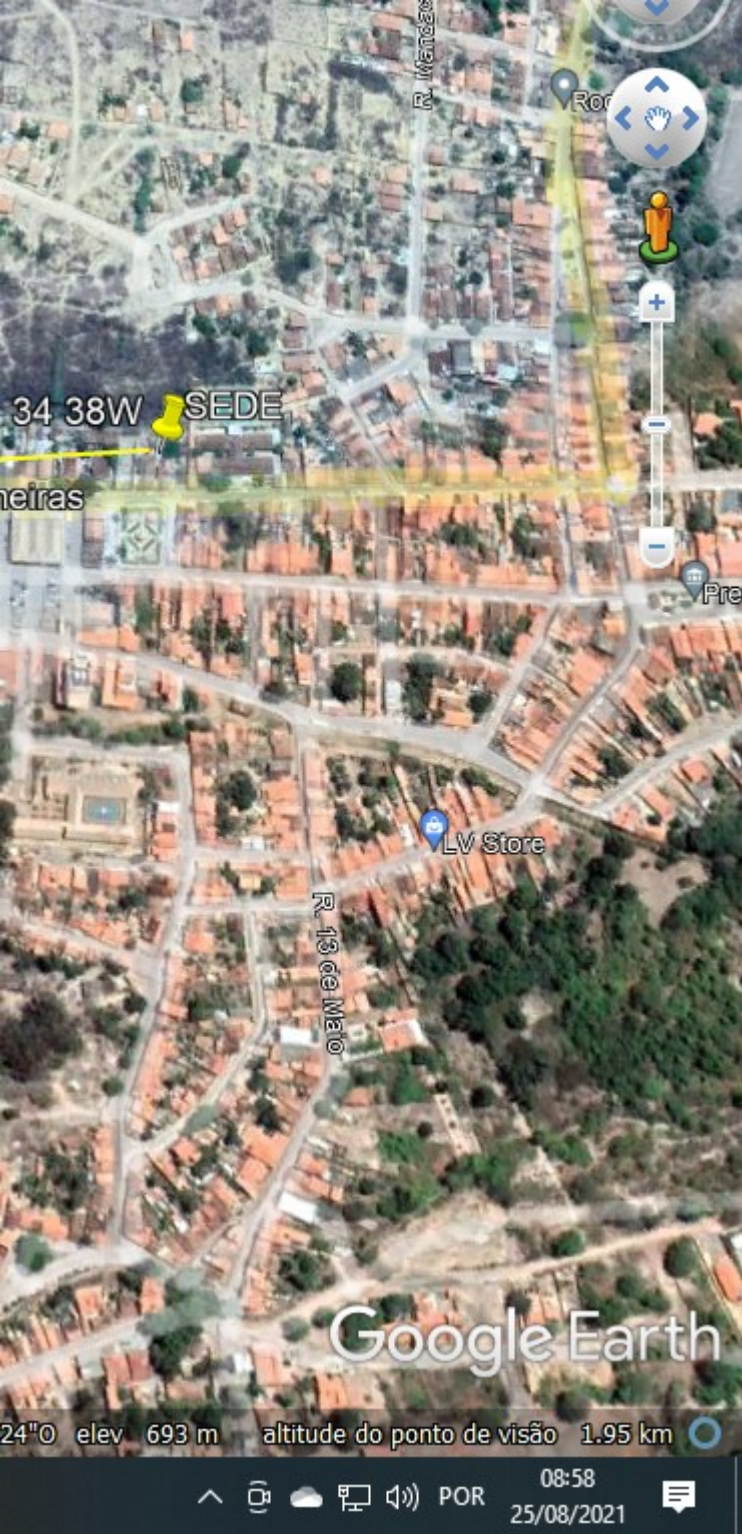


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500442012018

8/25/21 9:18 AM

Página 1 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	PALMEIRAS	01250.044201/2018	112	12S3054	41W3509	EXINST	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM
0.31	BA	PALMEIRAS	01250.041652/2018	112	12S3052	41W3459	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS
0.91	BA	PALMEIRAS	53000.052270/2013	0	12S3050	41W3439	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CAETE-ACU
0.94	BA	PALMEIRAS	53900.046482/2016	0	12S3052	41W3438	RAQ	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM
1.04	BA	PALMEIRAS	53000.022253/2010	29	12S3109	41W3438	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E BENEFICENTE DE PALMEIRAS
12.31	BA	PALMEIRAS	53900.049501/2015	0	12S2702	41W2937	RAQ	ASSOCIACAO COMUN DOS MORADORES DE CAMPO DE SAO JOAO
14.11	BA	PALMEIRAS	53000.007014/2009	29	12S3638	41W3001	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO CAETE ACU
17.36	BA	SEABRA	53000.067812/2007	0	12S2255	41W4010	ARQCD I	ASSOCIACAO AMBIENTALISTA E DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIA DE JATOBA
17.36	BA	SEABRA	53000.078629/2006	24	12S2255	41W4010	ARQDE F	ASSOCIACAO AMBIENTALISTA E DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIA DE JATOBA
19.69	BA	SEABRA	53000.029044/2013	59	12S2638	41W4507	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE SEABRA FM
21.68	BA	IRAQUARA	53900.015881/2015	0	12S1913	41W3446	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DOS AMIGOS AGRICULTORES DE LAGOA SECA- A.R.C.A.A.L.S
21.68	BA	IRAQUARA	53900.008821/2016	96	12S1913	41W3446	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DOS AMIGOS AGRICULTORES DE LAGOA SECA- A.R.C.A.A.L.S
---	BA	LENÇÓIS	01250.005190/2019	11	12S3325	41W2314	REN	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA AVANTE LENCOIS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

**DESPACHO****Processo nº: 01250.044201/2018-77.****Interessado: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM.****Assunto: OFÍCIO N° 1812/2020/SEI-MCTIC - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 5064639)**

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, na localidade de **PALMEIRAS/BA**, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015). <i><b>OBS.:</b> O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.</i>	6496397, págs. 01 a 04	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015: <i><b>OBS.:</b> Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a cota do terreno no mesmo processo.</i>	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	6496397, pág. 03	X		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	6496397, pág. 03			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	6496397, pág. 03	X		
d) O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	6496397, pág. 03	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	6496397, pág. 03	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	6496397, pág. 03	X		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, <b>juntamente com o comprovante de pagamento</b> da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	6496397, pág. 05 a 07	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada <b>guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros</b> do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), <b>conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação</b> em anexo.	6496397 8044619 8044614	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada <b>não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros</b> do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), <b>conforme Relação de Processos Vizinhos</b> .	6496397 8044619 8044614			X

Desse modo, considerando que a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC\_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.

Brasília, 25 de agosto de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 09/09/2021, às 15:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8044622** e o código CRC **00874B50**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 8044622



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>25.372.073/0001-35</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>03/08/2016</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>
--

LOGRADOURO <b>R 15 DE JANEIRO</b>	NÚMERO <b>167</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
--------------------------------------	----------------------	-----------------------------

CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
--------------------------	----------------------------------	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(77) 9136-1660</b>
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>
---

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>04/01/2021</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/10/2021** às **09:28:07** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**CNPJ:** **25.372.073/0001-35**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 09:31:44 do dia 05/10/2021 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-f35df494b8>



Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/Consultas Gerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-f35df494b8)

5c54fa54-033f-4ad7-943c-f35df494b8

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 25.372.073/0001-35

**Razão Social:** ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM

**Endereço:** RUA 15 DE JANEIRO 167 / CENTRO / PALMEIRAS / BA / 46930-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/10/2021 a 02/11/2021

**Certificação Número:** 2021100402393762584213

Informação obtida em 05/10/2021 09:29:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM**  
**CNPJ: 25.372.073/0001-35**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:30:42 do dia 05/10/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/04/2022.

Código de controle da certidão: **8AEB.F384.43AC.B471**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 25.372.073/0001-35  
Certidão nº: 31651172/2021  
Expedição: 05/10/2021, às 09:29:54  
Validade: 02/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.372.073/0001-35**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 05 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/11/2023, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8199937** e o código CRC **4F8D7CC7**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 8199937



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

radar/Principal/Apoio/Entidade/Consultar/PesquisaEntidadeNaoOutorgada.asp

Município/UF: Palmeiras/BA –

Processo nº: 01250.044201/2018-77 CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1 ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS - 01250.041652/2018 - ARQDEF

Nome da entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM**

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 (CADSEI)  
 2. Tempestividade: (x) SIM ( ) NÃO  
 3. Requerimento de Outorga: Fls. 1-2 (3775218)  
 4. Estatuto Social: Fls. 1-10 (3217981) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO  
 5. Ata de constituição: Fls. 1-3 (3217980) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO  
 6. Ata de eleição: Fls. 1-3 (3217983) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2022  
 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO  
 7. Comprovações de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 2-8 (3217985)  
 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Aline Martins Santos	PP	140263320523 05/09/93	Wilton de Souza Santos e Sônia Maira dos Santos Martins	058.833.485-56	Não
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles	PP	083334240566 14/06/82	Anatalino Francisco da Silva e Elzenir Araújo de Oliveira	333.585.128-51	Não
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves	Não	114164400515 26/11/85	José Pereira Alves e Eliecia Silva Viana	037.175.865-30	Não
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira	PP	018248030590 15/4/46	Eliezer Martins de Oliveira e Cezaltina Alves de Oliveira	268.424.325-53	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 2-28 (3217986)  
 9. Vínculo: ( ) SIM (x) NÃO  
 10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. (3217973)

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**11. Estatuto social:** Fls. 1-10 (3217981)

**11.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**  
 b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 3, 8**  
 c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**  
 d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**  
 e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 17**  
 f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 18-22**  
 g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 17**  
 h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 23-25**

**11.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**  
 b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 3, 4 e 10-11**  
 c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 7-8**  
 d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 28-29**  
 e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 26**

es para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 30-31**

a de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 29**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>





h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 10-11**

i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 13-16**

j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 13**

k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 31**

## 12. Certidões:

12.1 CNPJ: (8199751)

12.2 Certidão FGTS: (8199751)

12.3 Certidão PGFN : (8199751)

12.4 Certidão CNDT: (8199751)

12.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (8199937)

## 13. Pesquisa Anatel (8199751) e Radar ()

14. Anexo 6/ART: fl. (6496397)

15. Despacho Técnico de aprovação: (8044622)

**OBSERVAÇÕES: 05/10/2021: Processo instruído aguardando apenas o Sistema Radar voltar a funcionar para Revisão Final.**



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 05/10/2021, às 09:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8199396** e o código CRC **4F1653D3**.





Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa  
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento  
Gerência de Licitação

Impresso por: **Francisca de Carvalho Machado**

Data/Hora: **06/04/2022 12:18:12**

## Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF: BA	Município: Palmeiras	
Município	Canal	Frequência
Palmeiras	285	104,9

Usuário: **franciscacm.mc - Francisca de Carvalho Machado**

Data: **06/04/2022**

Hora: **12:18:12**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RD/RADCOM/Relatorios/PlanoReferencia/Tela.asp?hdnImprimir=true

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>25.372.073/0001-35</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>03/08/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>R 15 DE JANEIRO</b>	NÚMERO <b>167</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(77) 9136-1660</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>04/01/2021</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/04/2022** às **12:20:49** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





**CNPJ:** **25.372.073/0001-35**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 12:20:19 do dia 06/04/2022 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8)

<https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 25.372.073/0001-35

**Razão Social:** ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM

**Endereço:** RUA 15 DE JANEIRO 167 / CENTRO / PALMEIRAS / BA / 46930-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 06/04/2022 a 05/05/2022

**Certificação Número:** 2022040612213480638905

Informação obtida em 06/04/2022 12:21:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)  
<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM**  
**CNPJ: 25.372.073/0001-35**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 12:22:33 do dia 06/04/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/10/2022.

Código de controle da certidão: **6F56.3FB0.EAA8.2F36**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 25.372.073/0001-35  
Certidão nº: 10990677/2022  
Expedição: 06/04/2022, às 12:22:15  
Validade: 03/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.372.073/0001-35**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.
3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI 9652751.

Brasília, 06 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 06/04/2022, às 13:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9652902** e o código CRC **84EE4079**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 9652902



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Diamante

Adicionar filtro


Campo


Todos

#### Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas



### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a



Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém



Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém



25372073000135

Adicionar filtro Campo

Todos

### Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Exportar para

Atom

CSV

PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

05883348556

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Exportar para

Atom

CSV

PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade


contém

33358512851




Adicionar filtro Campo

Todos

### > Opções

☒ Aplicar Limpar Salvar Nenhuma informação disponível

Exportar para

 Atom CSV PDF



# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas



### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a



Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém



Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém



03717586530

Adicionar filtro

Campo

Todos

### Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

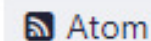
Nenhuma informação disponível



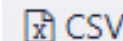
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

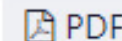
Exportar para



Atom



CSV



PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas



### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a



Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém



Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém



26842432553

Adicionar filtro

Campo

Todos

### Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Exportar para

Atom

CSV

PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ UF/Município

contém

Palmeiras/BA

Adicionar filtro Campo

Todos


### > Opções

☒ Aplicar Limpar Salvar Nenhuma informação disponível

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Exportar para

 Atom CSV PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Aline Martins Santos

Adicionar filtro


Campo

Todos

#### > Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar


 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Elizete Araújo da Silva Sá Teles

Adicionar filtro

Campo


Todos

#### > Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar


 Nenhuma informação disponível





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)



### Tarefas



#### ▼ Filtros

☒ Situação

todos



☒ Tipo

igual a



Atividade de Inspeção



☒ Tipo de inspeção

contém



Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém



José Augusto Viana Alves

Adicionar filtro

Campo

[Todos](#)

#### > Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Exportar para

Atom

CSV

PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Tarefas

...

Filtros

- ☒ Situação
- 
- ☒ Tipo
- 
- 
- ☒ Tipo de inspeção
- 
- 
- ☒ Identificação da não Outorgada
- 
- 

Adicionar filtro

Todos

Opções

- ☒ Aplicar
- 
- 

Nenhuma informação disponível



## Tarefas



## Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a



Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém



Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio



Lat: 123052

Lon: 413438

Adicionar filtro

Campo

Todos

## &gt; Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Exportar para

Atom

CSV

PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

1. Após análise do processo nº 01250.044201/2018-77, de interesse da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** na localidade de Palmeiras/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 06 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 11/04/2022, às 09:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9667224** e o código CRC **5B259E3B**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 9667224



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Município/UF: Palmeiras/BA –

Processo nº: 01250.044201/2018-77 CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1 ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS - 01250.041652/2018 - ARQDEF

Nome da entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM**Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018****Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018****Canal/Frequência: 285 - 104,9 (9652723)**

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 (CADSEI)
2. Tempestividade: (x) SIM ( ) NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 1-2 (3775218)
4. Estatuto Social: Fls. 1-10 (3217981) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 1-3 (3217980) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 1-3 (3217983) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2022
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO
7. Comprovações de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 2-8 (3217985)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Aline Martins Santos	PP	140263320523 05/09/93	Wilton de Souza Santos e Sônia Maira dos Santos Martins	058.833.485-56	Não
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles	PP	083334240566 14/06/82	Anatalino Francisco da Silva e Elzenir Araújo de Oliveira	333.585.128-51	Não
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves	Não	114164400515 26/11/85	José Pereira Alves e Eliecia Silva Viana	037.175.865-30	Não
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira	PP	018248030590 15/4/46	Eliezer Martins de Oliveira e Cezaltina Alves de Oliveira	268.424.325-53	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 2-28 (3217986)
9. Vínculo: ( ) SIM (x) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. (3217973)

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****11. Estatuto social:** Fls. 1-10 (3217981)**11.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 3, 8**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 17**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 18-22**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 17**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 23-25**

**11.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 3, 4 e 10-11**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 7-8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 28-29**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 26**

Reserva para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 30-31**Reserva de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 29**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 10-11**

i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 13-16**

j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 13**

k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 31**

## REVISÃO FINAL

### 12. Certidões:

12.1 CNPJ: (9652751)

12.2 Certidão FGTS: (9652751)

12.3 Certidão PGFN : (9652751)

12.4 Certidão CNDT: (9652751)

12.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (9652902)

### 13. Pesquisa Anatel (9652751) e Fiscaliza (9652943)

14. Anexo 6/ART: fl. 1-7 (6496398)

15. Despacho Técnico de aprovação: (8044622)

**OBSERVAÇÕES: 06/04/2022.**

**PROCESSO INSTRUÍDO**



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 06/04/2022, às 13:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9652952** e o código CRC **AC0C6DBD**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM**

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Palmeiras/BA**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

**ANÁLISE**

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 01/08/2018, via CADSEI, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
<b>Associação Rádio Comunitária Diamante FM</b>
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Aline Martins Santos
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Edson Botelho de Queiroz, S/N - Centro
Coordenadas geográficas: 12°30'54"S de latitude e 41°35'09"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Edson Botelho de Queiroz, S/N - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 1-2 (3775218)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 1-10 (3217981)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 (3217980)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 (3217983)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 2-8 (3217985)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 2-28 (3217986)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	3217973
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 1-7 (6496398) - Despacho COESA_MCOM_ENG 8044622
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(9652751)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(9652751)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(9652751)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(9652751)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(9652751)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(9667224) (9652941)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço. Assim, o requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS** constante no processo nº 01250.041652/2018-52, foi igualmente analisado. No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências do Ofício nº 48788/2018/SEI-MCTIC, de 07/12/2018, conforme segue:

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.041652/2018-52	<b>ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS</b>	Apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22 E Não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista no <b>caput</b> do art. 24.	Art. 25, inciso II E inciso IV

6. De acordo com o Despacho COESA\_MCOM\_ENG8044622), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, visto que para as duas emissoras que estão em Municípios vizinhos foram atribuídos canais distintos (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos (8044619).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho 9652902.

## CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 11/04/2022, às 10:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 11/04/2022, às 10:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 11/04/2022, às 11:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 14/04/2022, às 20:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9652973** e o código CRC **37A37684**.

## Minutas e Anexos

Minutas

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**MINUTA  
PORTARIA**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044201/2018-77, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, cuja sede se situa na Rua 15 de Janeiro, nº 167 - Centro, na localidade de Palmeiras, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 9652973



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Ofício Interno nº 18702/2022/MCOM

Brasília, 18 de abril de 2022

A Senhora  
**Carolina Scherer Bicca**  
Consultora Jurídica  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM (9652973)**

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM (9652973), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 19/04/2022, às 17:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9713149** e o código CRC **A36DA20A**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 18702/2022/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 9713149



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,  
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044201/2018-77  
INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM - RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM  
ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - OUTORGA POR AUTORIZAÇÃO

- EMENTA: I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras/BA**;
- II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito;
- III. Viabilidade jurídica do pedido, **desde que atendidas as recomendações dos itens 20, 25 e 27**, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;
- IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República;
- V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização;
- VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras/BA**, com base no Edital nº 118/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.
2. Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão -SERAD concluiu que o feito se encontrava devidamente instruído e que houve outra entidade interessada na presente seleção: A **Associação Comunitária Filhos de Palmeiras**, que foi inabilitada pela não apresentação da documentação necessária, incidindo nas hipóteses previstas no art. 25, incisos II e IV, da Portaria nº 4.334/2015.
3. O resultado prévio da habilitação das entidades foi procedido por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 16142/2019/SEI-MCTIC (SEI 4600073)** e o resultado definitivo foi comunicado à parte através do **OFÍCIO Nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 5064639)**.
4. Através do **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 8044622**, a área técnica afirmou que "**a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**".
5. Assim, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**, a Secretaria concluiu a análise técnica, remetendo os autos para análise desta Consultoria.
6. É o relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

7. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
8. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
9. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
10. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

II.2. Legislação aplicável





11. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.
12. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".
13. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "*Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço*".
14. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.
15. Coube à já citada Lei n.º 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, "*são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos*".
16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

*Parágrafo único.* Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

17. Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM’ SS”, com apenas dois dígitos



inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS'') na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

**Da Instrução**

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. [\(Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

**Do Recurso**

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

**Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária**

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

**II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
s.agu.gov.br/documento/884289188  
https://mfb0leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

19. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o *"Checklist"* (doc. SEI nº 9652952) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**.
20. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado pelo **OFÍCIO Nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 5064639)**, sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.
21. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 112/2018 concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, sendo o pedido da interessada tempestivo, visto ter sido recebido nesta Pasta em 01/08/2019:

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.
22. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.
23. Impende destacar que, por meio do **Despacho COREC\_MCOM\_RADCOM 3387186**, a área técnica atestou que *"Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Rádio Comunitária Diamante FM, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Palmeiras/ BA**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei Nº 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018"*.
24. Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**:

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 1-2 ( <a href="#">3775218</a> )
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 1-10 ( <a href="#">3217981</a> )
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 ( <a href="#">3217980</a> )
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 ( <a href="#">3217983</a> )
5. Comproverantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 2-8 ( <a href="#">3217985</a> )
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 2-28 ( <a href="#">3217986</a> )
7. Comproverante de recolhimento da taxa de cadastramento.	<a href="#">3217973</a>
8. Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 1-7 ( <a href="#">6496398</a> ) - Despacho COESA_MCOM_ENG <a href="#">8044622</a>
9. Comproverante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	( <a href="#">9652751</a> )
10. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	( <a href="#">9652751</a> )
11. Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	( <a href="#">9652751</a> )
12. Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	( <a href="#">9652751</a> )
13. Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	( <a href="#">9652751</a> )
14. Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	( <a href="#">9667224</a> ) ( <a href="#">9652941</a> )

25. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 3º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 23), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3217981 - fls. 1/10). **Entretanto, entende-se necessária a retificação do art. 23, §1º, do Estatuto da entidade, uma vez que este define a instituição do Conselho Comunitário em até 30 dias da entrada em funcionamento da**





**rádio, o que contraria a legislação. Esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.**

26. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist roteiro RadCom (SEI 9652952)*, que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga.** O **Despacho COREC\_MCOM 9652902** também assegura a inexistência dos vínculos:

- 1.Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.

27. Observa-se, no entanto, que quase todos os diretores, Sra. Aline Martins Santos, Sra. Elizete Araújo da Silva Sá Teles e o Sr. Pedro Martins de Oliveira, são filiados a Partidos Políticos. Assim, solicita-se que a Secretaria, expressamente, analise e ateste que os mencionados membros da Diretoria não exercem atividades políticas vedadas pela legislação.

28. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.

29. A esse respeito, a área técnica afirmou a existência de outras entidades interessadas, no entanto, apontou que estas foram inabilitadas pela existência de vínculo político-partidário:

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço. Assim, o requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS**, constante no processo nº 01250.041652/2018-52, foi igualmente analisado. No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências do Ofício nº 48788/2018/SEI-MCTIC, de07/12/2018, conforme segue:

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.041652/2018-52	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS	Apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22 E Não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista no <b>caput</b> do art. 24.	Art. 25, inciso II E inciso IV

30. Em consulta ao processo 01250.041652/2018-52, observa-se que a entidade supra citada foi inabilitada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 16149/2019/SEI-MCTIC (SEI 4600304)**, por meio do **Despacho COREC\_MCOM\_RADCOM 4600827**, que entendeu por *"INABILITAR a Associação Comunitária Filhos de Palmeiras, entidade participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras / BA, tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual"*. Após, foi-lhe comunicada a inabilitação, oportunizando-lhe a via recursal, por meio do OFÍCIO Nº 31559/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 4600865), encaminhado através da Correspondência Eletrônica COREC\_MCOM\_DOC\_OUT\_TEMP 4648437. Em razão da inabilitação, não tendo a entidade apresentado recurso, o processo foi arquivado, por meio do **Despacho COREC\_MCOM\_RADCOM 4936953**, sendo a entidade noticiada através do OFÍCIO Nº 46881/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 4937027), encaminhado através da Correspondência Eletrônica COREC\_MCOM\_DOC\_OUT\_TEMP 4995172. Consta-se, assim, na presente seleção, a observância ao devido processo legal e aos princípios do **contraditório e da ampla defesa**.

31. Retornando à análise do presente processo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 8044622**, por meio do qual a área técnica atesta que ***"a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor"***

32. Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea “a”, da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

33. Com isso, determinou-se, naquela ocasião, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada **“idoneidade moral”**, antes prevista pela sobredita alínea “a” do art. 34 (hoje revogada). Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

34. No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho COREC\_MCOM 9667224**, constatou-se que **“até esta data, não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada"**.

35. Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - *que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010* -, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos**:

36. A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

(...)"Art. 38<sup>[2]</sup> .....  
*j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"*. (g.n.)

37. No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g’ ‘h’, ‘i’, ‘j’, ‘k’, ‘l’, ‘m’, ‘n’, ‘o’, ‘p’ e ‘q’ da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa” (fls. 1 e 2 da Petição SEI 3217972).

38. Por fim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.**

### III - CONCLUSÃO

39. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações dos itens 20, 25, 27 e 38.**



40. Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.
41. No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.
42. Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis

À consideração superior.

Brasília, 10 de maio de 2022.

TÔNIA LAVOGADE COSTA  
Advogada da União  
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044201201877 e da chave de acesso 5c2539c5

Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 884289188 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA. Data e Hora: 10-05-2022 22:14. Número de Série: 37745437151420413935880047606. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,  
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00946/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.044201/2018-77

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Tônia Lavogade Costa, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Rádio Comunitária Diamante FM, na localidade de Palmeiras/BA.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade.
4. Deste modo e após o devido atendimento das orientações apresentadas nos itens 20, 25, 27 e 38 do PARECER n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Rádio Comunitária Diamante FM, na localidade de Palmeiras/BA, pelo prazo de 10 (dez) anos.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 11 de maio de 2022.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044201201877 e da chave de acesso 5c2539c5

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 884611099 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 11-05-2022 11:20. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.







ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00949/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.044201/2018-77**

**INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM - RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM**  
**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 11 de maio de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044201201877 e da chave de acesso 5c2539c5

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 884938741 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 11-05-2022 13:26. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5903457), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/05/2022, às 16:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9864519** e o código CRC **E6034A13**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 9864519



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

DESPACHO

**Processo nº:** 01250.044201/2018-77

**Referência:** Parecer Jurídico nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5903457)

**Interessado:** Associação Rádio Comunitária Diamante FM

**Assunto:** Outorga. Consulta Conj. Devolução dos autos

**À CGOU**

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5903457), e adoção de providências cabíveis.

Brasília, 11 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 11/05/2022, às 17:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9864575** e o código CRC **7C6BDFE2**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 9864575



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 14434/2022/MCOM

Brasília, 15 de junho de 2022.

À Senhora

ALINE MARTINS SANTOS

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

46930-000 - PALMEIRAS - BA

**Assunto: PROCESSO nº 01250.044201/2018-77. SANEAMENTO/ RECOMENDAÇÃO DA CONSULTORIA JURÍDICA.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras / BA**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme art. 42 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018: *"O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária"*.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e o que consta no item 25 do Parecer Jurídico n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9863509):

25. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 3º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 23), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3217981 - fls. 1/10). Entretanto, entende-se necessária a retificação do art. 23, §1º, do Estatuto da entidade, uma vez que este define a instituição do Conselho Comunitário em até 30 dias da entrada em funcionamento da rádio, o que contraria a legislação. Esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.

**3.1 Assim, solicita-se que a entidade adeque o Estatuto Social de acordo com a a recomendação da Consultoria Jurídica deste Ministério bem como, ao que consta no art. 114/115 da Portaria 4334/2015:**

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por representantes de, no mínimo, cinco entidades legalmente instituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho, sendo permitido, neste caso, que uma mesma entidade indique mais de um representante, até totalizar, no mínimo, cinco Conselheiros Comunitários.

§ 4º A entidade autorizada deverá encaminhar cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ de cada entidade que vier a compor o Conselho.

Art. 115. Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I - fiscalizar a programação da emissora;

II - solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III - fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

IV - realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V - receber reclamações, denúncias e elogios; e

VI - submeter ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizado relatório circunstanciado acerca da programação.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

**Código Civil:**

#### **ASSOCIAÇÕES**

**Art. 54:** Deve estar expressamente previsto:

- a denominação, os fins e a sede da associação;

- os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

- os direitos e deveres dos associados;

- as fontes de recursos para sua manutenção;

- o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos;

- as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;

- a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

**Art. 57:** Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

**Arts. 59 e 60:** As competências privativas da Assembleia Geral, a saber, eleger e destituir os administradores, aprovar as contas e alteração do estatuto, bem como:

- o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos;

- os critérios de eleição dos administradores;

- a garantia de convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados.

**Art. 61:** As condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio.

**Observação 1:** a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

**Observação 2:** O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

**Observação 3:** A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

**CNPJ:** CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

**CNDA:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

**CNDT:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

**FGTS:** FUNDO DE GARANTIA POR TERMO DE SERVIÇO

**PGFN:** PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

4. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta intempestiva ou com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de facilitar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência constantemente atualizado neste Ministério.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

7. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> . Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 20/06/2022, às 07:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10042160** e o código CRC **0658F7D1**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 14434/2022/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 10042160



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

### DESPACHO DE DECISÃO nº 596 / 2022

O **SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, inciso XVIII do Anexo VII da Portaria nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2021, atendendo a sugestão proferida pelo Parecer n. 0028/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, convalida o Resultado Definitivo da Fase de Habilitação divulgado por meio do Ofício nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC, constante do processo nº 01250.044201/2018-77, bem como ratifica todos os atos do processo, culminando com o deferimento da pretendida Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária pela **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04 de junho de 2018, na localidade de **Palmeiras/BA**.



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, **Secretário de Radiodifusão**, em 27/07/2022, às 14:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10170584** e o código CRC **71854430**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 10170584



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



AVISO DE  
RECEBIMENTO

VIA POSTAL  
20/06/2022

DESTINATARIO  
ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO 167,  
CENTRO - PALMEIRAS - BA  
46930-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO  
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN  
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF  
70044-900

YG611717235BR



SERAD/COREC PR 01250044201/2018-77 OF 14434

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º 06/07/2022 13:16 h  
2º 07/07/2022 10:35 h  
3º 11/07/2022 09:20 h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO	
[1] MUDOU-SE	[5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE	[6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO	[7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO	[8] FALECIDO
[9] OUTROS	

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

*[Handwritten signature]*  
20076056

( ) Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: 11/07/2022

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original  
<https://portallog.correios.gov.br/assinatura/cadastrelog/assinatura/assinatura.aspx?AUT=0454-033f-4ad7-943c-ff35df494b68>

EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELEGRAFOS

<input checked="" type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO
<input checked="" type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº ENDEREÇO	
2 DESCONTINUED	
INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO	
OU SEU	
REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL	

5c54fa54-033f-4ad7-943c-ff35df494b68





**Correios**

Contrato: 9912556366

Volume: 1/1

CARTA REG AR 04

Peso (g): 100.0

**YG 611 717 235 BR**



AR

Recebedor:

Assinatura:

Documento:

**DESTINATÁRIO**

ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM  
RUA 15 DE JANEIRO 167 CENTRO



16930-000 PALMEIRAS/BA

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO

SPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST

0044-900 BRASILIA/DF

ERAD/COREC PR 01250044201/2018-77 OF 14434



AO REMETENTE



Autenticado eletronicamente, confira com o original

<https://pfbg.autenticacao.camara.org.br/Se54fa54-033f-4ad7-943c-fbf35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fbf35df494b8



## CHECKLIST

Município/UF: Palmeiras/BA – **Para verificação das recomendações da Conjur**

Processo nº: 01250.044201/2018-77 CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1 ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS - 01250.041652/2018 - ARQDEF

Nome da entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM**Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018****Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018****Canal/Frequência: 285 - 104,9 (9652723)**

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 (CADSEI)
2. Tempestividade: (x) SIM ( ) NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 1-2 (3775218)
4. Estatuto Social: (10085247) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 1-3 (3217980) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 1-3 (3217983) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2022
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO
7. Comprovações de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 2-8 (3217985)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Aline Martins Santos	PP	140263320523 05/09/93	Wilton de Souza Santos e Sônia Maira dos Santos Martins	058.833.485-56	Não
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles	PP	083334240566 14/06/82	Anatalino Francisco da Silva e Elzenir Araújo de Oliveira	333.585.128-51	Não
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves	Não	114164400515 26/11/85	José Pereira Alves e Eliecia Silva Viana	037.175.865-30	Não
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira	PP	018248030590 15/4/46	Eliezer Martins de Oliveira e Cezaltina Alves de Oliveira	268.424.325-53	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 2-28 (3217986)
9. Vínculo: ( ) SIM (x) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. (3217973)

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****11. Estatuto social: (10085247)****11.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 3, 8**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 18**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 19-23**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 17**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 24-25**

**11.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 3, 4 e 10-11**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 7-8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 29-30**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 27**

Reserva para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 31-32**Sistema de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 30**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 10-11**

i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 14-17**

j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**

k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 32**

**OBSERVAÇÕES: 02/08/2022 O Estatuto Social foi adequado conforme recomendação da Conjur.**



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 02/08/2022, às 09:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10258877** e o código CRC **05BBC181**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 10258877



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>25.372.073/0001-35</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>03/08/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R 15 DE JANEIRO</b>	NÚMERO <b>167</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>
UF <b>BA</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(77) 9136-1660</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>04/01/2021</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/08/2022** às **10:13:22** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**





**CNPJ:**

**25.372.073/0001-35**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

Emitida às 10:14:19 do dia 02/08/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Imprimir

Voltar

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 25.372.073/0001-35  
**Razão Social:** ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM  
**Endereço:** RUA 15 DE JANEIRO 167 / CENTRO / PALMEIRAS / BA / 46930-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 29/07/2022 a 27/08/2022

**Certificação Número:** 2022072902214690200880

Informação obtida em 02/08/2022 10:15:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 25.372.073/0001-35  
Certidão nº: 24441153/2022  
Expedição: 02/08/2022, às 10:16:29  
Validade: 29/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.372.073/0001-35**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM**  
**CNPJ: 25.372.073/0001-35**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:16:45 do dia 02/08/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/01/2023.

Código de controle da certidão: **A1AF.63FD.4437.79A5**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

### Tarefas

#### Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Associação Rádio Comunitária Diam</div>

#### Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Aline Martins Santos

Adicionar filtroCampoTodos

Opções

✓ Aplicar

🔄 Limpar

💾 Salvar

⚠️ Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Elizete Araújo da Silva Sá Teles

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar paraAtomCSVPDF



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de Inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="José Augusto Viana Alves"/>

#### Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

#### 4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

## Tarefas

▼ Filtros

☒ Situação

 Tipo igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção contém

Uso do Espectro - Não ☐ Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada contém

Pedro Martins de Oliveira

Opções

✓ Aplicar    ↺ Limpar    📄 Salvar

Adicionar filtro Campo Todos

 Nenhuma informação disponível

Exportar para  Atom  CSV  PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="25372073000135"/>

#### Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="05863346556"/>

#### Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="33350512051"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

#### Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade

#### Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

26842432553

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

<>

Tarefas

...

▼ Filtros

☒ Situação

Adicionar filtro

Todos

☒ Tipo

+

☒ Tipo de inspeção☒ Identificação da não Outorgada☒ Coordenadas EstaçãoLat: Lon: Raio: 

&gt; Opções

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM**.

Assunto: **Pesquisas em atendimento às recomendações da Conjur**.

Informo que, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja **FILIADO** a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Em complementação, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10259357).

Por fim, foram renovadas as consultas no sistema de fiscalização FISCALIZA, e até esta data **não existe**, na localidade de Palmeiras/BA, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada conforme pesquisa em anexo (10259784).

Brasília, 02 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 02/08/2022, às 11:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10259792** e o código CRC **5A58A785**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 10259792



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

1. Tendo em vista o posicionamento favorável com recomendações do Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, 9863509, e o cumprimento das diligências erigidas neste,

**Recomendação Conjur - 20.** Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado pelo OFÍCIO Nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEP/SERAD/MCTIC (SEI 5064639), sem constar, portanto, a prior aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.

**Justificativa da área - Recomendação atendida conforme Despacho de Decisão 596 (10170584).**

**Recomendação Conjur - 25.** Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 3º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 23), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEIMCTIC - (Doc. SEI nº 3217981 - fls. 1/10). Entretanto, entende-se necessária a retificação do art. 23, §1º, do Estatuto da entidade, uma vez que este define a instituição do Conselho Comunitário em até 30 dias da entrada em funcionamento da 11/05/2022 14:58 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/884289188> <https://sapiens.agu.gov.br/documento/884289188> 5/6 rádio, o que contraria a legislação. Esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.

**Justificativa da área - A entidade foi devidamente notificada por meio do Ofício nº 14434/2022 (10042160), tendo apresentado resposta por meio do protocolo 53115.016554/2022-11 e a análise do novo Estatuto Social consta no checklist (10258877).**

**Recomendação Conjur - 27.** Observa-se, no entanto, que quase todos os diretores, Sra. Aline Martins Santos, Sra. Elizete Araújo da Silva Sá Teles e o Sr. Pedro Martins de Oliveira, são filiados a Partidos Políticos. Assim, solicita-se que a Secretaria, expressamente, analise e ateste que os mencionados membros da Diretoria não exercem atividades políticas vedadas pela legislação..

**Justificativa da área -** foram atualizadas as pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não restando configurada, assim, nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é a de que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro', conforme consta no Despacho COREC\_MCOM (10259792).**

**Recomendação Conjur - 38.** Por fim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.

**Justificativa da área -** em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), **conforme consta no DESPACHO COREC\_MCOM10259357) e consulta Fiscaliza (10259784).**

2. Com base nessas informações e, uma vez que a Consultoria Jurídica deste Ministério no Parecer supracitado entende que, atendidos os requisitos solicitados, o processo deverá seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, deve-se dar prosseguimento ao Processo. Assim, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 03/08/2022, às 09:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 03/08/2022, às 18:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10259935** e o código CRC **64CEAFEB**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**  
Ministro de Estado das Comunicações

### MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044201/2018-77, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, cuja sede se situa na Rua 15 de Janeiro, nº 167 - Centro, na localidade de Palmeiras, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**  
Ministro de Estado das Comunicações

---

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 10259935



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 6337, DE 04 DE AGOSTO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL**, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044201/2018-77, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, cuja sede se situa na Rua 15 de Janeiro, nº 167 - Centro, na localidade de Palmeiras, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO  
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual**, em 05/08/2022, às 16:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10273377** e o código CRC **57715A2D**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 10273377



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Brasília, 04 de agosto de 2022.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual, expediu a Portaria MCOM nº 6337, de 04 de Agosto de 2022, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO  
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual**, em 05/08/2022, às 16:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10273393** e o código CRC **67DCBACC**.



Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 30/08/2022 13:12:54  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 9064021  
**Data prevista de publicação:** 31/08/2022  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

## Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
19849729	PORTARIA MCOM NA 6337.rtf	add74f5cbba411e3 3c892c85f24f2233	9,00	R\$ 350,28
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>8,63</b>	<b>R\$ 350,28</b>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[n.gov.br/recibo.do?idof=9064021](https://n.gov.br/recibo.do?idof=9064021)<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 31/08/2022 | Edição: 166 | Seção: 1 | Página: 55

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 6.337, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044201/2018-77, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, cuja sede se situa na Rua 15 de Janeiro, nº 167 - Centro, na localidade de Palmeiras, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM.**

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República.**

Haja vista a publicação da Portaria nº 6.337 de 04 de agosto de 2022, no Diário Oficial da União de 31/08/2022, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Diamante FM a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, e em atenção ao disposto no §3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o processo nº 01250.044201/2018-77, acompanhado do ato de outorga, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para providências quanto ao encaminhamento à Presidência da República.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 31/08/2022, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 31/08/2022, às 18:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10368345** e o código CRC **AD118925**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 10368345



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



BOA TARDE  
Alicionete da Siva LuzSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » RADCOM » Consultas » Geral | internet | teia | menu | ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM							
<b>UF:</b>	BA	<b>Distrito:</b>					
<b>Município:</b>	Palmeiras	<b>Sub Distrito:</b>					
<b>Canal:</b>	285	<b>Local Especifico:</b>					
<b>Fase:</b>	1						
Dados da Entidade							
<b>Entidade:</b>	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM	<b>CNPJ:</b>	25.372.073/0001-35				
<b>Nome Fantasia:</b>	Radio Comunitaria Diamante Fm	<b>Bairro:</b>	Centro				
<b>Logradouro:</b>	Rua 15 de janeiro	<b>Número:</b>	167				
<b>Telefone:</b>	(77) 91361660	<b>Fax:</b>	Não Informado				
<b>Situação:</b>	Entidade não possui débitos						
+ Dados da Outorga							
- Documentos Emitidos							
Atualização de Documentos							
Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	6337	Portaria	MC	04/08/2022	31/08/2022	Outorga	Jur.
Tela Inicial		Imprimir					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
 me:///C:/Users/ALICIO~1.SIL/AppData/Local/Temp/6NA21DDZ.htm

01/09/2022

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Ofício Interno nº 24817/2022/MCOM

Brasília, 1º de Setembro de 2022

À Senhora  
**Renata Machado Moreira**  
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10273393)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6337/2022/SEI-MCOM §978278), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10273393), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 01/09/2022, às 14:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10371406** e o código CRC **583B6CC3**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 24817/2022/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 10371406



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Brasília, 30 de Setembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual, expediu a Portaria MCOM nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 31/08/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



***Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 25268/2022/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2022, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10427160** e o código CRC **EF5D8E75**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 25268/2022/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 10427160



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

MINUTA DE ENCERRAMENTO E MOTIVOS

# MINUTA

\* MINUTA DE DOCUMENTO

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 31/08/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 19/05/2023, às 11:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 23/05/2023, às 15:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10912909** e o código CRC **87D3B4B7**.



Processo nº 01250.044201/2018-77

Documento nº 10912909

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Entidade: Associação Rádio Comunitária Diamante FM.

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro das Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 19/05/2023, às 11:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 23/05/2023, às 15:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10912910** e o código CRC **E06C1862**.

#### Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (10912909).

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

Documento nº 10912910



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Brasília, 25 de maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob o nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 31/08/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/06/2023, às 16:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10924364** e o código CRC **50AE3D91**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

Documento nº 10924364



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Ofício Interno nº 36446/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (10924364)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC\_MCOM 10912910), encaminha a Exposição de Motivos (10924364), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 30/05/2023, às 16:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10924370** e o código CRC **136FCA1C**.



Ofício Interno nº 37228/2023/MCOM

Brasília, 12 de Junho de 2023

Ao Senhor  
**Enio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10924364)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREC\_MCOM 10912910), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10924364), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 12/06/2023, às 11:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10948046** e o código CRC **99CA84BB**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

Documento nº 10948046



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Brasília, 14 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob o nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 31/08/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 16240/2023/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 15/06/2023, às 11:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10954472** e o código CRC **1F1C4A99**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

Documento nº 10954472



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

**ANEXO 2**  
**REQUERIMENTO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM	
Nome Fantasia: RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM	
CNPJ: 25.372.073/0001-35	
Endereço de Sede: RUA 15 DE JANEIRO	Nº. 167
Bairro: CENTRO	CEP: 46.930-000
Município: PALMEIRAS	UF: BA
Nome do representante legal:	ALINE MARTINS SANTOS
Endereço eletrônico (e-mail)	abertcomsei@gmail.com

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	
Endereço: RUA 15 DE JANEIRO	Nº. 167
Bairro: CENTRO	CEP: 46.930-000
Município: PALMEIRAS	UF: BA

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE	
Endereço: RUA JAZON ALVES	S/Nº
Bairro: CENTRO	CEP: 46.930-000
Município: PALMEIRAS	UF: BA
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 12 ° (N/S) 30 ' 56 "
	Longitude: 41 ° W 35 ' 00 "

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 112/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



- X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e
- XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente: ALINE MARTINS SANTOS			
Cargo: PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 140263320523	
RG: 1405467401	Órgão Emissor: SSP-BA	CPF: 058.833.485-56	
Endereço: RUA EDSON BOTELHO DE QUEIROZ, CENTRO			S/Nº:
Município: PALMEIRAS	UF: BA	CEP: 46.930-000	
Assinatura: <i>Aline Martins Santos</i>			

Nome do dirigente: ELIZETE ARAÚJO DA SILVA SÁ TELES			
Cargo: VICE-PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 083334240566	
RG: 1129640957	Órgão Emissor: SSP-BA	CPF: 333.585.128-51	
Endereço: RUA SANTA CRUZ, CENTRO			Nº: 40
Município: PALMEIRAS	UF: BA	CEP: 46.930-000	
Assinatura: <i>Elizete Araujo da Silva Sá Teles</i>			

Nome do dirigente: JOSÉ AUGUSTO VIANA ALVES			
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO		Tit. Eleitor: 114164400515	
RG: 1129463800	Órgão Emissor: SSP-BA	CPF: 037.175.865-30	
Endereço: RUA VALDEVAL JOAQUIM DOS SANTOS, CENTRO			Nº: 75
Município: PALMEIRAS	UF: BA	CEP: 46.930-000	
Assinatura: <i>José Augusto Viana Alves</i>			

Nome do dirigente: PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA			
Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES		Tit. Eleitor: 018248030590	
RG: 2167154151	Órgão Emissor: SSP-BA	CPF: 268.424.325-53	
Endereço: RUA ANTÔNIO GONÇALVES DA SILVA, CENTRO			Nº: 59
Município: PALMEIRAS	UF: BA	CEP: 46.930-000	
Assinatura: <i>Pedro Martins de Oliveira</i>			

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 2




Gerado a partir de [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru\\_novosite/gru\\_simples\\_parte2.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp)

 <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	07/2018
	Vencimento	31/07/2018
Nome do Contribuinte / Recolhedor: <b>ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	25.372.073/0001-35
Nome da Unidade Favorecida: <b>COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS</b>	UG / Gestão	240101 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
<b>GRU SIMPLES</b> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN67389CC07AA2FC64415D9590C5A4E83A]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89960000001-0 00000001010-3 95523151882-4 20421223635-6



 <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	07/2018
	Vencimento	31/07/2018
Nome do Contribuinte / Recolhedor: <b>ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	25.372.073/0001-35
Nome da Unidade Favorecida: <b>COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS</b>	UG / Gestão	240101 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
<b>GRU SIMPLES</b> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN67389CC07AA2FC64415D9590C5A4E83A]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89960000001-0 00000001010-3 95523151882-4 20421223635-6



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[tesouro.fazenda.gov.br/gru\\_novosite/gerarHTML.asp](https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gerarHTML.asp)<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5C546a54-08Bf-4ad7-9036-g01f55df494b8>

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA  
AGÊNCIA: 2781-2 CONTA: 24.218-7

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO  
Codigo de Barras 89960000001-0 00000001010-3 95523151882-4 20421223635-6

Data do pagamento 20/07/2018  
Competência MM/AAAA 07/2018  
Data de Vencimento 31/07/2018  
CNPJ 25372073/0001-35

Valor Principal 100,00  
Valor em Dinheiro 100,00  
Valor em Cheque 0,00  
Valor Total 100,00

DOCUMENTO: 072001  
AUTENTICACAO SISBB:  
C.245.804.4A9.A38.F2F

Leia no verso as informações entre outras informações.



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>25.372.073/0001-35</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>03/08/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R 15 DE JANEIRO</b>		NÚMERO <b>167</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(77) 9136-1660</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/08/2016</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **04/08/2016** às **19:56:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 04/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://meu.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpireva/impressao/ImprimePagina.asp>

https://meu.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpireva/impressao/ImprimePagina.asp

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000



**ATA AGE 01/2016. DE 01/08/2016,**  
**DELIBERAÇÕES:** Fundação, votação e aprovação  
do Estatuto Social e eleição e posse da primeira  
Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA**  
**DIAMANTE FM, de PALMEIRAS-BA.**

Ao 01 dia do mês de agosto de 2016, às 10h00min, à **RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000**, reuniram-se os membros da comunidade, com o objetivo específico de **FUNDAR A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM, APROVAR O ESTATUTO SOCIAL E ELEGER A PRIMEIRA DIRETORIA DA ENTIDADE**, por aclamação foram escolhidos **LUCAS FERNANDO SANTOS DE OLIVEIRA** para presidir e **MARIVALDA ROSA DOS SANTOS** para secretariar esta **AGE**. Fazendo uso da palavra, o presidente explicou à todos os presentes que as associações existem para promover o desenvolvimento social, cultural e comunitário, buscando o exercício pleno da cidadania e que têm um papel de suma importância na história da formação e do desenvolvimento das comunidades organizadas. Disse, também, que a criação da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, é fundamental para o caráter de nossa comunidade. Sua função é buscar melhorias sociais, culturais e educacionais em toda sua amplitude, aí incluindo, os aspectos administrativos e também sociais, sendo que, com a entidade devidamente constituída, o próximo passo será lutar por uma rádio comunitária. Dessa forma, a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, será o colegiado que irá determinar como deve ser o trabalho da emissora e as contribuições que a rádio comunitária irá beneficiar a população, buscando benefícios e fechando parcerias com outras entidades e instituições de ensino, no intuito de fomentar a educação e cultura de nossa cidade. Todos os presentes concordaram com a importância da criação da associação e da Radio Comunitária para o nosso município e que todos se dispunham a carrear esforços para o desenvolvimento da entidade e para viabilizar a criação da rádio comunitária, foi colocado em votação e foi **APROVADA POR UNANIMIDADE A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que a partir desta data, fica devidamente **CONSTITUÍDA**. Em seguida a Presidente apresentou o estatuto social da entidade para apreciação, que após a leitura integral aos presentes, foi colocado em discussão e votação, sendo **APROVADO POR UNANIMIDADE O ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, em seguida foi proposta a formação da primeira Diretoria por consenso, proposta que colocada em votação foi aprovada por unanimidade, **ENTÃO O PRESIDENTE APRESENTOU OS NOMES COM OS RESPECTIVOS CARGOS PARA A DIRETORIA, QUE COLOCADOS EM VOTAÇÃO, FORAM ELEITOS POR UNANIMIDADE**, ficando assim constituída: **CARGO: PRESIDENTE, NOME: LUCAS FERNANDO SANTOS DE OLIVEIRA, CPF: 023.067.345-77, RG: 927012138 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 15/02/1984, NATURALIDADE: MUCUGÊ-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, ENDEREÇO: RUA CONSELHEIRO LUIS VIANA, Nº. 102, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000. ----- CARGO: VICE-PRESIDENTE, NOME: NILSON ANTONIO DE OLIVEIRA, CPF: 546.228.085-87, RG: 0534824846 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 13/03/1969, NATURALIDADE: PALMEIRAS-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, ENDEREÇO: RUA JAZON ALVES, Nº. 21, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000 ----- CARGO: DIRETORA ADMINISTRATIVA, NOME: MARIVALDA ROSA DOS SANTOS, CPF: 689.294.205-91, RG: 0499603699 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 29/05/1974, NATURALIDADE: IRAQUARA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRA,**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadepassinatura.camara.gov.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Petição (3217380)

SEPC-2563420/2018-77 / pg. 5



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

**ENDEREÇO:** RUA CONSELHEIRO LUIS VIANA, CENTRO, **CIDADE:** PALMEIRAS-BA, **CEP:** 46.930-000 ----- **CARGO:** DIRETOR DE OPERAÇÕES, **NOME:** MURILLO PEREIRA DOS SANTOS, **CPF:** 048.448.335-88, **RG:** 1432087134 SSP-BA, **DATA DE NASCIMENTO:** 14/04/1998, **NATURALIDADE:** CANARANA-BA, **NACIONALIDADE:** BRASILEIRA, **ESTADO CIVIL:** SOLTEIRO, **ENDEREÇO:** RUA ALTO DA PETECA, 234, CENTRO, **CIDADE:** PALMEIRAS-BA, **CEP:** 46.930-000. Confirmado o resultado, os eleitos tomaram posse para suas funções e atribuições, que iniciam nesta data, eu, **MARIVALDA ROSA DOS SANTOS**, Diretora Administrativa desta **AGE**, lavrei esta ATA que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo presidente, e na lista de presença por todos os demais presentes. Sem mais nada a tratar o presidente encerrou a presente reunião, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.

*Lucas F. Santos de Oliveira*  
**LUCAS FERNANDO SANTOS DE OLIVEIRA**  
CPF: 023.067.345-77  
Presidente



*048-BA  
16464*

EM BRANCO



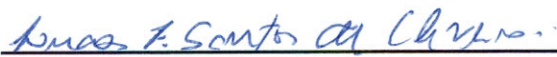
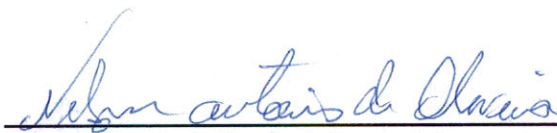
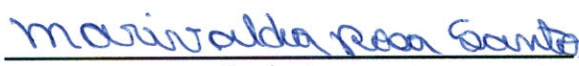
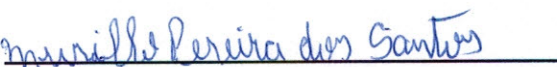
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8>

# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

## RELAÇÃO DOS MEMBROS FUNDADORES E LISTA DE PRESENÇA

DADOS PESSOAIS E QUALIFICAÇÕES	ASSINATURA
<b>NOME:</b> LUCAS FERNANDO SANTOS DE OLIVEIRA <b>CPF:</b> 023.067.345-77 <b>RG:</b> 927012138 SSP-BA <b>DATA DE NASCIMENTO:</b> 15/02/1984 <b>NATURALIDADE:</b> MUCUGÊ-BA <b>NACIONALIDADE:</b> BRASILEIRA <b>ESTADO CIVIL:</b> SOLTEIRO <b>END:</b> RUA CONSELHEIRO LUIS VIANA, Nº. 102, CENTRO <b>CIDADE:</b> PALMEIRAS-BA, <b>CEP:</b> 46.930-000	 Assinatura
<b>NOME:</b> NILSON ANTONIO DE OLIVEIRA <b>CPF:</b> 546.228.085-87 <b>RG:</b> 0534824846 SSP-BA <b>DATA DE NASCIMENTO:</b> 13/03/1969 <b>NATURALIDADE:</b> PALMEIRAS-BA <b>NACIONALIDADE:</b> BRASILEIRA <b>ESTADO CIVIL:</b> SOLTEIRO <b>END:</b> RUA JAZON ALVES, Nº. 21, CENTRO <b>CIDADE:</b> PALMEIRAS-BA, <b>CEP:</b> 46.930-000	 Assinatura
<b>NOME:</b> MARIVALDA ROSA DOS SANTOS <b>CPF:</b> 689.294.205-91, <b>RG:</b> 0499603699 SSP-BA <b>DATA DE NASCIMENTO:</b> 29/05/1974 <b>NATURALIDADE:</b> IRAQUARA-BA <b>NACIONALIDADE:</b> BRASILEIRA <b>ESTADO CIVIL:</b> SOLTEIRA <b>END:</b> RUA CONSELHEIRO LUIS VIANA, CENTRO <b>CIDADE:</b> PALMEIRAS-BA, <b>CEP:</b> 46.930-000	 Assinatura
<b>NOME:</b> MURILLO PEREIRA DOS SANTOS <b>CPF:</b> 048.448.335-88 <b>RG:</b> 1432087134 SSP-BA <b>DATA DE NASCIMENTO:</b> 14/04/1998 <b>NATURALIDADE:</b> CANARANA-BA <b>NACIONALIDADE:</b> BRASILEIRA <b>ESTADO CIVIL:</b> SOLTEIRO <b>END:</b> RUA ALTO DA PETECA, 234, CENTRO <b>CIDADE:</b> PALMEIRAS-BA <b>CEP:</b> 46.930-000	 Assinatura

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	
Registrado no Livro A 09	Registro Civil das
Pessoas Jurídicas fls 43 a 42	Nº 575
Palmeiras, 03 de 08 de 2016	
[Assinatura] Oficial(a)	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Petição (521756)

SEI 01250-04420/2018-77 / pg. 7



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

## ESTATUTO SOCIAL

### CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS



**Art. 01º** - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM, doravante denominada ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, de PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, com sede, na RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM utilizará como denominação fantasia RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

### CAPITULO II DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

**Art. 02º**- A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

**I. beneficiar a comunidade com vistas a:**

- Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade além de desenvolver o turismo local e suas potencialidades;
- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social promovendo feiras agropecuárias para amostra de produtos cultivados no município;
- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- Fomentar pela democracia, independência e respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, credo religioso, convicção política e filosófica;
- Incentivar a cultura literária, artística e desportiva, lutar pela melhoria da saúde e assistência social;
- Lutar por melhorias na educação, cultura e desporto, pela economia e trabalho, pela habitação e meio ambiente, apoio a juventude, velhice e migração;
- Manter a comunidade em torno da solução de seus problemas.
- Promover eventos sociais, de lazer e culturais como feiras, exposições, feiras e cursos agropecuários, mostras culturais, oficinas, cursos profissionalizantes.
- Atuar junto aos órgãos competente para buscar moradias através do projeto minha casa minha vida.
- Apoiar, colaborar e ajudar o poder público, sempre que for necessário para a organização de eventos culturais e sociais em benefício à comunidade.

Página 1 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/5c54fa54-0b3f-4ad7-9a3c-fff35df494b8>

Petição (3217581)

SEI 01250-04/2016-77 / pg. 6

5c54fa54-0b3f-4ad7-9a3c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

- m) Celebrar convenios com o poder público municipal, estadual, federal, autarquias de qualquer natureza e instituições de ensino público e privado, para execução de ações educativas, culturais e serviços que gere emprego, que promova geração de renda e desenvolvimento social em benefício a comunidade local, **nos termos do art. 2º, §1º e §2º.**

## II. respeitar e atender aos seguintes princípios:

- Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

**§1º** É vedado o vínculo, a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

**§2º** É vedada a subordinação o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

**§3º** Será obrigatória à pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

**§4º** Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

## CAPITULO III DOS ASSOCIADOS

### SEÇÃO I DA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS

**Art. 03º** - Será admitido o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, bem como de outras entidades sem fins lucrativos nela sediadas.

**PARAGRAFO ÚNICO** - Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.





# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

**Art. 04º** - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando para isso, manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade, de carta datada e assinada.

## SEÇÃO II DA CATEGORIA DE ASSOCIADOS

**Art. 05º** - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I. **Fundadores** – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II. **Contribuintes ou Efetivos** – formada por pessoas que se filiaram e que participam efetivamente das reuniões, AG e que contribuem financeiramente com sua mensalidade.
- III. **Honorários** – Formados por aqueles que mereçam o reconhecimento por algum gesto honroso a esta entidade, que os fazem por aclamação serem merecedores deste título vitalício.

**Art. 06º** - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

## CAPITULO IV DOS DIREITOS E DEVERES

### SEÇÃO I DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

**Art. 07º** – São deveres de todos os associados:

- a) Respeitar e cumprir as decisões das Assembleias e dos órgãos dirigentes da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Estatuto;
- c) Cooperar com todas as iniciativas e atividades da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- d) Conhecer o Regimento Interno da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- e) Participar das reuniões para as quais forem convocados;
- f) Desempenhar, responsavelmente, as atribuições que lhe forem confiadas;
- g) Zelar pelo nome da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**.

### SEÇÃO II DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

**Art. 08º** - São direitos de todos os associados:

- I. fica assegurado a todos os associados, pessoa física, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como ter direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>


Protocolo (3217354)

SEI 01230-044201/2018-77 / pg. 10



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

- 
- II. fica assegurado, o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativa existentes.
  - III. ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito á Diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião da Diretoria;
  - IV. recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Comunitário;

**Art. 09º** - Os associados perdem seus direitos:

- a) Se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- b) Se deixarem de participar das atividades da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, pelo período de 01 (um) ano;
- c) Se infringirem qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- d) Se praticarem atos nocivos ao interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- e) Se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** ou de seus membros;
- f) Se praticarem atos ou valerem-se do nome da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

## CAPITULO V DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

**Art. 10º** - O associado deixa de ser membro da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** se praticar, com justa causa, os seguintes atos:

- a) violação do estatuto social;
- b) difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- c) atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- d) desvio dos bons costumes;
- e) conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- f) por falta de pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

**Art. 11º** - As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir-se em:

- I. advertência por escrito;
- II. suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. eliminação do quadro social.

**§1º** - Havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, devese ser assegurado ao associado o direito da ampla defesa, devendo ser devidamente notificado dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

Página 4 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 11

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

§2º - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

§3º - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria, ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

§4º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

§5º - O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

## CAPITULO VI DOS ORGÃOS E SEU FUNCIONAMENTO

**Art. 12º - São órgãos da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM:**

- I. assembléia Geral;
- II. diretoria;
- III. conselho Comunitário.



### SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Art. 13º - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberações da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM, será composta por seus associados em dia com seus deveres perante a entidade.**

§1º - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, com antecedência mínima de 03 (três) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

§2º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.

§3º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com 10 (dez) dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais e filiados a pelo menos seis meses.

**Art. 14º - A Assembléia Geral Ordinariamente ocorrerá:**

- I. a cada ano, no dia 30 do mês de Janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais;

Página 5 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

- II. a cada 04 (quatro) anos para eleição da Diretoria;
- III. a cada 04 (quatro) anos para eleição do Conselho Comunitário.

**Art. 15º** - A Assembléia Geral Extraordinariamente, poderá ser convocada para:

- I. destituição dos dirigentes;
- II. alteração estatutária;
- III. para decisões administrativas;
- IV. alienação de bens imóveis ou móveis;
- V. para admissão e exclusão de associados.



**Art. 16º** - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de no mínimo 03 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

## SEÇÃO II DA DIRETORIA

**Art. 17º** - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Vice Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução.

**§1º** - Os membros da Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** poderão ser substituídos para finalização do mandato, mediante decisão em AGE, especialmente convocada para esta finalidade.

**§ 2º** - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

**Art. 18º** - São atribuições da Diretoria:

- I. administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- II. convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- III. representar a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** em atos públicos ou internos;
- IV. realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- V. apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- VI. prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- VII. desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- VIII. criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- IX. alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

Página 6 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Feição (3217354)

SEI01250:044201/2018-77 / pg. 13

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000



## SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA DIRIGENTE

### Art. 19º - São atribuições do **PRESIDENTE**:

- I. representar a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente;
- II. coordenar e presidir as reuniões da diretoria;
- III. assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação;
- IV. movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis;
- V. votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral;
- VI. praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos;
- VII. participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário.

### Art. 20º - São atribuições do **VICE-PRESIDENTE**:

- I. participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- III. substituir o Diretor Administrativo, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto;

### Art. 21º - São atribuições do **DIRETOR ADMINISTRATIVO**:

- I. gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade;
- II. dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação;
- III. assinar conta conjunta com os demais responsáveis;
- IV. assinar com o Presidente todo os documentos concernentes a vida financeira da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**;
- V. secretariar as reuniões da diretoria;
- VI. lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria;
- VII. dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria;
- VIII. organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade.

### Art. 22º - São atribuições do **DIRETOR DE OPERAÇÕES**:

- I. implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- II. gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural;
- III. supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão;
- IV. promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

## SEÇÃO IV DO CONSELHO COMUNITÁRIO

**Art. 23º - O CONSELHO COMUNITÁRIO** é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Página 7 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infleg-autenticidade.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Feição (3217354)

SEI01230:044201/2018-77 / pg. 14

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

**§1º** Em até 30 dias após o início de funcionamento da emissora de rádio, a entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, com regimento próprio, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas, com mandato de 04 anos, sendo admitida a recondução.

**§2º** Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

**§3º** As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

**§4º** Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

**Art. 24º** - Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

- I. fiscalizar a programação da emissora;
- II. solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- III. fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;
- IV. realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- V. receber reclamações, denúncias e elogios; e
- VI. submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

**Art. 25º** - Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

## CAPITULO VII DAS ELEIÇÕES

**Art. 26º** - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Diretoria, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

**§1º** - Com exessão da primeira diretoria, somente poderão concorrer a algum cargo da Diretoria, membros com no mínimo 01 (um) ano de associado na entidade e que estejam em dias com suas obrigações estatutárias, devendo para isso, solicitar junto a Diretoria, certidão de nada consta para comprovação de sua real situação perante a entidade.





# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

§2º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§3º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

## CAPITULO VIII DA PROGRAMAÇÃO



Art. 27º - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

## CAPITULO IX DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 28º - O Patrimônio e Receita da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Art. 29º - A receita da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

§1º - Toda receita deverá ser utilizada única e exclusivamente, para a consecução das finalidades institucionais expressa neste estatuto,

§2º - Após parecer da Diretoria, os balancetes e prestações de contas das despesas deverão ser levados para aprovação da AG.

## CAPITULO X DA REFORMA DO ESTATUTO E A DISSOLUÇÃO

Art. 30º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela

Página 9 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Feição (3217354)

SEI 01230-044201/2018-77 / pg. 16

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Este estatuto não é reformável no tocante á administração.

**Art. 31º** - A dissolução da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia, observadas as disposições contidas nos Artigos. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

## CAPITULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 32º** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

**Art. 33º** - O presente estatuto foi aprovado na **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 01/2016 DE 01 DE AGOSTO DE 2016** e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Palmeiras, Estado da Bahia, 01 de agosto de 2016.

*Lucas Fernando Santos de Oliveira*  
**LUCAS FERNANDO SANTOS DE OLIVEIRA**  
CPF: 023.067.345-77  
Presidente

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	
Registrado no Livro A <sup>9</sup>	Registro Civil das
Pessoas Jurídicas fls. 420 a 470	Nº 576
Palmeiras, 03 de 08 de 2016	
<i>[Assinatura]</i> Oficial(a)	





PODER JUDICIÁRIO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PALMEIRAS – BA  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
PESSOAS JURÍDICAS

Rua Carlos Torres, Palmeiras/BA – CEP nº 46930-000

Oficial: Francisco da Motta Macedo Neto. Oficial Substituta: Tatiane Ferreira Pinto Madureira  
Carvalho

### CERTIDÃO DE ATO REGISTRADO/AVERBADO

Natureza do Ato:

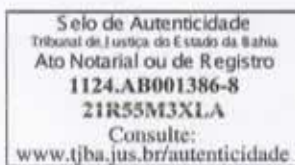
**REGISTRO DE ATA DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**

**Ato/Registro nº 625, Livro A-09.**

**Data do Registro: 26/07/2018.**

**DAJE: 999.021.453188**

Palmeiras-BA, 26 de Julho de 2018.



*Francisco da Motta Macedo Neto*  
Francisco da Motta Macedo Neto  
Oficial Registrador



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Petição (0217565)

SEI 01250-044201/2018-77 / pg. 18

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

## ATA AGE 01/2018. DE 18/07/2018, DELIBERAÇÕES: Eleição e posse da nova Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM, de PALMEIRAS-BA.

Aos 18 dias do mês de julho de 2018, às 10h00min, abaixo relacionados reuniram em primeira e segunda convocação à RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000. Por unanimidade, a Senhora **ALINE MARTINS SANTOS** foi escolhida Presidente e **JOSÉ AUGUSTO VIANA ALVES** para Diretor Administrativo da AGE. Fazendo uso da palavra a presidente da AGE cumprimentou a todos, dando início aos trabalhos. A presidente da AGE disse que para se adequar as alterações da Legislação deverá ser escolhido novos membros para a Diretoria, tendo em vista o impedimento e indisponibilidade de alguns Diretores. A presidente então propôs a realização de novas eleições, proposta que colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida iniciou o processo eleitoral para escolha da mesa diretora da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM, sendo decidida pelos presentes que a escolha da nova Diretoria seja feita por consenso, proposta aprovada por unanimidade. Em seguida foi formada para apreciação dos associados uma chapa única, **QUE COLOCADOS EM VOTAÇÃO, FORAM ELEITOS POR UNANIMIDADE**, ficando assim constituída: **CARGO: PRESIDENTE, NOME: ALINE MARTINS SANTOS, CPF: 058.833.485-56, RG: 1405467401 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 05/09/1993, NATURALIDADE: BARRA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRA, PROFISSÃO: DONA DE CASA, ENDEREÇO: RUA EDSON BOTELHO DE QUEIROZ, S/Nº, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000 -** **CARGO: VICE-PRESIDENTE, NOME: ELIZETE ARAÚJO DA SILVA SÁ TELES, CPF: 333.585.128-51, RG: 1129640957 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 14/06/1982, NATURALIDADE: MUCUGÊ-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: CASADA, PROFISSÃO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO, ENDEREÇO: RUA SANTA CRUZ, 40, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000 -** **CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO, NOME: JOSÉ AUGUSTO VIANA ALVES, CPF: 037.175.865-30, RG: 1129463800 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 26/11/1985, NATURALIDADE: SEABRA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: FUNCIONÁRIO PÚBLICO, ENDEREÇO: RUA VALDEVAL JOAQUIM DOS SANTOS, 75, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000 -** **CARGO: DIRETOR DE OPERAÇÕES, NOME: PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA, CPF: 268.424.325-53, RG: 2167154151 SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 15/04/1946, NATURALIDADE: SEABRA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: CASADO, PROFISSÃO: APOSENTADO, ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO GONÇALVES DA SILVA, 59, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000.** Confirmado o resultado, os eleitos tomaram posse para suas funções e atribuições, **PARA UM MANDATO DE 04 (QUATRO) ANOS, QUE SE INICIA HOJE, DIA 18/07/2018 À 18/07/2022**, eu, **JOSÉ AUGUSTO VIANA ALVES**, Diretor Administrativo desta AGE, lavrei esta ATA que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo presidente, e na lista de presença por todos os demais presentes. Sem mais nada a tratar a presidente encerrou a presente reunião, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.



**ALINE MARTINS SANTOS**

CPF: 058.833.485-56

Presidente

**CARTÓRIO PAULO MACHADO**  
Tabelionato de Notas - Ilhéus/Iraquara-BA  
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

*Alina Martins Santos*



Autenticado eletronicamente em conformância com original.

<https://trabalho.republica-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>





# ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000

## LISTA DE PRESENÇA

NOME COMPLETO	ASSINATURA
Aline Volantim Santos	Aline Volantim Santos
MILSON ANTONIO DE OLIVEIRA	Milson A. Oliveira
PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA	Pedro Martins de Oliveira
JOSE AUGUSTO VIANA ALVES	Jose Augusto Viana Alves
MURILO PEREIRA DOS SANTOS	Murillo Pereira dos Santos
Glizete Araújo da Silva S. Telles	Glizete
Lucas Ferreira Santos de Almeida	Lucas

**CARTÓRIO PAULO MACHADO**  
Tabelionato de Notas e Protestos-Iraquara-BA

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

Aline Volantim Santos

Data: 19/07/2018

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade  
Iraquara - BA

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro

1101.AB051118-3

Consulte o selo em: [www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

T  
J  
B  
A

Mariane Felix Vieira  
Escrevente Autorizado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Petição (0217585)

SEI 01250-044201/2018-77 / pg. 20

Página 2 de 2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

**PROVA DE QUE TODOS OS DIRETORES SÃO  
BRASILEIROS NATOS OU BRASILEIROS  
NATURALIZADOS HÁ MAIS DE DEZ ANOS.**

**PROVA DE QUE TODOS OS DIRETORES SÃO  
MAIORES.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.com.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Petição (02177985)

SEI 01256-044201/2018-77 / pg. 21

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



REGISTRO GERAL 10054074-01 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/09/2016

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NOME ALINE MARTINS SANTOS

FILIAÇÃO MILTON DE SOUZA SANTOS

SONIA MARIA DOS SANTOS MARTINS

NATURALIDADE BARRA-BA DATA DE NASCIMENTO 05/09/1993

DOC ORIGEM CER-MAS OM-BARREIRAS BA

DST-1 OFICIO L-ASA P-36V F-037726

CPF

SALVADOR-BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

SAC

POLEGAR DIREITO

POLEGAR ESQUERDO

Assinatura: Aline Martins Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Assinatura: Aline Martins Santos

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO PARA O USO NA MANCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR ALINE MARTINS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 05/09/1993 Nº INSCRIÇÃO 1402 6332 0523 ZONA 089 SEÇÃO 0004

MUNICÍPIO / UF PALMEIRAS/BA DATA DE EMISSÃO 30/03/2016

JUIZ ELEITORAL

DES. MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

VALIDO PARA O USO NA MANCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REAL GERAL

Cartão de uso pessoal e intransferível. Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão SET/2009

CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA Receita Federal

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

CPF

Numero de Inscrição 058.833.485-56

Nome ALINE MARTINS SANTOS

Nascimento 05/09/1993



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

178389404

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

03/2018 2 0263 1 01.0260.1.0286.0000.0

Vencimento

17/03/2018

Nome/Endereço para entrega

ALINE MARTINS SANTOS

RU EDSON BOTELHO DE QUEIROZ, SN

PALMEIRAS

CENTRO

CEP - 46.930-000

Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo

Y16S128758

24

23

30

17/01 A 16/02

Endereço da Ligação

Data da Leitura

Data da Fatura

RU EDSON BOTELHO DE QUEIROZ, SN

CENTRO

16/02

16/02/2018

Especificação

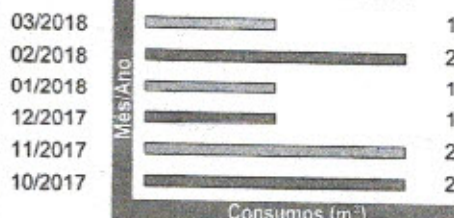
Valores em R\$

CONS. AGUA

1M3

27,50

Consumo dos últimos meses



Consumos (m³)

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2006

Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0008	0008
Turbidez - 5,0 UT	0011	0008	0008
Cloro - Mín. 0,2 mg/l	0011	0008	0008
Escherichia Coli - (*)	0011	0008	0008
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0011	0008	0008

Água fluorada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia Coli (\*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;  
Flúor (\*\*): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluorados. Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.765/00 E RESOLUÇÃO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas)

0001

Consumo Médio por Unidade (m³)

1

Consumo Médio Mensal / Ligação

1

O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10.

Tarifa RES-0001

TOTAL A PAGAR EM R\$

27,50

ESGOTO(% água) VL Total

Faixas de Consumo (m³) VL Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

RESIDENCIAL 1 UNIDADE

ATE 6 MINIMO 1 27,50

TOTAL AGUA 27,50 0,00 27,50  
TOTAL ESGOTO 0 0,00

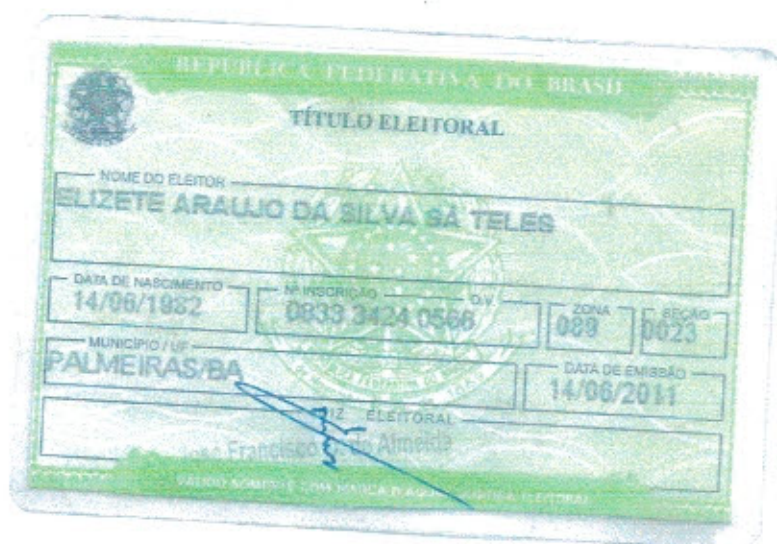
INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO	IMPX/STO	BASE DE CÁLCULO R\$		VALOR EM R\$	
	PIS	27,50	1,210	0,33	
	COFINS		5,610	1,54	

ELEITOR, O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO É OBRIGATÓRIO. COMPAREÇA AO CARTÓRIO ELEITORAL OU ACESSSE WWW.TRE-BA.JUS.BR

EXISTE(M) DÉBITO(S):

2018 - 554





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 24

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

**embasa**

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

**092844910**

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

07/2018 9 0263 1 01.0085.1.0139.0007.0

Vencimento

**17/07/2018**

Nome/Endereço para entrega

VALDIR RODRIGUES DE SA TELES FILHO

RU SANTA CRUZ, 40

PALMEIRAS

CENTRO

CEP - 46.930-000

Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo

Y12S639404

214

210

31

18/05 A 18/06

Endereço da Ligação

RU SANTA CRUZ, 40

PALMEIRAS

CENTRO

Data da Leitura

18/06

Data da Fatura

18/06/2018

Especificação

CONS. AGUA

ESGOTO

4M3

Valores em R\$

27,74

22,19

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0002	0002
Turbidez - 5,0 UT	0012	0003	0003
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0012	0003	0000
Escherichia Coli - (*)	0012	0003	0002
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0012	0003	0003

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia Coli (\*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;  
Flúor (\*\*): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados. Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDICOES GERAIS DE PRESTACAO DE SERVICOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.765/00 E RESOLUCAO N.001/11 - CORESAB.

Tarifa RES-0001

Faixas de Consumo (m³) VL Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

RESIDENCIAL

1

UNIDADE

ATE 6 MINIMO

1

27,74

**TOTAL A PAGAR EM R\$**

**49,93**

ESGOTO(% água) VL. Total

TOTAL AGUA

27,74

0,00

27,74

TOTAL ESGOTO

80

22,19

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO	IMPOSTO	BASE DE CALCULO R\$	%	VALOR EM R\$
	PIS			
	COFINS			
		49,93	1,270	0,63
			5,880	2,93

ELEITOR, O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO É OBRIGATÓRIO. COMPREA AO CARTÓRIO ELEITORAL OU ACESSE WWW.TRE-BA.JUS.BR

ESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES

CANHOTO PROCESSADO EM LEITORA ÓTICA. EVITE DANIFICÁ-LO.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deq.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 25

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 11294638 00 DATA DE EMISSÃO 20/10/98

NOME: JOSE AUGUSTO VIANA ALVES

FILIAÇÃO: JOSE PEREIRA ALVES ELIECIA SILVA VIANA

NATURALIDADE: SEABRA BA DATA DE NASCIMENTO: 26/11/985

DIG. ORDEM: CER-NAS CM-SEABRA BA

DST-SEDE L-074 F-201 R-008400

CPF: 037.175.865-30

SALVADOR-BA

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.112/52

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA SAC.MOV.3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEUPLO NOVO"

26/11/1985

JOSE AUGUSTO VIANA ALVES

CARTeira DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

JOSE AUGUSTO VIANA ALVES

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: JOSE AUGUSTO VIANA ALVES

DATA DE NASCIMENTO: 26/11/1985 Nº INSCRIÇÃO: 114164400515 D.V.: 089 SEÇÃO: 0001

MUNICÍPIO / UF: PALMEIRAS/BA DATA DE EMISSÃO: 06/05/2002

LINEA ELEITORAL

Emissão

CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Incrição: 037.175.865-30

Nome: JOSE AUGUSTO VIANA ALVES

Nascimento:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35d1494b8





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02  
CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURAS  
NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 10/01/2019  
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgar Santos, 300 - Cabula VI Salvador, BA | CEP 41.181-000  
CNPJ 15.130.029/0001-04 | Ins. Est. 004788690

DADOS DO CLIENTE

JOSE PEREIRA ALVES

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA VALDEVAL JOAQUIM DOS SANTOS 7A

CENTRO PALMEIRAS PALMEIRAS  
PALMEIRAS BA  
40030-000

CLASSIFICAÇÃO

B - RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL  
Município

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
370543022	UNICA	14/01/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
10/01/2018	1002009035	3565849

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
0211793058	01/2018
DATA DE VENCIMENTO	DATA PRECATORIA PRÓXIMA LETURAL
17/01/2018	07/02/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	20,59

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	30,0000000	0,63018055	18,91
Acréscimo Bandeira VERMELHA			0,82
Multa por atraso NF 284438451 - 13/12/17			0,42
Juros por atraso NF 284438451 - 13/12/17			0,10
Atualização ISPM NF 284438451 - 13/12/17			0,08
<b>TOTAL DA FATURA</b>			<b>20,59</b>

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
3565849	CAI	14/12/2017	5.254,00	10/01/2018	5.262,00	26	1,0000		8,00

DATA	VALOR	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
MAI 16 30				
JUN 17 30				
JUL 17 30				
AUG 17 30				
SET 17 30				
OCT 17 30				
NOV 17 30				
DEZ 17 30				
JAN 18 30				
FEB 18 30				
MAR 18 30				
ABR 18 30				
MAY 18 30				
JUN 18 30				
JUL 18 30				
AUG 18 30				
SET 18 30				
OCT 18 30				
NOV 18 30				
DEZ 18 30				
JAN 19 30				
FEB 19 30				
MAR 19 30				
ABR 19 30				
MAY 19 30				
JUN 19 30				
JUL 19 30				
AUG 19 30				
SET 19 30				
OCT 19 30				
NOV 19 30				
DEZ 19 30				
JAN 20 30				
FEB 20 30				
MAR 20 30				
ABR 20 30				
MAY 20 30				
JUN 20 30				
JUL 20 30				
AUG 20 30				
SET 20 30				
OCT 20 30				
NOV 20 30				
DEZ 20 30				
JAN 21 30				
FEB 21 30				
MAR 21 30				
ABR 21 30				
MAY 21 30				
JUN 21 30				
JUL 21 30				
AUG 21 30				
SET 21 30				
OCT 21 30				
NOV 21 30				
DEZ 21 30				
JAN 22 30				
FEB 22 30				
MAR 22 30				
ABR 22 30				
MAY 22 30				
JUN 22 30				
JUL 22 30				
AUG 22 30				
SET 22 30				
OCT 22 30				
NOV 22 30				
DEZ 22 30				
JAN 23 30				
FEB 23 30				
MAR 23 30				
ABR 23 30				
MAY 23 30				
JUN 23 30				
JUL 23 30				
AUG 23 30				
SET 23 30				
OCT 23 30				
NOV 23 30				
DEZ 23 30				
JAN 24 30				
FEB 24 30				
MAR 24 30				
ABR 24 30				
MAY 24 30				
JUN 24 30				
JUL 24 30				
AUG 24 30				
SET 24 30				
OCT 24 30				
NOV 24 30				
DEZ 24 30				
JAN 25 30				
FEB 25 30				
MAR 25 30				
ABR 25 30				
MAY 25 30				
JUN 25 30				
JUL 25 30				
AUG 25 30				
SET 25 30				
OCT 25 30				
NOV 25 30				
DEZ 25 30				
JAN 26 30				
FEB 26 30				
MAR 26 30				
ABR 26 30				
MAY 26 30				
JUN 26 30				
JUL 26 30				
AUG 26 30				
SET 26 30				
OCT 26 30				
NOV 26 30				
DEZ 26 30				
JAN 27 30				
FEB 27 30				
MAR 27 30				
ABR 27 30				
MAY 27 30				
JUN 27 30				
JUL 27 30				
AUG 27 30				
SET 27 30				
OCT 27 30				
NOV 27 30				
DEZ 27 30				
JAN 28 30				
FEB 28 30				
MAR 28 30				
ABR 28 30				
MAY 28 30				
JUN 28 30				
JUL 28 30				
AUG 28 30				
SET 28 30				
OCT 28 30				
NOV 28 30				
DEZ 28 30				
JAN 29 30				
FEB 29 30				
MAR 29 30				
ABR 29 30				
MAY 29 30				
JUN 29 30				
JUL 29 30				
AUG 29 30				
SET 29 30				
OCT 29 30				
NOV 29 30				
DEZ 29 30				
JAN 30 30				
FEB 30 30				
MAR 30 30				
ABR 30 30				
MAY 30 30				
JUN 30 30				
JUL 30 30				
AUG 30 30				
SET 30 30				
OCT 30 30				
NOV 30 30				
DEZ 30 30				
JAN 31 30				
FEB 31 30				
MAR 31 30				
ABR 31 30				
MAY 31 30				
JUN 31 30				
JUL 31 30				
AUG 31 30				
SET 31 30				
OCT 31 30				
NOV 31 30				
DEZ 31 30				
JAN 32 30				
FEB 32 30				
MAR 32 30				
ABR 32 30				
MAY 32 30				
JUN 32 30				
JUL 32 30				
AUG 32 30				
SET 32 30				
OCT 32 30				
NOV 32 30				
DEZ 32 30				
JAN 33 30				
FEB 33 30				
MAR 33 30				
ABR 33 30				
MAY 33 30				
JUN 33 30				
JUL 33 30				
AUG 33 30				
SET 33 30				
OCT 33 30				
NOV 33 30				
DEZ 33 30				
JAN 34 30				
FEB 34 30				
MAR 34 30				
ABR 34 30				
MAY 34 30				
JUN 34 30				
JUL 34 30				
AUG 34 30				
SET 34 30				
OCT 34 30				
NOV 34 30				
DEZ 34 30				
JAN 35 30				
FEB 35 30				
MAR 35 30				
ABR 35 30				
MAY 35 30				
JUN 35 30				
JUL 35 30				
AUG 35 30				
SET 35 30				
OCT 35 30				
NOV 35 30				
DEZ 35 30				
JAN 36 30				
FEB 36 30				
MAR 36 30				
ABR 36 30				
MAY 36 30				
JUN 36 30				
JUL 36 30				
AUG 36 30				
SET 36 30				
OCT 36 30				
NOV 36 30				
DEZ 36 30				
JAN 37 30				
FEB 37 30				
MAR 37 30				
ABR 37 30				
MAY 37 30				
JUN 37 30				
JUL 37 30				
AUG 37 30				
SET 37 30				
OCT 37 30				
NOV 37 30				
DEZ 37 30				
JAN 38 30				
FEB 38 30				
MAR 38 30				
ABR 38 30				
MAY 38 30				
JUN 38 30				
JUL 38 30				
AUG 38 30				
SET 38 30				
OCT 38 30				
NOV 38 30				
DEZ 38 30				
JAN 39 30				
FEB 39 30				
MAR 39 30				
ABR 39 30				
MAY 39 30				
JUN 39 30				
JUL 39 30				
AUG 39 30				
SET 39 30				
OCT 39 30				
NOV 39 30				
DEZ 39 30				
JAN 40 30				
FEB 40 30				
MAR 40 30				
ABR 40 30				
MAY 40 30				
JUN 40 30				
JUL 40 30				
AUG 40 30				
SET 40 30				
OCT 40 30				
NOV 40 30				
DEZ 40 30				
JAN 41 30				
FEB 41 30				
MAR 41 30				
ABR 41 30				
MAY 41 30				
JUN 41 30				
JUL 41 30				
AUG 41 30				
SET 41 30				
OCT 41 30				
NOV 41 30				
DEZ 41 30				
JAN 42 30				
FEB 42 30				
MAR 42 30				
ABR 42 30				
MAY 42 30				
JUN 42 30				
JUL 42 30				
AUG 42 30				
SET 42 30				
OCT 42 30				
NOV 42 30				
DEZ 42 30				
JAN 43 30				
FEB 43 30				
MAR 43 30				
ABR 43 30				
MAY 43 30				
JUN 43 30				
JUL 43 30				
AUG 43 30				
SET 43 30				
OCT 43 30				
NOV 43 30				
DEZ 43 30				
JAN 44 30				
FEB 44 30				
MAR 44 30				
ABR 44 30				
MAY 44 30				
JUN 44 30				
JUL 44 30				
AUG 44 30				
SET 44 30				
OCT 44 30				
NOV 44 30				
DEZ 44 30				
JAN 45 30				
FEB 45 30				
MAR 45 30				
ABR 45 30				
MAY 45 30				
JUN 45 30				
JUL 45 30				
AUG 45 30				
SET 45 30				
OCT 45 30				
NOV 45 30				
DEZ 45 30				
JAN 46 30				
FEB 46 30				
MAR 46 30				
ABR 46 30				
MAY 46 30				
JUN 46 30				
JUL 46 30				
AUG 46 30				
SET 46 30				
OCT 46 30				
NOV 46 30				
DEZ 46 30				
JAN 47 30				
FEB 47 30				
MAR 47 30				
ABR 47 30				
MAY 47 30				
JUN 47 30				
JUL 47 30				
AUG 47 30				
SET 47 30				
OCT 47 30				
NOV 47 30				
DEZ 47 30				
JAN 48 30				
FEB 48 30				
MAR 48 30				
ABR 48 30				
MAY 48 30				
JUN 48 30				
JUL 48 30				
AUG 48 30				
SET 48 30				
OCT 48 30				
NOV 48 30				
DEZ 48 30				
JAN 49 30				
FEB 49 30				
MAR 49 30				

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

MAIOR DE 60 ANOS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLASTIFICAR




*Pedro Martins de Oliveira*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS DA SILVA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

21.671.541-51

DATA DE EMISSÃO 12-01-2015

NOME PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA

PRENOME ELIEZER MARTINS DE OLIVEIRA

CEZALTINA ALVES DE OLIVEIRA

LOCALIDADE SEABRA-BA

DATA DE NASCIMENTO 15-04-1946

C.CAS. CM SEABRA BA DS

BARAUNAS LV.00014 FL 212 RT. 0001563

268.424.325-53


*Francilda M. de Oliveira*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS DA SILVA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

ALÉM DO VOTO COM MARCA D'ÁGUA, SUJEITO À VERIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA

DATA DE NASCIMENTO 15/04/1946

Nº INSCRIÇÃO 018248030590

D.V. 089

ZONA 0012

MUNICÍPIO/UF PALMEIRAS/BA

DATA DE EMISSÃO 24/04/2006

JUIZ ELEITORAL

*[Signature]*

ALÉM DO VOTO COM MARCA D'ÁGUA, SUJEITO À VERIFICAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 28

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00865671  
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. N° 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

**092845436**

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

05/2018 9 0263 1 01.0500.1.0750.0000.0

Vencimento

**17/05/2018**

Nome/Endereço para entrega

PEDRO M DE OLIVEIRA

RU ANTONIO GONCALVES DA SILVA, 59

PALMEIRAS

CENTRO

CEP - 46.930-000

Nº Hidrômetro	Cód. Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Dias de Cons.	Período de Consumo
A11S399279		1082	1065	31	20/03 A 20/04

Endereço da Ligação

Data da Leitura Data da Fatura

20/04 20/04/2018

RU ANTONIO GONCALVES DA SILVA, 59

CENTRO

PALMEIRAS

Especificação

Valores em R\$

CONS. AGUA

17M3

86,70

ESGOTO

69,36

Consumo dos últimos meses



Consumos (m³)

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0008	0008
Turbidez - 5,0 UT	0011	0009	0009
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0011	0010	0007
Escherichia			
Coli - (*)	0011	0010	0010
Coliformes			
Termotolerantes - Ausente	0011	0010	0010

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia: indicador utilizado para medir contaminação fecal;  
Coli (\*):  
Flúor (\*\*): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(\*\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados. Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.765/00 E RESOLUÇÃO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Apresentando lotas individuais) 0001

Consumo Médio por Unidade (m³) 17

Consumo Médio Mensal / Ligação 17

**O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E LEI FEDERAL 7.217/10.**

Tarifa RES-0001

**TOTAL A PAGAR EM R\$**

**156,06**

ESGOTO(% água) VL. Total

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

RESIDENCIAL

1

UNIDADE

ATE	6 MINIMO	6		27,50
7 A 10	1,09	4		4,36
11 A 15	7,68	5		38,40
> 15	8,22	2		16,44

TOTAL AGUA

86,70

0,00

86,70

TOTAL ESGOTO

80

69,36

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO

IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO (R\$)	%	VALOR (R\$)
PIS		1,220	1,90
COFINS	156,06	5,630	8,78

NAO EXISTEM DEBITOS NO PERIODO DE JAN A DEZ/2017.  
ESTA CONTA SERVE COMO COMPROVANTE DESSE PERIODO.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8 / pg. 29

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# **ANEXO**

## **MANIFESTAÇÕES EM APOIO À INICIATIVA, FIRMADAS POR PESSOAS JURÍDICAS.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.com.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 30

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> ASSOCIAÇÃO GRUPO AMBIENTALISTA DC	
PALMEIRAS - GAP	
<b>CNPJ:</b> 02.118.312/0001-20	
<b>ENDEREÇO:</b> RUA DO RENEIRO	
<b>BAIRRO:</b> SEDE-CENTRO	<b>Nº:</b> S/Nº
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> JOÃO BRANDÃO SOUZA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 05 de AGOSTO de 2016

  
\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

<b>ATENÇÃO</b>
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 31

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.118.312/0001-20</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>18/08/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO GRUPO AMBIENTALISTA DE PALMEIRAS - GAP</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R DO RENERIO</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SEDE</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/06/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 03/08/2016 às 14:17:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 32

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



partes iguais para os associados presentes,  
onde todos concordam. Não havendo mais  
a tratar, deu por encerrada a presente ata,  
que segue assinada por mim e pelos presentes:  
Gisela Gabriel Santos Guimarães França, Valéria Santos  
Valéria Penchel Araújo, Terezinha Alves de Souza,  
Sílvia Alves Soares, Rosângela Coutinho,  
João Carlos Souza, Marlene de Souza Alves, Yara Pires  
Souza, Sônia Soares, Carlos Santos de Oliveira,  
Paulo Mendes de Souza.



## ATA DE ASSEMBLEIA GERAL PARA EXAT DA NOVA DIRETORIA DO GRUPO AMBIENTAL DE PALMEIRA).

Aos dez dias do mês de setembro de  
moram-se na sede da associação em  
assembleia geral para escolha da nova  
diretoria da associação e prestação de con-  
tas do exercício anterior. Para iniciar a  
reunião dando os informes sobre os pro-  
jetos e pendências urgentes para serem  
resolvidas tais como resposta ao Ofício  
do Ministério Público sobre o questionário  
resíduos sólidos, orçamentos dos trabalhos  
colita extra no festival do vale do  
pão, chegada dos novos voluntários, tra-  
m e suas demandas, ponto de cultura  
montagem da cooperativa de produ-  
ção de pipal, orçamentos da festa  
matinais em consignação na loja  
do GAP, sobre o site e projeto de con-





baté a incidência fixa e sobre a  
capacura e o apuro da Suca, em re-  
quida passa a palavra para Paulo  
Brandão de Souza onde este apresen-  
ta o balancete da associação do ano  
de 2014 mostrando todas as despesas  
realizadas e aprovadas por todos os  
associados, constando o saldo atual  
em conta de R\$ 2.936,66 dois mil no-  
vencentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos.  
Após apresentação da conta geral  
do GAP ele apresenta que a conta do  
pai único somente recebe e paga o  
valor integral de R\$ 6.500,00 (seis  
mil e quinhentos reais). Comunica gra-  
tis que retirar, digo para retirar  
tudo que depositar a taxa da conta  
que varia entre R\$ 10,00 (dez reais)  
a R\$ 2,00 (dois reais). Logo depois  
dá início a eleição convocando os  
candidatos a nova diretoria; pois  
Brandão de Souza foi proclama-  
do a ser candidato a presidente;  
doutor graf. Rosângela Luciano a  
diretora administrativa; Paulo Brandão  
de Souza a diretor financeiro e  
como conselheiros fixos se candida-  
taram: Laício Santos Sena e Manoel  
Messias de Jesus Filho. Inicia a vota-  
ção aberta e fica assim constitu-  
da a nova diretoria do GAP do  
Associação Grupo Ambientalista de Pal-  
meiras para o exercício de um ano





de 10 de Setembro de 2015 a 09 de Setembro de 2016. Sendo diretor geral: João Brandão de Souza RG: 10165977-62 e CPF: 325.643.095-34; diretor financeiro: Paulo Brandão de Souza RG: 2781818 e CPF: 010.486.2550; diretor administrativo: Rosângela Caetano RG: 1436842987 e CPF: 222.918.898-42 e como conselheiros fiscais: Laécio Santos Sena RG: 09260954-63, CPF: 015.655.075-09 e Plameus Ilusmas de Jesus Filho RG: 687251834 CPF: 903.957.275-53. Todos aprovados por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar dou por encerrado a presente ata que vai assinada por mim e demais presentes: Yara Pereira Gonçalves, Rosângela Caetano, Paulo Brandão de Souza, Laécio Santos Sena, Paulo Santos de Almeida, Sílvia Alves Soares, Terézinha Albuquerque Moura e de Souza Alves, João Brandão de Souza, Edmar Becker.



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	
Registrado no Livro 8	Registro Civil nº 547
Pessoas Jurídicas nº 158/160	
Palmas - GO de 16 de 2015	
[Assinatura]	
[Assinatura]	





**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> PAROQUIA DO BOM JESUS	
<b>CNPJ:</b> 13.223.458/0012-04	
<b>ENDEREÇO:</b> PRAÇA DA MATRIZ,	
<b>BAIRRO:</b> CENTRO	<b>Nº.</b> 5110
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> VAGME ALVES DA GAMA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 06 de AGOSTO de 2016

  
\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

<b>ATENÇÃO</b>
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 36

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



## DIOCESE DE IRECÊ

CNPJ 13.223.458/0001-51

Pça Góes Calmon, s/n Centro – Cx. Postal 14

44.900-000 – Irecê – Bahia Telefax (74) 3641-3835

Home Page [www.dioceseirece.com.br](http://www.dioceseirece.com.br) E-mail – [curia@dioceseirece.com.br](mailto:curia@dioceseirece.com.br)

### PROVISÃO DE ADMINISTRADOR PAROQUIAL

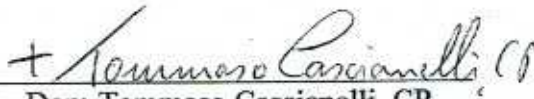
Rev.mo. Sr. **PADRE VAGNE ALVES DA GAMA**, é de nosso máximo interesse de Pastor e Guia da parcela do Povo de Deus, confiada à nossa solicitude pastoral, não deixar Comunidade alguma sem apoio espiritual e sem Pastor e Pai do rebanho. Por isso, nomeamos e constituímos Vossa Rev.ma. **ADMINISTRADOR PAROQUIAL**, por tempo indeterminado, da Paróquia Bom Jesus de Palmeiras - Bahia, Paróquia desta Diocese até nova ordem no teor dos Cânones 539-540 do Código de Direito Canônico.

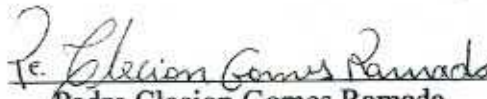
Lembramo-lhe que, no exercício deste ministério assumirá o cuidado pastoral da Comunidade que lhe é entregue, sob a nossa Autoridade Episcopal, em cujo ministério hierárquico, em Cristo, é chamado a participar, a fim de exercer em favor da mesma Comunidade, o múnus de ENSINAR, SANTIFICAR E GOVERNAR, com a cooperação também de outros Presbíteros ou Diáconos, e com a colaboração dos Fiéis Leigos, de acordo com o Cânon 519 do Código de Direito Canônico.

Por esta Provisão, declaramos Vossa Rev.ma. nomeado e apresentado à Comunidade Paroquial para servi-la, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém.

Esta Provisão será lida no momento da Posse e registrada no Livro de Tombo da Paróquia.

Dada e Passada em nossa Cúria Diocesana, desta cidade e Bispado de Irecê, sob o Sinal e Selo de nossa Chancelaria, ao 01 de fevereiro de 2015.

  
Dom Tommaso Cascianelli, CP.  
Bispo Diocesano

  
Padre Clecion Gomes Ramada  
Chanceler Diocesano



DIOCESE DE IRECÊ – BA Home Page [www.dioceseirece.com.br](http://www.dioceseirece.com.br) E-mail – [curia@dioceseirece.com.br](mailto:curia@dioceseirece.com.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 37

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>13.223.458/0012-04</b> FILIAL	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>20/05/1996</b>
NOME EMPRESARIAL <b>DIOCESE DE IRECE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>PAROQUIA DE BOM JESUS</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>322-0 - ORGANIZACAO RELIGIOSA</b>			
LOGRADOURO <b>PC DA MATRIZ</b>	NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **06/08/2016** às **11:46:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 06/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deq.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 38

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> CAIXA ESCOLAR DO COLEGIO PROFESSORA NILDE	
MARIA MOZEIRO XAVIER	
<b>CNPJ:</b> 01.951.247/0001-56	
<b>ENDEREÇO:</b> RUA QUINZE DE JANGIRO	
<b>BAIRRO:</b> CENTRO	<b>Nº.</b> 232
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> ANA CLAUDIA SOUZA FRANCO	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 05 de AGOSTO de 2016

  
**ASSINATURA**

<b>ATENÇÃO</b>
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 39

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.951.247/0001-56 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 19/06/1997
NOME EMPRESARIAL <b>CAIXA ESCOLAR DO COLEGIO PROFESSORA NILDE MARIA MOTEIRO XAVIER</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R XV DE JANEIRO</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO <b>CASA</b>	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **03/08/2016** às **14:39:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deq.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 40

<http://la.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimirPagina.asp>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





## Ata do Caixa Escolar

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de mil e doze (18/09/2012) nesta cidade de Palmarins - BA, reuniram-se na biblioteca do Colégio Professora Nilda Mar Montijo Xavier, localizada à Rua 15 de Janeiro, nº 232 (16:30h), em Assembleia Geral, os representantes do Caixa Escolar em seus segmentos: alunos, professores, pais, mães e demais funcionários, com a finalidade de deliberar a constituição do Caixa Escolar da referida escola, que é presidida pela Diretora deste estabelecimento de Ensino a professora Ana Cláudia Souza Franco. Na assembleia foi dada a posse a nova Terceira Diretora, professora Cláudia Gira Lima RG nº 0383556473 - (CPF 327) cujo CNH CPF 355166235-53 nada mais havendo a tratar lavrei a presente ata que após lida e aprovada foi assinada por todos os presentes. Palmarins, 18 de setembro de 2012. Maíres de Queiroz, Mãe Maria Alves Nepomuceno, Raul Soares de Abreu, Jackson Nascimento de Araújo, Cruzes Gama de Sá, Aurélio Marcelino de Oliveira, Selma Batista dos Santos, Graciela Silva de Sá, Márcia Sampaio de Sá, Selma Silva Lima, Apuleia Neto Santos, Paloma Alves Gama de Oliveira, Malva Pereira dos Santos, Assessoria.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	
Registrado no Livro A 8	Registro Civil das
Pessoas Jurídicas nº 040	nº 454
Palmarins, 12 de 12 de 20 12	
Assinatura: [Assinatura]	

AUTENTICAÇÃO  
RECONHECIMENTO  
ESTILO ALFABÉTICO  
Nº EN 02417



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/5c54fa54-033f-4ed7-943c-fff35df494b8> / pg. 41

5c54fa54-033f-4ed7-943c-fff35df494b8

**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> <u>Escola Municipal Mamele Aponso -</u>	
<u>CAIXA ESCOLAR</u>	
<b>CNPJ:</b> <u>01.992.887/0001-04</u>	
<b>ENDEREÇO:</b> <u>RUA XV DE JANEIRO</u>	
<b>BAIRRO:</b> <u>CENTRO</u>	<b>Nº:</b> <u>S/Nº</u>
<b>CIDADE:</b> <u>PALMEIRAS</u>	<b>UF:</b> <u>BA</u>
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> <u>LIS CLAIR O. SILVA DE ARAÚJO</u>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 05 de agosto de 2016.



**ASSINATURA**  
Lis Clair O. Silva de Araújo  
Diretora Escolar  
Port. 201

**ATENÇÃO**

Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de:

- Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
- Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 42

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 01.992.887/0001-04 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		<b>DATA DE ABERTURA</b> 20/06/1997
<b>NOME EMPRESARIAL</b> CAIXA ESCOLAR MANOEL AFONSO			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> CAIXA ESCOLAR MANOEL AFONSO			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
<b>LOGRADOURO</b> R XV DE JANEIRO	<b>NÚMERO SN</b>	<b>COMPLEMENTO</b> TERREO	
<b>CEP</b> 46.930-000	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> CENTRO	<b>MUNICÍPIO</b> PALMEIRAS	<b>UF</b> BA
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>		<b>TELEFONE</b>	
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****			
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 28/08/1999	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 03/08/2016 às 14:51:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
<https://www.treasury.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpj-eva/impressao/imprimir-agenda.asp> / pg. 43

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





Edilma de Carvalho Silva, ~~Marcelo~~ <sup>Marcelo</sup> ~~Novas Domeng~~ <sup>Novas Domeng</sup> ~~Silva~~ <sup>Silva</sup>,  
 Jerciane Oliveira de Jesus, Edvânia Rosa de Souza, Roberto  
 Paz de Souza, Claudemir de Moura de Oliveira Rocha Amar  
 S. M. da Silva, Fluriana da Silva e Silva Leilani Oliveira  
 Isabel Rocha ~~gomes~~ <sup>gomes</sup> ~~Flavio~~ <sup>Flavio</sup> ~~Boberto~~ <sup>Boberto</sup> ~~Margar~~ <sup>Margar</sup>  
 do S. Brondão ~~Marcos~~ <sup>Marcos</sup> ~~Leandro~~ <sup>Leandro</sup> ~~de Assunção~~ <sup>de Assunção</sup>, Claudina  
 Batista dos Santos Oliveira Ana Maria Santos Souza, ~~Juliane~~ <sup>Juliane</sup>  
 M. de Souza, Lucineide Maria Rego D. Alves, Elyete Maria  
 Silva, Sônia Maria da Silva, Ana Maria Rodrigues de F  
~~dos Santos~~ <sup>dos Santos</sup> ~~Souza~~ <sup>Souza</sup> ~~Fernanda~~ <sup>Fernanda</sup> ~~Barb~~ <sup>Barb</sup> ~~Silva~~ <sup>Silva</sup> ~~de Oliveira~~ <sup>de Oliveira</sup>, Isabel Souza S  
~~Souza~~ <sup>Souza</sup> ~~Silva~~ <sup>Silva</sup> ~~Viana~~ <sup>Viana</sup>, Odemir Oliveira de Souza, Indira dos Santos Ol  
 Maria Lúcia N. S. Jesus, Graciela Costa Santos Lima Almeida Lin  
 Teliana Santos de Souza, Luciane Novas de São Luciano de S  
 za Silva, Luciana Oliveira Silva de Araújo, Gloriete Ferreira Per  
 Thompson Wilson de ~~Paula~~ <sup>Paula</sup> ~~Francisco~~ <sup>Francisco</sup> ~~de Oliveira~~ <sup>de Oliveira</sup>, Damiana Ribeiro de  
 José Paulo de Oliveira,

CARTÓRIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS E PESSOAS JURÍDICAS	
Registrado no Livro A 8	Registro Civil das
Pessoas Jurídicas fls 3420	Nº 536
Palmeiras 25 de 06 de 2015	

Selo de Autenticação  
 Tribunal de Justiça do Estado de Bahia  
 Ato Notarial ou de Registro  
 1124.AB000381-1  
 Consulte o site do TJBA para verificar a validade

Cita de nº 23 do ~~caixão~~ <sup>caixão</sup> ~~para~~ <sup>para</sup> ~~escolha~~ <sup>escolha</sup> ~~do~~ <sup>do</sup>  
 novo Tesoureiro.

Às vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e qu  
 ze às dezesseis horas, procedeu-se uma reunião na Escola  
 Municipal Manoel Afonso, situada à rua 15 de janeiro n  
 ta cidade de Palmeiras - Bahia. Compareceram-se a diretora, com  
 nadora, professores, funcionários e pais de alunos da rep  
 da escola, em assembleia geral, com objetivo de mudan  
 a Tesauriera, após chegar a um consenso fica definido  
 que a nova tesauriera será Janilde Santos da Silva.  
 A diretora agradece a presença de todos. Não havendo  
 mais nada a declarar, eu Fabrícia Souza dos Santos,  
 diretora da Escola Lauri está ata que vai por min



5c54f5403314ad07943e0f135049468







**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL SOUZO	
SOARES	
<b>CNPJ:</b> 01.992.891/0001-72	
<b>ENDEREÇO:</b> RUA ALTO DA PETEGU	
<b>BAIRRO:</b> CENTRO	<b>Nº:</b> 5111
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> Alzina Batista Souza Neto	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 05 de Agosto de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

<b>ATENÇÃO</b>
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 46

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>01.992.891/0001-72</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>20/06/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL SOUTO SOARES</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL SOUTO SOARES</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R ALTO DA PETECA</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO TERREO	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>24/09/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 03/08/2016 às 14:32:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deq.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 47<http://www.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/ImprimirPagina.asp>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da  
Diretoria da Caixa Escolar da Escola Municipal  
Santo Soares.

Por vinte e cinco dias de julho de dois mil e quinze (25-07-2015), reuniram-se numa sala da Escola Municipal Santo Soares, direção, professores, coordenação pedagógica, pais, funcionários para eleger os componentes da diretoria da Caixa Escolar, para atuarem num período de dois anos correspondente a (25-07-2015 a 25-07-2017). A diretora Alzira Batista Souza Neto, abriu a reunião dizendo da importância da mesma, para regularizar a Caixa Escolar, por conta da mudança da direção da unidade, com o objetivo de garantir uma gestão financeira eficiente. O vice-diretor José Paulo exibiu alguns slides explicando sobre os percentuais que são garantidos por lei, para aplicação de recursos, para aumentar o orçamento, com organização responsável e transparência. Seguiu ainda falando sobre os princípios que regem a administração pública brasileira: LIMP (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência) esclarecendo o que diz o Artigo 37 da Constituição Federal. A diretoria começou então para dar-se início as candidaturas para os cargos. A mesma realizou a eleição por aclamação, ficando assim composto a nova diretoria do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo. Sendo eleita a diretora da Unidade Escolar como presidente Alzira Batista Souza Neto, RG 04 596029-12 / CPF 513825715-34, Vice-Presidente e a Sra. Maria da Glória, RG 05121027-40 CPF





João Silva RG-4595955-20 CPF-32693315-34,  
Primeiro Tesoureiro José Paulo da Oliveira RG  
09270078-00 CPF-0031019225-28, Conselho Fiscal  
Luciane Naira Franca RG-07912623-97 CPF  
689283195-87, Izania Macedo da Silva RG-45  
1064355 CPF-3265007808, Zeneide Lima Campos  
Lima RG-0839200137 CPF-00118047-30, Juiz  
Suplentes, Claudenilde Maria de Oliveira Rocha  
RG-09943773-20 CPF-00729627-32, Thamar  
Wilson Queiroz Franca Guimarães RG-0543700  
557 CPF-689303-305-25, Luiz Roberto Oliveira  
RG-9943559-47 CPF-985322335-72, Ednice  
Guimarães RG-0008837 CPF-645-214-07534, Conselho  
Liberatório, Elita Elerice Maria de Oliveira  
RG-06052647-59 CPF-580328275-37, Marco Isobel  
Guimarães Pereira RG-09270771-83 CPF-014607  
805-58, Luciene Souza da Silva RG-06865287  
50 CPF-558545105-20, Juiz Suplente, Luciana Oli  
veira RG-00943557-85 CPF-009505765-40, Talita  
Rola Souza RG-0927068354 CPF-023894465-40,  
Elaine Xavier de Souza RG-1253615048 CPF-341-  
953678-08. Nada mais havendo a tratar, encerra  
se a reunião e para constar lavrei a presente  
data que foi por mim assinada e os demais  
presentes. Palmeiras, 25 de julho de 2015. Talita  
Rola Souza, Luciane Naira Franca, Elita Elerice Maria de  
Oliveira, Alana Butista Souza Rita, Ednice Maria de  
Oliveira, Flávia Patrícia de Jesus Silva, Luciene Souza da Silva,  
Mazilia de Souza Macedo, Elita Elerice Maria de Oliveira, José Paulo  
de Oliveira, Antonio Carlos da Silva, Rita Lorraine da  
Silva Santos Meira, Kaio Luis Soares Magalhães, Janete  
Silva, Ednice Guimarães de Souza, Sede,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 49

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA DE 1º GRAU	
DE CAETÉ-AÇU	
<b>CNPJ:</b> 02.011.236/0001-59	
<b>ENDEREÇO:</b> DISTRITO DE CAETÉ-AÇU	
<b>BAIRRO:</b> CAETÉ-AÇU	<b>Nº</b> SIN
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 06 de AGOSTO de 2016

  
\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

<b>ATENÇÃO</b>
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 51

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.011.236/0001-59</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>28/07/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA DE 1 GRAU DE CAETE-ACU</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA 1 GRAU DE CAETE-ACU</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>DT DE CAETE-ACU</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CAETE-ACU</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/08/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **03/08/2016** às **14:49:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.deq.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

<https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/imprima.asp>

pg. 52

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8







927784025-00, Jamivaldo Vieira dos Santos  
RG nº 859405770 SSP-Ba CPF nº 002711035-40  
e Neilza Bastos Alves de Oliveira (segunda secre-  
tária) RG nº 11295609 29 SSP-Ba e CPF nº 02  
8385775-73. E não tendo nada mais a  
tratar, finalizo esta ata que segue assinada  
por mim e pelos demais presentes. Sueliten Belo  
de Oliveira, Paulo Henrique Henriques, Ireni Souza  
da S. Guimarães, Neilza Bastos Alves de Oliveira, Sônia  
Marques da Rocha, Raquel Nathalia Norberto Keller  
Tab, Rom da Silva Guimarães, Paulo Araújo Reis, Cami-  
la Araújo Reis, Lara Vieira Pinto, Tielly Sa-  
ntos Brito, Louis Filipe de Lima, Rosângela dos Santos  
Mendes, Elvete Gonçalves da Silva Santos,

~~Enata~~  
~~(Ata do Conselho Escolar)~~

~~Enata~~  
~~(Aos três dias do mês de março de dois mil~~  
~~e quinze, às dez horas)~~



**ANEXO 3**  
**MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA**

<b>QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> CAIXA ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL RURAL	
CAMPOS DE SÃO JOÃO	
<b>CNPJ:</b> 02.015-951/0001-60	
<b>ENDEREÇO:</b> POVOADO CAMPOS DE SÃO JOÃO	
<b>BAIRRO:</b> CAMPOS DE SÃO JOÃO	<b>Nº.</b> 5140
<b>CIDADE:</b> PALMEIRAS	<b>UF:</b> BA
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b> GILVAN NEVES	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Palmeiras, Estado da Bahia, aos 06 de AGOSTO de 2016

  
\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

<b>ATENÇÃO</b>
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 55

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.015.951/0001-60 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 28/07/1997
NOME EMPRESARIAL <b>CAIXA ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL RURAL DE CAMPOS DE SAO JOAO</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CAIXA ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL RURAL DE CAMPOS DE S.JOAO</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>POVOADO CAMPOS DE SAO JOAO</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>POV CAMPOS DE S.JOAO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/06/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **03/08/2016** às **14:45:44** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/08/2016



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
[a.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/imprimirpagina.asp](https://a.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/impressao/imprimirpagina.asp) / 2016-07 / pg. 56

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

**1ª Ata de reunião para a escolha do Grupo de Trabalho-GT do PDE Interativo da Escola Municipal de 1º Grau de Campos de São João.**

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e quatorze (16/07/2014) reuniram-se na Escola Municipal de 1º Grau de Campos de São João, às dezessete horas (17h) a Direção Escolar, Coordenação e Supervisão Pedagógica, docentes e funcionários da escola para a escolha dos membros do GT do PDE Interativo. O diretor abriu a reunião dando boas vindas a todos e agradecendo a presença dos mesmos. Falou do objetivo da reunião e para melhor entendimento trouxe informações sobre o Programa e seu funcionamento. Foram lidas as atribuições e o perfil estabelecidos pelo programa para as pessoas que farão parte do GT. Após esclarecer dúvidas o Diretor abriu o momento para a escolha dos membros. Algumas pessoas manifestaram interesse em participar ficando, portanto o GT formado por: Gilvan Neves- Diretor da Escola; Randson Guimarães Haj- Vice-diretor e professor; Samara Silva Santos- Secretária Escolar; Gilvana Santos Guimarães- Coordenadora pedagógica; Pollianna Santos Castro de Queiroz- Supervisora pedagógica; Alienice Silva Santos- Professora; Adriana Teixeira Brandão-Professora; Valdirene Batista Borges Rocha- Professora e José Raimundo dos Anjos- Professor. Após a escolha dos membros o Diretor encerrou a reunião agradecendo a todos pela participação e falou do compromisso e dos desafios que o GT terá para a elaboração do Plano estratégico de ações da escola. Não havendo mais nada a tratar, eu Samara Silva Santos, secretária escolar, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e demais presentes. Campos de São João, 16 de julho de 2014.

*Samara Silva Santos*  
*Randson Guimarães Haj*  
*Gilvana Santos Guimarães*  
*Pollianna Santos Castro de Queiroz*  
*Alienice Silva Santos*  
*Adriana Teixeira Brandão*  
*Valdirene Batista Borges Rocha*  
*José Raimundo dos Anjos*





## PROCURAÇÃO

**PROCURAÇÃO** que faz a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** (a) **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, na forma que se segue:

**SAIBAM** quantos este instrumento de procuração vir, a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, com sede na **RUA 15 DE JANEIRO, Nº. 167, CENTRO, PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA, CEP: 46.930-000**, inscrita no **CNPJ: 25.372.073/0001-35**, através de sua presidente Sra. **ALINE MARTINS SANTOS**, CPF: 058.833.485-56, RG: 1405467401SSP-BA, DATA DE NASCIMENTO: 05/09/1993, NATURALIDADE: BARRA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRA, PROFISSÃO: DONA DE CASA, ENDEREÇO: RUA EDSON BOTELHO DE QUEIROZ, S/Nº, CENTRO, CIDADE: PALMEIRAS-BA, CEP: 46.930-000, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, presidente nacional da **ABERTCOM – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão comunitária**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade, RG 394.751 SSP – TO e do CPF 963.008.841-04, residente e domiciliado na Rodovia TO-050, Setor Laranjeiras, Arraias-TO, fone: (63) 98454-6336. **A QUEM CONFERE PODERES** para representar-lhes, junto ao **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, para tratar todo e qualquer assunto relacionados à entidade, podendo para tanto o dito procurador **PEDIR E REQUERER VISTAS PROCESSUAIS, PEDIR CÓPIAS DE PROCESSOS E DE QUALQUER OUTRO DOCUMENTO, REPRESENTAR-LHES EM REUNIÕES E AUDIÊNCIAS, ASSINAR OFÍCIOS, REQUERIMENTOS, RECURSOS, ART, PROJETO TÉCNICO E O QUE FOR PRECISO, PROTOCOLAR E PETICIONAR DOCUMENTOS ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO CADSEI** e quaisquer atos em direitos permitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, que dará por bom firme e valioso que tudo será aceito. Assina.

Por ser verdade firmo a presente procuração.

Palmeiras - BA, 19 de julho de 2018.

**CARTÓRIO PAULO MACHADO**  
Tabelionato de Notas e Protestos-Iraquara-BA  
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

*Alina Martins Santos*  
*Santos*

Data: 19/07/2018

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade  
Iraquara - BA

*Alina Martins Santos*  
**ALINE MARTINS SANTOS**  
CPF: 058.833.485-56  
Presidente

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
1101.AB051119-1  
Consulte o selo em [www.tjba.org.br/portal/autenticidade](http://www.tjba.org.br/portal/autenticidade)

*Mariane Félix Vieira*  
**Mariane Félix Vieira**  
Escritor Autorizado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 58

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 394.751 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 08/12/2014

FILIAÇÃO PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA

NATURALIDADE SÃO CAETANO DO SUL-SP

DOC. ORIGEM DATA DE NASCIMENTO 26/08/1981

CERT. NASC. Nº 58.600, LV A-097, FLS 253, EXP.15/04/2011

SÃO PAULO-SP - 26º SUBDISTRITO

963.008.841-04

*Smartins*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500442012018

9/21/18 9:26 AM

Página 1 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	PALMEIRAS	01250.044201/2018	112	12S3056	41W3500	EMA	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM
0.13	BA	PALMEIRAS	01250.041652/2018	112	12S3052	41W3459	EMA	ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS
0.66	BA	PALMEIRAS	53000.052270/2013	0	12S3050	41W3439	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CAETE-ACU
0.67	BA	PALMEIRAS	53900.046482/2016	0	12S3052	41W3438	RAQ	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM
0.78	BA	PALMEIRAS	53000.022253/2010	29	12S3109	41W3438	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E BENEFICENTE DE PALMEIRAS
12.13	BA	PALMEIRAS	53900.049501/2015	0	12S2702	41W2937	RAQ	ASSOCIACAO COMUN DOS MORADORES DE CAMPO DE SAO JOAO
13.89	BA	PALMEIRAS	53000.007014/2009	29	12S3638	41W3001	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO CAETE ACU
17.55	BA	SEABRA	53000.067812/2007	0	12S2255	41W4010	ARQCD I	ASSOCIACAO AMBIENTALISTA E DESENV. COMUNITARIO DE JATOBA
17.55	BA	SEABRA	53000.078629/2006	24	12S2255	41W4010	ARQDE F	ASSOCIACAO AMBIENTALISTA E DESENV. COMUNITARIO DE JATOBA
19.96	BA	SEABRA	53000.029044/2013	59	12S2638	41W4507	IND	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE SEABRA FM
21.74	BA	IRAQUARA	53900.015881/2015	0	12S1913	41W3446	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DOS AMIGOS AGRICULTORES DE LAGOA SECA- A.R.C.A.A.L.S
21.74	BA	IRAQUARA	53900.008821/2016	96	12S1913	41W3446	INAB	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DOS AMIGOS AGRICULTORES DE LAGOA SECA- A.R.C.A.A.L.S
---	BA	LENÇÓIS	53640.000830/1999	11	12S3325	41W2314	LDD	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA AVANTE LENCOIS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Relatório de Processos Vizinhos (3387181)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 61

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500442012018

9/21/18 9:26 AM

Página 2 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
23.00	BA	SEABRA	53000.061078/2009	0	12S2507	41W4613	RAQ	ESCOLA DE ARTE E CULTURA ALIANÇA
23.19	BA	SEABRA	53000.036462/2007	24	12S2715	41W4714	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE TELEVISÃO - AST
23.40	BA	SEABRA	53000.054956/2005	0	12S2442	41W4614	RAQ	ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA
23.49	BA	SEABRA	53640.001254/1998	4	12S2445	41W4619	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO
23.49	BA	SEABRA	53000.056621/2011	0	12S2445	41W4619	RENDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO
29.96	BA	IRAQUARA	53000.073941/2006	31	12S1455	41W3710	ARQDE F	ASSOC. BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO MORUMBI E ADJACÊNCIAS
29.96	BA	IRAQUARA	53000.054528/2006	0	12S1455	41W3710	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE IRAQUARA
30.14	BA	IRAQUARA	53000.062634/2009	31	12S1448	41W3701	LPE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO E CULTURA DE IRAQUARA
30.47	BA	IRAQUARA	53640.001436/1998	4	12S1438	41W3707	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE IRAQUARA
31.38	BA	LENÇÓIS	53640.000109/2002	0	12S2953	41W1742	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE OTAVIANO ALVES
32.54	BA	SEABRA	53000.035040/2007	24	12S3208	41W5256	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO AGRESTE
32.65	BA	LENÇÓIS	53640.000096/2002	0	12S1610	41W2511	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO POVOADO DE AFRÂNIO PEIXOTO
	BA	SEABRA	53000.033456/2003	24	12S3226	41W5259	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRA CAMPESTRE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Relatório de processos vizinhos (3387181)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 62

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500442012018

9/21/18 9:26 AM

Página 3 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
33.83	BA	BONINAL	53900.043182/2015	10	12S4221	41W4935	EXIREN	ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE BONINAL
33.83	BA	BONINAL	53640.000840/1999	10	12S4221	41W4935	LDD	ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE BONINAL
34.03	BA	ANDARAÍ	53640.000782/1999	5	12S4140	41W1945	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS MORADORES E AMIGOS DO ALTO DO IBIRAPITANGA
34.12	BA	MUCUGÊ	53000.015268/2009	28	12S1612	41W4617	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO CIDADE NOVA
35.76	BA	SEABRA	53000.013679/2008	0	12S1620	41W4754	ARQCD I	ASSOCIACAO SERRANA DE COMUNICACAO
35.76	BA	SEABRA	53000.026746/2013	59	12S1620	41W4754	ARQDE F	ASSOCIACAO SERRANA DE COMUNICACAO
41.24	BA	ANDARAÍ	53000.013275/2013	56	12S4733	41W1951	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA AGUAS BOAS
42.38	BA	ANDARAÍ	53640.000777/1999	5	12S4827	41W1957	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS CONDUTORES DE VISITANTES DE ANDARAI
42.44	BA	ANDARAÍ	53000.014015/2013	56	12S4805	41W1928	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORES DA CHAPADA DIAMANTINA DO BRASIL - AMCD
42.47	BA	ANDARAÍ	53000.014020/2013	56	12S4826	41W1951	AUT	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA A VOZ DA CIDADE
44.92	BA	PALMEIRAS	53900.011333/2015	0	12S5245	41W2412	ARQCD I	ASSOCIACAO DE ARTES E COMUNICACAO DE PALMEIRAS BAHIA
46.42	BA	ANDARAÍ	53640.000762/1999	0	12S4825	41W1638	ARQCD I	FUNDACAO HELIO QUEIROZ DOURADO
---	BA	SOUTO SOARES	53000.012451/2004	19	12S0519	41W3847	FLD	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DE SOUTO SOARES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Relatório de processos vizinhos (3387181)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 63

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500442012018

9/21/18 9:26 AM

Página 4 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
48.49	BA	WAGNER	53000.005810/2014	69	12S2033	41W1025	AUT	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SAO SEBASTIAO DE UTINGA
Nº de Linhas: 0								



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Relação de processos vizinhos (3387181)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 64

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Rádio Comunitária Diamante FM, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Palmeiras/ BA**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei Nº 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Segond Vasconcellos, Técnico de Nível Superior**, em 21/09/2018, às 11:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3387186** e o código CRC **64C3DC26**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 3387186



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 25.372.073/0001-35

Certidão nº: 163145539/2018

Expedição: 27/11/2018, às 10:48:41

Validade: 25/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.372.073/0001-35**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Certidão obtida via Internet Trabalhista (5620257)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 66

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Município/UF: Palmeiras/ BA

Processo nº: 01250.044201/2018-77

CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1

Nome da entidade: Associação Rádio Comunitária Diamante FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 ()

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 01/02 (3217972)

**3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: Ausente**

4. Estatuto Social: fl. 01/10 (3217981)

Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: fl.01/03 (3217980)

Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl.01/03 (3217980) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2020

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: fl. 01/09 (3217985)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTI DO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCU LOS
<b>Presidente: Aline Martins Santos</b>	-	1402.6332.0523	058.833.485-56	-
<b>Vice-presidente: Elizete Araujo da Silva Sá Teles</b>	-	0833.3424.0566	333.585.128-51	-
<b>Diretor Adm.: José Augusto Viana Alves</b>	-	1141.6440.0515	037.175.865-30	-
<b>Diretor de Op.: Pedro Martins de Oliveira</b>	-	0182.4803.0590	268.424.325-53	-

8. Manifestações em apoio: fl. 01/28 (3217986)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Checklist (3623342)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 67

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 01 (3217973)
11. Pesquisa Anatel e Radar: (ok)
12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (ok)
- 12.1 CNPJ, Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (não são habilitantes):

**OBSERVAÇÕES:**

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos dos associados:
- d) Deveres dos associados:
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa:
- f) Fontes de recursos para sua manutenção:
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos:
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos:
- k) Critérios de eleição dos administradores:
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

**2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: 01 (3217976)
- 2.2 Certidão FGTS: ()
- 2.3 Certidão PGFN : ()
- 2.4 Certidão CNDT: ()
- 2.5 Justiça Federal dos dirigentes: ()

**3. Pesquisa Anatel e Radar: ()**

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

**OBSERVAÇÕES:**





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

**ANEXO 2**  
**REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	'	"	
	Longitude:	° W	'	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Requerimento de Outorga (3623554)

SEI 01250-944201/2018-77 / pg. 70

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Requerimento de Outorga (3623554)

SEI 01250-944201/2018-77 / pg. 71

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

#### ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Requerimento de Outorga (3623554)

SEI 01250-944201/2018-77 / pg. 72

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Requerimento de Outorga (3623554) - SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 73

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## NOTA TÉCNICA Nº 26283/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras/BA**.

### ANÁLISE

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

3. A Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo** (3623342) contendo **todas as declarações** nele elencadas, uma vez que há alteração no item XIII, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser **assinado por todos os dirigentes**.

### CONCLUSÃO

4. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 26283 (3623342)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 74

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba**, Técnico de Nível Superior, em 27/11/2018, às 16:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 28/11/2018, às 15:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3623342** e o código CRC **D828BD46**.

## Minutas e Anexos

3623364

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 3623342



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 47298/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

**Aline Martins Santos**

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

CEP 46.930-000 / Palmeiras/BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 26283/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **inabilitação da entidade**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/11/2018, às 15:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício 47298 (3623555)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 76

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3623389** e o código CRC **5B8E4AE4**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 47298/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 3623389



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício 47298 (3623389)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 77

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 47298/2018/SEI-MCTIC, 28/11/2018

01250.044201/2018-77

ALINE MARTINS SANTOS

Associação Rádio Comunitária Diamante FM

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

46.930-000 Palmeiras / BA

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRACIONCARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / NÚMERO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

467401

[Handwritten signature]

18 DEZ 2018

BA

EN

7524

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
RA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

FC0463 / 16

114 x 186 mm

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**AVISO DE  
RECEBIMENTO**  
**AVIS CN07**

**AR**

( CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO )

**JU 08421881 8 BR**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

07 DEZ 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASILIA DSB

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR**

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE**

**CIDADE / LOCALITÉ**

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

70.044-900 Brasília - DF

UF

**BRASIL  
BRÉSIL**

**ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> 77 / pg. 79

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Município/UF: Palmeiras / BA

Processo nº: 01250.044201/2018-77 CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1 ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS - 01250.041652/2018

Nome da entidade: Associação Rádio Comunitária Diamante FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

---

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 (CADSEI)

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl.1/2 (3217972)

**3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl.1/2 (3775218)**

4. Estatuto Social: fl.1/10 (3217981) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: fl.1/3 (3217980) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl.1/3 (3217983) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. ()

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Aline Martins Santos – fl.2 (3217985)		140263320523 05/09/93	058.833.485-56	
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles – fl.4 (3217985)		083334240566 14/06/82	333.585.128-51	
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves – fl.6 (3217985)		114164400515 26/11/85	037.175.865-30	
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira – fl.8 (3217985)		018248030590 15/4/46	268.424.325-53	

8. Manifestações em apoio: fl.2/28 (3217986)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. (3217973)

11. Pesquisa Anatel () e Radar () ok

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: () ok

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (), Certidão FGTS (), Certidão PGFN (), Certidão CNDT ():



**OBSERVAÇÕES:** 05/09/19 - Exigência solicitada por meio da NT. 26283/18, recebida em 18/12/18, foi devidamente cumprida em 17/01/2019, portanto, dentro do prazo. Resultado Prévio.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos e deveres dos associados:
- d) Fontes de recursos para sua manutenção:
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos:
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto:
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

**2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: ( )
- 2.2 Certidão FGTS: ( )
- 2.3 Certidão PGFN : ( )
- 2.4 Certidão CNDT: ( )
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ( )

**3. Pesquisa Anatel ( ) e Radar ( )**

- 4. Anexo 6/ART: fl. ( )

**OBSERVAÇÕES:**



Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 16142/2019/SEI-MCTIC**

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Assunto: **RESULTADO PRÉVIO DA FASE DE HABILITAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Por meio do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, iniciou-se a Seleção Pública com o objetivo de outorgar novas autorizações para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Palmeiras / BA.**

**ANÁLISE**

2. Após análise de todos os pedidos de outorga inscritos na Seleção Pública e que possuíam relação de concorrência, nos termos do art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária, em obediência ao art. 26 da mesma Portaria, torna público o **resultado prévio da fase de habilitação**, a saber:

ENTIDADES CONCORRENTES		
PROCESSO	ENTIDADE	SITUAÇÃO
01250.044201/2018-77	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM	HABILITADA
01250.041652/2018-52	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS	INABILITADA

**CONCLUSÃO**

3. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária comunica às interessadas o **resultado prévio da fase de habilitação**.

4. Caso haja interesse em recorrer desta decisão, informa-se que o prazo para interposição de recurso administrativo é de **30 (trinta) dias, improrrogáveis**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida. Após a análise dos recursos ou do decurso do prazo assinalado, será publicado o resultado definitivo da habilitação e terá início a fase de seleção.



caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Marciele da Silva Cunha, Analista**, em 05/09/2019, às 09:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4600073** e o código CRC **0F77A103**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 4600073



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 31523/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 05 de setembro de 2019.

À Senhora

ALINE MARTINS SANTOS

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

CEP 46.930-000 / PALMEIRAS - BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16142/2019/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/texto geral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/texto geral/processo_eletronico.html)
5. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> Ofício 31523/2019 (4006105) SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 84



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4600105** e o código CRC **890591AA**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 4600105



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Código 01529 (4600105)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 85

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





AVISO DE RECEBIMENTO

AR

DATA DE POSTAGEM

17/09/2019

## DESTINATÁRIO

ALINE MARTINS SANTOS  
RUA 15 DE JANEIRO, 167  
CENTRO  
46930-000

PALMEIRAS BA

UNIDADE DE POSTAGEM

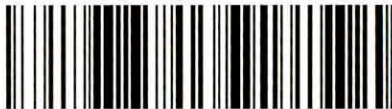
AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



## REMETENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO,  
BRASÍLIA - DF  
70044-900



BI891146781BR

## TENTATIVAS DE ENTREGA

1º   /  /     :    
2º   /  /     :    
3º   /  /     :  

## DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PROC: 01250.044201/2018-77, OF: 31523; 1 - NOTA TEC: 16142;

## MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- |                           |                   |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE              | [6] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE       |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO     | [8] FALECIDO      |
| [4] DESCONHECIDO          | [9] OUTROS        |
| [5] RECUSADO              |                   |

## RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

*[Handwritten signature]*  
800760510

ASSINAT

NOME LE



R

QR

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff85df494b8>

Aviso de Recebimento (AR) OF\_31523-(4631165)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 86

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff85df494b8



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>25.372.073/0001-35</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>03/08/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****
UF *****		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(77) 9136-1660</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>INAPTA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>26/03/2019</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL <b>OMISSAO DE DECLARACOES</b>		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/01/2020** às **14:10:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Anexo CNPJ (3004704)

SEI 01290.044201/2018-77 / pg. 87



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 25.372.073/0001-35

Certidão nº: 1797335/2020

Expedição: 22/01/2020, às 11:03:22

Validade: 19/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.372.073/0001-35**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cn dt@tst.jus.br](mailto:cn dt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Anexo CNDT (3063525)

SEI 01230-044201/2018-77 / pg. 88

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras / BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Encaminhem-se os autos para a fase de instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Marciele da Silva Cunha, Analista**, em 22/01/2020, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5064089** e o código CRC **EB54B623**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 5064089



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (5064089)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 89

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**CNPJ:** **25.372.073/0001-35**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 10:44:35 do dia 22/01/2020 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Anexo ANATEL (5064567)

SEI 01250-044201/2018-77 / pg. 90

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Anexo ANATEL (3064567)

SEI 01250-044201/2018-77 / pg. 91

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.044201/2018-77, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, na localidade de Palmeiras / BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Marciele da Silva Cunha, Analista**, em 22/01/2020, às 13:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5064578** e o código CRC **2C79FE3A**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 5064578



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

## ANEXO 6

## FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

**1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:**

☐ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

## **Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga**

## 2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIALRAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)CNPJ

### 3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOUROBAIRROCIDADECEPCIDADE (CONTINUAÇÃO)UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

| w

#### 4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOUROBAIRROCIDADE

CEP

CIDADE (CONTINUAÇÃO)UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

| w

## 5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOUROBAIRROCIDADECEP

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

## 6 – TRANSMISSOR

FABRICANTE

[illegible]

MODELO  
HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

## POTÊNCIA

№

[illegible]

## 7 – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

[illegible]

MODELO  
POLARIZAÇÃO

V	C	E	H
---	---	---	---

TIPO

[illegible]

GANHO max (Gt)  
ALTITUDE DO LOCAL

### ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

| | | | dBd | | , | m | | , | m

## 8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

## MODELO

[illegible]

COMPRIMENTO (L)  
EFICIÊNCIA DA LINHA ( $\eta$ )

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

				,	m		,		dB		,		dB		,			
--	--	--	--	---	---	--	---	--	----	--	---	--	----	--	---	--	--	--

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

## 9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log ( \quad \times \quad \times \quad \times \quad ) = \quad \text{dBk}$$

$P_t$  = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

 $\eta$  = Eficiência da linha de transmissão.

\*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

## 10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \quad - 20 \log \quad = \quad \text{dBu}$$





$d(\text{km})$  = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

## 11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, <b>conforme estudo específico encaminhado em anexo</b> .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBU da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

--

NOME COMPLETO																								
REG.CREA					ENDEREÇO																			
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)										BAIRRO														



[illegible]

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

[illegible]

A horizontal number line with 11 equally spaced tick marks, labeled from 1 to 11.

[illegible]

			/		/			
--	--	--	---	--	---	--	--	--

[illegible][illegible]

		/		/				
--	--	---	--	---	--	--	--	--

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.



Município/UF: Palmeiras / BA **1º Exg. Instrução**

Processo nº: 01250.044201/2018-77 CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1 ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS - 01250.041652/2018 - ARQDEF

Nome da entidade: Associação Rádio Comunitária Diamante FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

---

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 (CADSEI)

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl.1/2 (3217972)

**3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl.1/2 (3775218)**

4. Estatuto Social: fl.1/10 (3217981) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: fl.1/3 (3217980) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl.1/3 (3217983) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. ()

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Aline Martins Santos – fl.2 (3217985)		140263320523 05/09/93	058.833.485-56	
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles – fl.4 (3217985)		083334240566 14/06/82	333.585.128-51	
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves – fl.6 (3217985)		114164400515 26/11/85	037.175.865-30	
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira – fl.8 (3217985)		018248030590 15/4/46	268.424.325-53	

8. Manifestações em apoio: fl.2/28 (3217986)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. (3217973)

11. Pesquisa Anatel () e Radar () ok

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: () ok

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (), Certidão FGTS (), Certidão PGFN (), Certidão CNDT ():





**OBSERVAÇÕES: 05/09/19** - Exigência solicitada por meio da NT. 26283/18, recebida em 18/12/18, foi devidamente cumprida em 17/01/2019, portanto, dentro do prazo. Resultado Prévio.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **art.2º**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **art.3º c/c 8º, II**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **art.8º**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **art.8º**
- e) Órgão administrativo e cargos: **art.17º**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **art.18º a 22º**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **art.17º**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **art.23º §1º e §2º “comunidade local” a 25º**

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **art.1º**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **art.3º e 4º c/c 11º**
- c) Direitos e deveres dos associados: **art.7º e 8º**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **art.28º**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **art.26º**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **art.30º e 31º**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **art.29º**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **art.11º**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **art.13º**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **art.13º §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **art.31º**

**2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: ( ) **ausente**
- 2.2 Certidão FGTS: ( ) **ausente**
- 2.3 Certidão PGFN : ( ) **ausente**
- 2.4 Certidão CNDT: (5063929)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5064089)

**3. Pesquisa Anatel (5064567) e Radar (5064578)**

- 4. Anexo 6/ART: fl. ( ) **ausente**

**OBSERVAÇÕES: 22/01/20** - Solicitar o anexo 6, o estatuto social da entidade deverá ser alterado para adequa-se a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, com suas alterações, não foi possível emitir o CNPJ da entidade, bem como as certidões do FGTS e PGFN.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 22 de janeiro de 2020.

À Senhora

ALINE MARTINS SANTOS

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

CEP 46.930-000 / PALMEIRAS - BA

Assunto: **RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO – CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO - PROCESSO DE CONCORRENTE ARQUIVADO - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO.**

Senhora Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras / BA**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que foi informado por meio da Nota Técnica nº 16142/2019/SEI-MCTIC (4600073).

3. Assim, considerando que não há mais concorrência, tendo em vista o arquivamento definitivo do processo nº 01250.041652/2018-52, em razão do decurso de prazo para apresentação de recurso administrativo, aquele resultado tornou-se **definitivo** da fase de habilitação, dando ensejo à convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.

4. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

**4.1.** A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (5064597).

**Observação 1:** o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício 1812 (5064597)

SEI 01250.041652/2018-77 / pg. 99

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).

**Observação 2:** o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).

**4.2.** Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

**4.2.1. Portaria nº 4334/2015 e alterações:**

a. O art. 23º §1º e §2º do estatuto social está em desacordo com o art. 40, inciso V e 113 da Portaria, uma vez que o Conselho Comunitário deverá ser composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade **local**, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora.

b. O estatuto social não especifica a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário, conforme art. 40, inciso V da Portaria.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

**Observação 1:** a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

**Observação 2:** Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

**5.1.** Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 39, incisos III a VII, não foi possível obtê-la(s):

**5.1.1.** CNPJ válido e atual: em consulta ao sítio da Receita Federal do Brasil (5064704), verificou-se que a Entidade se encontra com a situação “inapta”. Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação.

**5.1.2.** Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o FGTS. Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão de regularidade.

**5.1.3.** Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: após consulta ao sítio da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos, ou certidão positiva com efeito de negativa.



**Observação:** A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todos os órgãos acima mencionados, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Circulo 1812 (3004639)

SEI 01236-044201/2018-77 / pg. 100

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização.

6. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

8. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

9. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html). Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

10. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,

Anexos: (5064597)



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 31/01/2020, às 10:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5064639** e o código CRC **E538EC8D**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 5064639



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício 1812 (5064639)


SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 101

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

 <b>Correios</b>	<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b>	<b>AR</b>
--	-----------------------------	-----------

<b>DATA DE POSTAGEM</b> 04/02/2020
---------------------------------------

<b>DESTINATÁRIO</b> ALINE MARTINS SANTOS RUA 15 DE JANEIRO, 167 CENTRO 46930-000  <b>REMETENTE</b> MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO, BRASÍLIA - DF 70044-900	<b>PALMEIRAS BA</b>	 <b>BO071342312BR</b>
---	---------------------	--



<b>UNIDADE DE POSTAGEM</b> AGF VIA POSTAL
<b>CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA</b> 

<b>TENTATIVAS DE ENTREGA</b>  1º <u>  /  /  </u> <u>  :  </u> 2º <u>  /  /  </u> <u>  :  </u> 3º <u>  /  /  </u> <u>  :  </u>
---

<b>DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)</b> 1 - PR. 01250.044201/2018-77; 1 - OFÍCIO: 1812/2020;
--

<b>MOTIVO DE DEVOLUÇÃO</b> [1] MUDOU-SE [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [4] DESCONHECIDO [5] RECUSADO [6] NÃO PROCURADO [7] AUSENTE [8] FALECIDO [9] OUTROS
--

<b>RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO</b>
--

<b>ASSINATURA</b>  <b>NOME LEGAL</b> <u>Correios Lim</u>	
--	---

<b>DATA DE ENTREGA</b> <u>28/02/2020</u> <b>Nº DOC. DE IDENTIDADE</b> <u>229154986</u>
---

Autenticado eletronicamente, após conferência com original



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 7781/2020/MCOM

Brasília, 04 de novembro de 2020.

À Senhora

ALINE MARTINS SANTOS

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

46930-000 - PALMEIRAS - BA

**Assunto: Deferimento de prorrogação de prazo na fase de instrução. Processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhor Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas no Ofício nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (5064639), informo que fica deferida, por mais 30 (trinta) dias, nos termos do art. 41 da Portaria nº 4.334/20105 e suas alterações, considerando que todos os órgãos oficiais já retomaram atendimento:

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável **uma única vez** e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações **fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.**

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no **prazo improrrogável de trinta dias.**

2. Ressalto que na comunicação da resposta deverá constar os números do Processo e deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério.

3. Além disso, solicito que a Entidade mantenha atualizado o endereço de correspondência, sob pena de aplicação do art. 5º, parágrafo único da Portaria nº 4334/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC.

4. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)

Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º  
CEP 70044-900 - Brasília - DF.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício 7781 (0044627)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 103



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 05/11/2020, às 17:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6044627** e o código CRC **33804ED9**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 7781/2020/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 6044627

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ministério da Ciência,  
Tecnologia e Inovação



AO REMETENTE

		
NF.: Pedido:	Contrato: 9912443202 CARTA COMERCIAL CONTRATO	Volume: 1/1 Peso(g): 00030
BO52507365 BR		
		
Nome Legível: _____ Rubrica: _____		
Documento: _____		
ENTREGA NO VIZINHO		
NÃO AUTORIZADA		
<b>DESTINATÁRIO</b>		
ALINE MARTINS SANTOS RUA 15 DE JANEIRO, 167 CENTRO 46930-000 PALMEIRAS/BA		
		
Obs: processo: 01250.044201/2018-77 corec /serad		
<b>Remetente:</b> MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO E - PROTOCOLO, ZONA CIVICO-ADMINISTRATIVA 70067-900 BRASILIA/DF		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Aviso de recebimento (AR) OF - 7781/2020 (DEVOLVIDO) (6226354)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 105

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

 <b>AVISO DE RECEBIMENTO AR</b>		<b>DATA DE POSTAGEM</b> 09/11/2020
<b>DESTINATÁRIO</b> ALINE MARTINS SANTOS RUA 15 DE JANEIRO, 167 CENTRO PALMEIRAS BA 46930-000		<b>UNIDADE DE POSTAGEM</b> AGF VIA POSTAL
<b>REMETENTE</b> MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO E - PROTOCOLO, ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA BRASILIA - DF 70067-900		<b>CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA</b> 
<b>TENTATIVAS DE ENTREGA</b> 1º 20/11/2020 11:23 2º 23/11/2020 08:50 3º 26/11/2020 14:18		<b>DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)</b> 1 - pr:01250.044201/2018-77; 1 - of:7781/2020; 1 - corec;
<b>MOTIVO DE DEVOLUÇÃO</b> [1] MUDOU-SE [8] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [9] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO		<b>RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO</b>  80876056
<b>ASSINATURA DO RECEBEDOR</b>		<b>DATA DE ENTREGA</b>
<b>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR</b>		<b>Nº DOC. DE IDENTIDADE</b>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Aviso de recebimento (AR) OF\_7781/2020 (DEVOLVIDO) (6226354)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 106

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 12074/2020/MCOM

Brasília, 29 de dezembro de 2020.

À Senhora

ALINE MARTINS SANTOS

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

46930-000 - PALMEIRAS - BA

**Cadastro CADSEI: Paulo Henrique Oliveira da Rocha (procuração em anexo)**

**Assunto: Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios. Processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho o Ofício nº 7781/2020/MCOM, e documentos que o acompanharam, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: não procurado.
2. Na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.
3. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>.
4. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
5. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,

**Anexos:**



7781/2020 6044627

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício 12074 (0203905)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 107

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 11/01/2021, às 07:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6289605** e o código CRC **0C9A3ABF**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 12074/2020/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 6289605



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

**Data de Envio:**

13/01/2021 16:50:22

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mctic.gov.br>

**Para:**

abertcomsei@gmail.com

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 01250.044201/2018-77

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_6289605.html

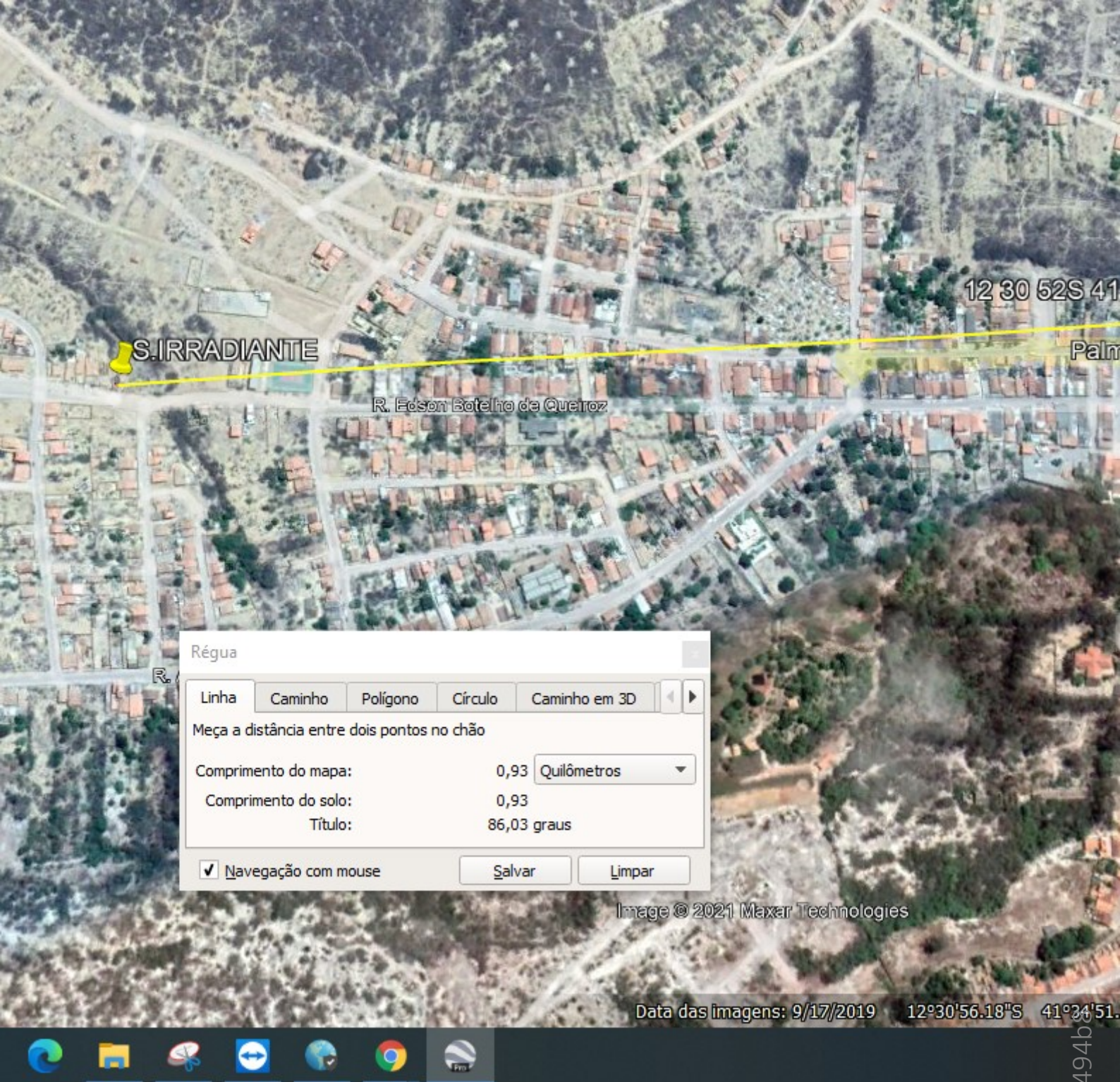
Oficio\_6044627.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

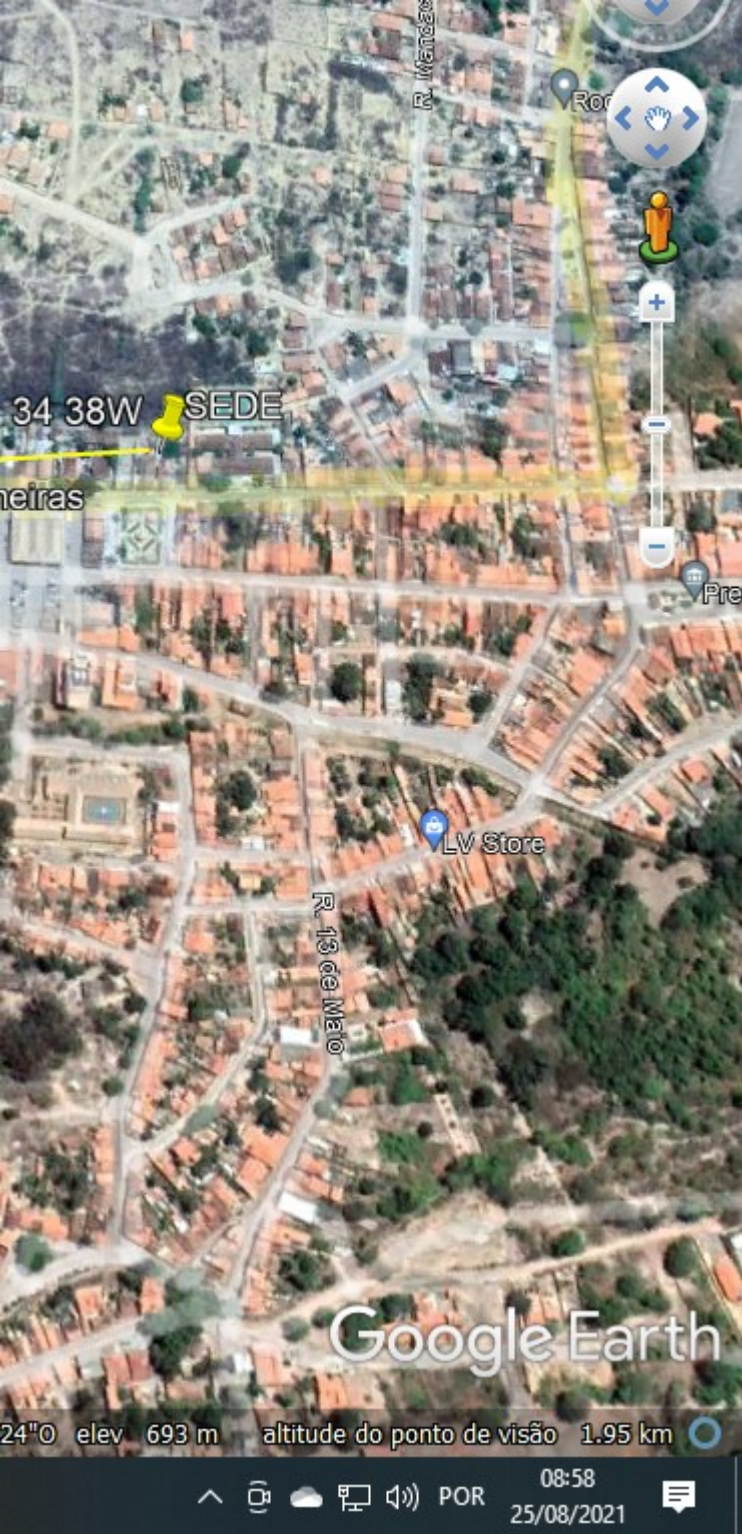




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-pamara-leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-pamara/leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

ANEXO MAPA LOCAL DA INSTALAÇÃO (8044614)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 111

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112  
Número do Processo: 012500442012018

8/25/21 9:18 AM

Página 1 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	PALMEIRAS	01250.044201/2018	112	12S3054	41W3509	EXINST	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM
0.31	BA	PALMEIRAS	01250.041652/2018	112	12S3052	41W3459	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS
0.91	BA	PALMEIRAS	53000.052270/2013	0	12S3050	41W3439	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CAETE-ACU
0.94	BA	PALMEIRAS	53900.046482/2016	0	12S3052	41W3438	RAQ	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM
1.04	BA	PALMEIRAS	53000.022253/2010	29	12S3109	41W3438	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E BENEFICENTE DE PALMEIRAS
12.31	BA	PALMEIRAS	53900.049501/2015	0	12S2702	41W2937	RAQ	ASSOCIACAO COMUN DOS MORADORES DE CAMPO DE SAO JOAO
14.11	BA	PALMEIRAS	53000.007014/2009	29	12S3638	41W3001	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO CAETE ACU
17.36	BA	SEABRA	53000.067812/2007	0	12S2255	41W4010	ARQCD I	ASSOCIACAO AMBIENTALISTA E DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIA DE JATOBA
17.36	BA	SEABRA	53000.078629/2006	24	12S2255	41W4010	ARQDE F	ASSOCIACAO AMBIENTALISTA E DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIA DE JATOBA
19.69	BA	SEABRA	53000.029044/2013	59	12S2638	41W4507	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE SEABRA FM
21.68	BA	IRAQUARA	53900.015881/2015	0	12S1913	41W3446	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DOS AMIGOS AGRICULTORES DE LAGOA SECA- A.R.C.A.A.L.S
21.68	BA	IRAQUARA	53900.008821/2016	96	12S1913	41W3446	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DOS AMIGOS AGRICULTORES DE LAGOA SECA- A.R.C.A.A.L.S
---	BA	LENÇÓIS	01250.005190/2019	11	12S3325	41W2314	REN	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA AVANTE LENCOIS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> (8044619)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 112

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

## DESPACHO

**Processo nº: 01250.044201/2018-77.**

**Interessado: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM.**

**Assunto: OFÍCIO Nº 1812/2020/SEI-MCTIC - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 5064639)**

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, na localidade de **PALMEIRAS/BA**, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).  <i><b>OBS.:</b> O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.</i>	6496397, págs. 01 a 04	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015:  <i><b>OBS.:</b> Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a cota do terreno no mesmo processo.</i>	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	6496397, pág. 03	X		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (0044622)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 113

5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8

b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	6496397, pág. 03			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	6496397, pág. 03	X		
d) O contorno de 91 dBU da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	6496397, pág. 03	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	6496397, pág. 03	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	6496397, pág. 03	X		
4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, <b>juntamente com o comprovante de pagamento</b> da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	6496397, pág. 05 a 07	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada <b>guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros</b> do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), <b>conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação</b> , em anexo.	6496397 8044619 8044614	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada <b>não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros</b> do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), <b>conforme Relação de Processos Vizinhos</b> .	6496397 8044619 8044614			X

Desse modo, considerando que **a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC\_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (8044622)

SEP 01250-04420/2018-77 / pg. 114

5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8

Brasília, 25 de agosto de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 09/09/2021, às 15:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8044622** e o código CRC **00874B50**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 8044622



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (8044622/)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 115

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>25.372.073/0001-35</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>03/08/2016</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>
--

LOGRADOURO <b>R 15 DE JANEIRO</b>	NÚMERO <b>167</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
--------------------------------------	----------------------	-----------------------------

CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
--------------------------	----------------------------------	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(77) 9136-1660</b>
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>
---

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>04/01/2021</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/10/2021** às **09:28:07** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 116

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**CNPJ:** **25.372.073/0001-35**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 09:31:44 do dia 05/10/2021 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadadeassinatura.canaldataleg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

<https://infoleg-autenticadadeassinatura.canaldataleg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Anexo Certidões (8138751)

SEI 01256-044201/2018-77 / pg. 117

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

<https://infoleg-autenticadadeassinatura.canalleg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Anexo Certidoes (0130751)

SLT01250:044201/2018-77 / pg. 118



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 25.372.073/0001-35

**Razão Social:** ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM

**Endereço:** RUA 15 DE JANEIRO 167 / CENTRO / PALMEIRAS / BA / 46930-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/10/2021 a 02/11/2021

**Certificação Número:** 2021100402393762584213

Informação obtida em 05/10/2021 09:29:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://mforeg-autenticidade-assinatura-caixa/leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM**  
**CNPJ: 25.372.073/0001-35**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 09:30:42 do dia 05/10/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/04/2022.

Código de controle da certidão: **8AEB.F384.43AC.B471**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
Anexo-Certidões (0150751) 3E107250:044201/2018-77 / pg. 120

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 25.372.073/0001-35  
Certidão nº: 31651172/2021  
Expedição: 05/10/2021, às 09:29:54  
Validade: 02/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.372.073/0001-35**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Anexo Certidões (0150751) - SEI 01250-044201/2018-77 / pg. 121

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 05 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/11/2023, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8199937** e o código CRC **4F8D7CC7**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 8199937



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (8199937)

SEP 01250.044201/2018-77 / pg. 122

5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8

## CHECKLIST

radar/Principal/Apoio/Entidade/Consultar/PesquisaEntidadeNaoOutorgada.asp

Município/UF: Palmeiras/BA –

Processo nº: 01250.044201/2018-77 CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1 ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS - 01250.041652/2018 - ARQDEF

Nome da entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM**

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

**Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 (CADSEI)  
 2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO  
 3. Requerimento de Outorga: Fls. 1-2 (3775218)  
 4. Estatuto Social: Fls. 1-10 (3217981) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO  
 5. Ata de constituição: Fls. 1-3 (3217980) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO  
 6. Ata de eleição: Fls. 1-3 (3217983) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2022  
 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO  
 7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 2-8 (3217985)  
 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Aline Martins Santos	PP	140263320523 05/09/93	Wilton de Souza Santos e Sônia Maira dos Santos Martins	058.833.485-56	Não
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles	PP	083334240566 14/06/82	Anatalino Francisco da Silva e Elzenir Araújo de Oliveira	333.585.128-51	Não
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves	Não	114164400515 26/11/85	José Pereira Alves e Eliécia Silva Viana	037.175.865-30	Não
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira	PP	018248030590 15/4/46	Eliezer Martins de Oliveira e Cezaltina Alves de Oliveira	268.424.325-53	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 2-28 (3217986)  
 9. Vínculo: () SIM (x) NÃO  
 10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. (3217973)

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**11. Estatuto social:** Fls. 1-10 (3217981)

**11.1 Adequações à Portaria:**



abilidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Checklist (0199356)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 123

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 3, 8**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 17**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 18-22**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 17**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 23-25**

## **11.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 3, 4 e 10-11**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 7-8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 28-29**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 26**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 30-31**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 29**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 10-11**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 13-16**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 13**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 31**

## **12. Certidões:**

- 12.1 CNPJ: (8199751)
- 12.2 Certidão FGTS: (8199751)
- 12.3 Certidão PGFN : (8199751)
- 12.4 Certidão CNDT: (8199751)
- 12.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (8199937)

## **13. Pesquisa Anatel (8199751) e Radar ()**

- 14. Anexo 6/ART: fl. (6496397)
- 15. Despacho Técnico de aprovação: (8044622)

**OBSERVAÇÕES: 05/10/2021: Processo instruído aguardando apenas o Sistema Radar voltar a funcionar para Revisão Final.**



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 05/10/2021, às 09:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8> / pg. 124

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8199396** e o código CRC **4F1653D3**.

**Referência:** Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 8199396



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Checklist (8199396)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 125

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa  
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento  
Gerência de Licitação

Impresso por: **Francisca de Carvalho Machado**Data/Hora: **06/04/2022 12:18:12****Relatório de RADCOM - Plano de Referência**

UF: BA	Município: Palmeiras	
Município	Canal	Frequência
Palmeiras	285	104,9

Usuário: **franciscacm.mc - Francisca de Carvalho Machado**Data: **06/04/2022**Hora: **12:18:12**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RD/RADCOM/Relatorios/PlanoReferencia/Tela.asp?hdnImprimir=true

Plano de Referência - Canal e Frequência (9932725)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 126



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>25.372.073/0001-35</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>03/08/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R 15 DE JANEIRO</b>	NÚMERO <b>167</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>
UF <b>BA</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(77) 9136-1660</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>04/01/2021</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/04/2022** às **12:20:49** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Anexo Certificados atualizadas (5652751)

SEI 01250-044201/2018-77 / pg. 127





**CNPJ:** **25.372.073/0001-35**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 12:20:19 do dia 06/04/2022 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mfoleg-autenticacao-assinatura.calmex.sigec.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

[igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](#)

Anexo Certidões atualizadas (06/02/2021)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 128

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 25.372.073/0001-35  
**Razão Social:** ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM  
**Endereço:** RUA 15 DE JANEIRO 167 / CENTRO / PALMEIRAS / BA / 46930-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 06/04/2022 a 05/05/2022

**Certificação Número:** 2022040612213480638905

Informação obtida em 06/04/2022 12:21:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://moodle-autenticacao-assis-caixa.gov.br/curso/54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Anexo Certidões atualizadas (06/27/21)

SEI-01250:044201/2018-77 / pg. 129

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM**  
**CNPJ: 25.372.073/0001-35**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 12:22:33 do dia 06/04/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/10/2022.

Código de controle da certidão: **6F56.3FB0.EAA8.2F36**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 25.372.073/0001-35

Certidão nº: 10990677/2022

Expedição: 06/04/2022, às 12:22:15

Validade: 03/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.372.073/0001-35**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Anexo Certidões atualizadas (06/27/21)

SEI 01250-044201/2018-77 / pg. 131

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.

3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI 9652751.

Brasília, 06 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 06/04/2022, às 13:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9652902** e o código CRC **84EE4079**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 9652902



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8>

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Diamante

Adicionar filtro


Campo


Todos

#### Opções


☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas



### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a



Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém



Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém



25372073000135

Adicionar filtro

Campo

Todos

### Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Consulta Fiscaliza (9892941)

Exportar para

Atom

CSV

PDF

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

05883348556

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível



## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

#### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

33358512851

Adicionar filtro Campo


Todos

#### Opções


☒ Aplicar


 Limpar


 Salvar

 Nenhuma informação disponível

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF





# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas



### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a



Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém



Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém



03717586530

Adicionar filtro

Campo

Todos

### Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Consulta Fiscaliza (9692941)

Exportar para

Atom

CSV

PDF

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#)
[Atividade](#)
[Tarefas](#)
[Wiki](#)
[Fóruns](#)

## Tarefas

### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

26842432553

Adicionar filtro

Campo

Todos

### Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

**Nenhuma informação disponível**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Exportar para

☐ Atom

☐ CSV

☐ PDF

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ UF/Município

contém

Palmeiras/BA

Adicionar filtro Campo

Todos

### > Opções



☒ Aplicar Limpar Salvar Nenhuma informação disponível

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Consulta Fiscaliza (5692941)

Exportar para

 Atom CSV PDF



## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Aline Martins Santos

Adicionar filtro


Campo

Todos

#### > Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Elizete Araújo da Silva Sá Teles

Adicionar filtro

Campo


Todos

#### > Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>


Consulta Fiscaliza (9892941)

SEI-01250.044201/2018-77 / pg. 141

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)



### Tarefas



#### ▼ Filtros

☒ Situação

todos



☒ Tipo

igual a



Atividade de Inspeção



☒ Tipo de inspeção

contém



Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém



José Augusto Viana Alves

Adicionar filtro

Campo

[Todos](#)

#### > Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Consulta Fiscaliza (5692941)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 142

Exportar para

Atom

CSV

PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Pedro Martins de Oliveira

Adicionar filtro


Campo


Todos

#### > Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>


Consulta Fiscaliza (9892941)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 143

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



## Tarefas



## Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a



Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém



Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio



Lat: 123052

Lon: 413438

Adicionar filtro Campo

Todos

## &gt; Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Consulta Fiscaliza (5692941)

Exportar para

Atom

CSV

PDF

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

1. Após análise do processo nº 01250.044201/2018-77, de interesse da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM**, na localidade de Palmeiras/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 06 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 11/04/2022, às 09:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9667224** e o código CRC **5B259E3B**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 9667224



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (9667224)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 145

5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8

## CHECKLIST

Município/UF: Palmeiras/BA –

Processo nº: 01250.044201/2018-77 CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1 ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS - 01250.041652/2018 - ARQDEF

Nome da entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM**Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018****Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018****Canal/Frequência: 285 - 104,9 (9652723)**

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 (CADSEI)
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 1-2 (3775218)
4. Estatuto Social: Fls. 1-10 (3217981) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 1-3 (3217980) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 1-3 (3217983) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2022
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 2-8 (3217985)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Aline Martins Santos	PP	140263320523 05/09/93	Wilton de Souza Santos e Sônia Maira dos Santos Martins	058.833.485-56	Não
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles	PP	083334240566 14/06/82	Anatalino Francisco da Silva e Elzenir Araújo de Oliveira	333.585.128-51	Não
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves	Não	114164400515 26/11/85	José Pereira Alves e Eliécia Silva Viana	037.175.865-30	Não
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira	PP	018248030590 15/4/46	Eliezer Martins de Oliveira e Cezaltina Alves de Oliveira	268.424.325-53	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 2-28 (3217986)
9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. (3217973)

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****11. Estatuto social:** Fls. 1-10 (3217981)**11.1 Adequações à Portaria:**abilidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Checklist (9652723)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 146

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 3, 8**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 17**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 18-22**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 17**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 23-25**

### **11.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 3, 4 e 10-11**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 7-8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 28-29**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 26**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 30-31**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 29**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 10-11**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 13-16**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 13**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 31**

## **REVISÃO FINAL**

### **12. Certidões:**

- 12.1 CNPJ: (9652751)
- 12.2 Certidão FGTS: (9652751)
- 12.3 Certidão PGFN : (9652751)
- 12.4 Certidão CNDT: (9652751)
- 12.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (9652902)

### **13. Pesquisa Anatel (9652751) e Fiscaliza (9652943)**

- 14. Anexo 6/ART: fl. 1-7 (6496398)
- 15. Despacho Técnico de aprovação: (8044622)

**OBSERVAÇÕES: 06/04/2022.**

## **PROCESSO INSTRUÍDO**



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 06/04/2022, às 13:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Checklist (9052932)

SEI 01230-044201/2018-77 / pg. 147

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9652952** e o código CRC **AC0C6DBD**.

---

**Referência:** Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 9652952



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Palmeiras/BA**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

### ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 01/08/2018, via CADSEI, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
<b>Associação Rádio Comunitária Diamante FM</b>
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Aline Martins Santos
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Edson Botelho de Queiroz, S/N - Centro
Coordenadas geográficas: 12°30'54"S de latitude e 41°35'09"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Edson Botelho de Queiroz, S/N - Centro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4536 (3662973)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 149

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 1-2 (3775218)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 1-10 (3217981)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 (3217980)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 (3217983)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 2-8 (3217985)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 2-28 (3217986)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	3217973
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 1-7 (6496398) - Despacho COESA_MCOM_ENG 8044622



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4550 (3652973)

SEI 01230.044201/2018-77 / pg. 150

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(9652751)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(9652751)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(9652751)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(9652751)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(9652751)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(9667224) (9652941)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço. Assim, o requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS**, constante no processo nº 01250.041652/2018-52, foi igualmente analisado. No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências do Ofício nº 48788/2018/SEI-MCTIC, de 07/12/2018, conforme segue:

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.041652/2018-52	<b>ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS</b>	Apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22 E Não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista no <b>caput</b> do art. 24.	Art. 25, inciso II E inciso IV



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4550 (3652973)

SEI 01250.041652/2018-77 / pg. 151

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



6. De acordo com o Despacho COESA\_MCOM\_ENG (8044622), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, visto que para as duas emissoras que estão em Municípios vizinhos foram atribuídos canais distintos (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos (8044619).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho 9652902.

## CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 11/04/2022, às 10:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal, em 11/04/2022, às 10:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Outorgas, em 11/04/2022, às 11:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga, em 14/04/2022, às 20:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9652973** e o código CRC **37A37684**.

## Minutas e Anexos

Minutas

## MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



Senhor Presidente da República,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4550 (9652973)

SEI 01250-04/2018-77 / pg. 152

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA  
PORTARIA**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044201/2018-77, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ 25.372.073/0001-35, cuja sede se situa na Rua 15 de Janeiro, nº 167 - Centro, na localidade de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4536 (3662973)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 153

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Palmeiras, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização rege-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

**Referência:** Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 9652973



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4550 (9652973)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 154

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Ofício Interno nº 18702/2022/MCOM

Brasília, 18 de abril de 2022

A Senhora  
**Carolina Scherer Bicca**  
Consultora Jurídica  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM (9652973)**

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM (9652973), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 19/04/2022, às 17:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9713149** e o código CRC **A36DA20A**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 18702/2022/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 9713149



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>  
Ofício Interno 18702 (9713149) SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 155

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,  
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044201/2018-77  
INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM - RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM  
ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - OUTORGA POR AUTORIZAÇÃO

- EMENTA: I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras/BA**;
- II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito;
- III. Viabilidade jurídica do pedido, **desde que atendidas as recomendações dos itens 20, 25 e 27**, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;
- IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República;
- V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização;
- VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras/BA**, com base no Edital nº 118/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.
2. Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão -SERAD concluiu que o feito se encontrava devidamente instruído e que houve outra entidade interessada na presente seleção: A **Associação Comunitária Filhos de Palmeiras**, que foi inabilitada pela não apresentação da documentação necessária, incidindo nas hipóteses previstas no art. 25, incisos II e IV, da Portaria nº 4.334/2015.
3. O resultado prévio da habilitação das entidades foi procedido por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 16142/2019/SEI-MCTIC (SEI 4600073)** e o resultado definitivo foi comunicado à parte através do **OFÍCIO Nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 5064639)**.
4. Através do **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 8044622**, a área técnica afirmou que "**a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**".
5. Assim, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**, a Secretaria concluiu a análise técnica, remetendo os autos para análise desta Consultoria.
6. É o relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

7. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
8. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
9. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
10. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

II.2. Legislação aplicável



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
s.agu.gov.br/documento/884289188  
https://mfb0e8-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

11. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.
12. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".
13. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "*Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço*".
14. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.
15. Coube à já citada Lei n.º 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, "*são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos*".
16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

*Parágrafo único.* Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioridade dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

17. Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioridade de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM’ SS”, com apenas dois dígitos



inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS'') na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

**Da Instrução**

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. [\(Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

**Do Recurso**

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

**Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária**

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

**II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
s.agu.gov.br/documento/884289188  
https://mfb0leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



19. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o *"Checklist"* (doc. SEI nº 9652952) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**.

20. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado pelo **OFÍCIO Nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 5064639)**, sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.

21. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 112/2018 concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, sendo o pedido da interessada tempestivo, visto ter sido recebido nesta Pasta em 01/08/2019:

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

22. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

23. Impende destacar que, por meio do **Despacho COREC\_MCOM\_RADCOM 3387186**, a área técnica atestou que *"Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Rádio Comunitária Diamante FM, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Palmeiras/ BA**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei Nº 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018"*.

24. Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**:

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 1-2 ( <a href="#">3775218</a> )
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 1-10 ( <a href="#">3217981</a> )
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 ( <a href="#">3217980</a> )
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 ( <a href="#">3217983</a> )
5. Comproverantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 2-8 ( <a href="#">3217985</a> )
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 2-28 ( <a href="#">3217986</a> )
7. Comproverante de recolhimento da taxa de cadastramento.	<a href="#">3217973</a>
8. Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 1-7 ( <a href="#">6496398</a> ) - Despacho COESA_MCOM_ENG <a href="#">8044622</a>
9. Comproverante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	( <a href="#">9652751</a> )
10. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	( <a href="#">9652751</a> )
11. Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	( <a href="#">9652751</a> )
12. Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	( <a href="#">9652751</a> )
13. Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	( <a href="#">9652751</a> )
14. Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	( <a href="#">9667224</a> ) ( <a href="#">9652941</a> )

25. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 3º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 23), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3217981 - fls. 1/10). **Entretanto, entende-se necessária a retificação do art. 23, §1º, do Estatuto da entidade, uma vez que este define a instituição do Conselho Comunitário em até 30 dias da entrada em funcionamento da**





**rádio, o que contraria a legislação. Esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.**

26. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist roteiro RadCom (SEI 9652952)*, que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga.** O **Despacho COREC\_MCOM 9652902** também assegura a inexistência dos vínculos:

- 1.Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.

27. Observa-se, no entanto, que quase todos os diretores, Sra. Aline Martins Santos, Sra. Elizete Araújo da Silva Sá Teles e o Sr. Pedro Martins de Oliveira, são filiados a Partidos Políticos. Assim, solicita-se que a Secretaria, expressamente, analise e ateste que os mencionados membros da Diretoria não exercem atividades políticas vedadas pela legislação.

28. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.

29. A esse respeito, a área técnica afirmou a existência de outras entidades interessadas, no entanto, apontou que estas foram inabilitadas pela existência de vínculo político-partidário:

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço. Assim, o requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS**, constante no processo nº 01250.041652/2018-52, foi igualmente analisado. No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências do Ofício nº 48788/2018/SEI-MCTIC, de07/12/2018, conforme segue:

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.041652/2018-52	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS	Apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22 E Não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista no <b>caput</b> do art. 24.	Art. 25, inciso II E inciso IV

30. Em consulta ao processo 01250.041652/2018-52, observa-se que a entidade supra citada foi inabilitada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 16149/2019/SEI-MCTIC (SEI 4600304)**, por meio do **Despacho COREC\_MCOM\_RADCOM 4600827**, que entendeu por *"INABILITAR a Associação Comunitária Filhos de Palmeiras, entidade participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras / BA, tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual"*. Após, foi-lhe comunicada a inabilitação, oportunizando-lhe a via recursal, por meio do OFÍCIO Nº 31559/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 4600865), encaminhado através da Correspondência Eletrônica COREC\_MCOM\_DOC\_OUT\_TEMP 4648437. Em razão da inabilitação, não tendo a entidade apresentado recurso, o processo foi arquivado, por meio do **Despacho COREC\_MCOM\_RADCOM 4936953**, sendo a entidade noticiada através do OFÍCIO Nº 46881/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 4937027), encaminhado através da Correspondência Eletrônica COREC\_MCOM\_DOC\_OUT\_TEMP 4995172. Constatase, assim, na presente seleção, a observância ao devido processo legal e aos princípios do **contraditório e da ampla defesa**.

31. Retornando à análise do presente processo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 8044622**, por meio do qual a área técnica atesta que *"a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor"*

32. Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea “a”, da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

33. Com isso, determinou-se, naquela ocasião, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada “*idoneidade moral*”, antes prevista pela sobredita alínea “a” do art. 34 (hoje revogada). Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

34. No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho COREC\_MCOM 9667224**, constatou-se que “*até esta data, não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada*".

35. Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - *que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010* -, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos**:

36. A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

(...)"Art. 38<sup>[2]</sup> .....

*j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"*. (g.n.)

37. No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g’ ‘h’, ‘i’, ‘j’, ‘k’, ‘l’, ‘m’, ‘n’, ‘o’, ‘p’ e ‘q’ da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa” (fls. 1 e 2 da Petição SEI 3217972).

38. Por fim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.**

### III - CONCLUSÃO

39. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações dos itens 20, 25, 27 e 38.**



40. Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.
41. No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.
42. Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis

À consideração superior.

Brasília, 10 de maio de 2022.

TÔNIA LAVOGADE COSTA  
Advogada da União  
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044201201877 e da chave de acesso 5c2539c5

Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 884289188 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA. Data e Hora: 10-05-2022 22:14. Número de Série: 37745437151420413935880047606. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,  
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00946/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.044201/2018-77

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Tônia Lavogade Costa, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Rádio Comunitária Diamante FM, na localidade de Palmeiras/BA.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade.
4. Deste modo e após o devido atendimento das orientações apresentadas nos itens 20, 25, 27 e 38 do PARECER n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Rádio Comunitária Diamante FM, na localidade de Palmeiras/BA, pelo prazo de 10 (dez) anos.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 11 de maio de 2022.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044201201877 e da chave de acesso 5c2539c5

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 884611099 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 11-05-2022 11:20. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00949/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.044201/2018-77**  
**INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM - RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM**  
**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

- 1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
- 2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 11 de maio de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044201201877 e da chave de acesso 5c2539c5

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 884938741 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 11-05-2022 13:26. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.





DESPACHO

Processo nº: 01250.044201/2018-77

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5903457), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/05/2022, às 16:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9864519** e o código CRC **E6034A13**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 9864519



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-0b3f-4ad7-943c-fff35df494b8>

## DESPACHO

**Processo nº:** 01250.044201/2018-77

**Referência:** Parecer Jurídico nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5903457)

**Interessado:** Associação Rádio Comunitária Diamante FM

**Assunto:** Outorga. Consulta Conj. Devolução dos autos

### À CGOU

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5903457), e adoção de providências cabíveis.

Brasília, 11 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 11/05/2022, às 17:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9864575** e o código CRC **7C6BDFE2**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 9864575



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (5903457)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 165

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 14434/2022/MCOM

Brasília, 15 de junho de 2022.

À Senhora

ALINE MARTINS SANTOS

Representante Legal da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** (CNPJ nº 25.372.073/0001-35)

Rua 15 de Janeiro, 167, Centro

46930-000 - PALMEIRAS - BA

**Assunto: PROCESSO nº 01250.044201/2018-77. SANEAMENTO/ RECOMENDAÇÃO DA CONSULTORIA JURÍDICA.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras / BA**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme art. 42 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018: *"O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária"*.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e o que consta no item 25 do Parecer Jurídico n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9863509):

25. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 3º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 23), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3217981 - fls. 1/10). Entretanto, entende-se necessária a retificação do art. 23, §1º, do Estatuto da entidade, uma vez que este define a instituição do Conselho Comunitário em até 30 dias da entrada em funcionamento da rádio, o que contraria a legislação. Esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.

**3.1 Assim, solicita-se que a entidade adeque o Estatuto Social de acordo com a a**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício 14434 (10042180)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 166

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

**recomendação da Consultoria Jurídica deste Ministério bem como, ao que consta no art. 114/115 da Portaria 4334/2015:**

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por representantes de, no mínimo, cinco entidades legalmente constituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho, sendo permitido, neste caso, que uma mesma entidade indique mais de um representante, até totalizar, no mínimo, cinco Conselheiros Comunitários.

§ 4º A entidade autorizada deverá encaminhar cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ de cada entidade que vier a compor o Conselho.

Art. 115. Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I - fiscalizar a programação da emissora;

II - solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III - fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV - realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V - receber reclamações, denúncias e elogios; e

VI - submeter ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

**Código Civil:**

**ASSOCIAÇÕES**

**Art. 54:** Deve estar expressamente previsto:

- a denominação, os fins e a sede da associação;

- os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

- os direitos e deveres dos associados;

- as fontes de recursos para sua manutenção;

- o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos;

- as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;

- a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

**Art. 57:** Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

**Arts. 59 e 60:** As competências privativas da Assembleia Geral, a saber, eleger e destituir os





administradores, aprovar as contas e alteração do estatuto, bem como:

- o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos;
- os critérios de eleição dos administradores;
- a garantia de convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados.

**Art. 61:** As condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio.

**Observação 1:** a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

**Observação 2:** O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

**Observação 3:** A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

**CNPJ:** CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

**CNDA:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

**CNDT:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

**FGTS:** FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

**PGFN:** PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

4. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta intempestiva ou com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício 14434 (10042180)

SEI 01236.044201/2018-77 / pg. 168

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 20/06/2022, às 07:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10042160** e o código CRC **0658F7D1**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 14434/2022/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 10042160



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício 14434 (10042160)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 169

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

### DESPACHO DE DECISÃO nº 596 / 2022

O **SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, inciso XVIII do Anexo VII da Portaria nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2021, atendendo a sugestão proferida pelo Parecer nº 0028/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, convalida o Resultado Definitivo da Fase de Habilitação divulgado por meio do Ofício nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC, constante do processo nº 01250.044201/2018-77, bem como ratifica todos os atos do processo, culminando com o deferimento da pretendida Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária pela **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04 de junho de 2018, na localidade de **Palmeiras/BA**.



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, **Secretário de Radiodifusão**, em 27/07/2022, às 14:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10170584** e o código CRC **71854430**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 10170584



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho de Decisão 596 (10170584)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 170

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



AVISO DE  
RECEBIMENTO

VIA POSTAL  
20/06/2022

DESTINATARIO  
ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM

RUA 15 DE JANEIRO 167,  
CENTRO - PALMEIRAS - BA  
46930-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO  
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN  
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF  
70044-900

YG611717235BR



SERAD/COREC PR 01250044201/2018-77 OF 14434

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º 06/07/2022 13:16 h  
2º 07/07/2022 10:35 h  
3º 11/07/2022 09:20 h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO	
[1] MUDOU-SE	[5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE	[6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO	[7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO	[8] FALECIDO
[9] OUTROS	

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

*[Handwritten signature]*  
20076056

( ) Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico

Reintegrado Ao Serviço Postal Em: 11/07/2022

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

https://portallog.servicosbrasil.com.br/assinatura/aviso-de-recebimento (AR) OF: 14434/2022 (DEVOLVIDO) (10187524)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 171

EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELEGRAFOS

<input checked="" type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO
<input checked="" type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº ENDEREÇO	
INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO	
OU SEU CDD	
REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL	

28 ESCOLHE 100

5c54fa54-033f-4ad7-943c-ff35df494b8





**Correios**

Contrato: 9912556366

Volume: 1/1

CARTA REG AR 04

Peso (g): 100.0

**YG 611 717 235 BR**



AR

Recebedor:

Assinatura:

Documento:

**DESTINATÁRIO**

ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM  
RUA 15 DE JANEIRO 167 CENTRO



16930-000 PALMEIRAS/BA

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO

SPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST

0044-900 BRASILIA/DF

ERAD/COREC PR 01250044201/2018-77 OF 14434



AO REMETENTE



Autenticado eletronicamente, confira com o original

<https://brasil.gov.br/autenticacao/assinatura>

Aviso de Recebimento (AR) OF. 14434/2022 (DEVOLVIDO) (10187524)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 172

5c54fa54-033f-4ad7-943c-ff33d1494b8

## CHECKLIST

Município/UF: Palmeiras/BA – **Para verificação das recomendações da Conjur**

Processo nº: 01250.044201/2018-77 CNPJ: 25.372.073/0001-35

Número de concorrentes: 1 ASSOCIACAO COMUNITARIA FILHOS DE PALMEIRAS - 01250.041652/2018 - ARQDEF

Nome da entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM**Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018****Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018****Canal/Frequência: 285 - 104,9 (9652723)**

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 (CADSEI)
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 1-2 (3775218)
4. Estatuto Social: (10085247) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 1-3 (3217980) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 1-3 (3217983) para o período de 18/07/2018 a 18/07/2022
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 2-8 (3217985)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Aline Martins Santos	PP	140263320523 05/09/93	Wilton de Souza Santos e Sônia Maira dos Santos Martins	058.833.485-56	Não
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles	PP	083334240566 14/06/82	Anatalino Francisco da Silva e Elzenir Araújo de Oliveira	333.585.128-51	Não
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves	Não	114164400515 26/11/85	José Pereira Alves e Eliécia Silva Viana	037.175.865-30	Não
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira	PP	018248030590 15/4/46	Eliezer Martins de Oliveira e Cezaltina Alves de Oliveira	268.424.325-53	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 2-28 (3217986)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. (3217973)

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****11. Estatuto social: (10085247)****11.1 Adequações à Portaria:**abilidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Checklist (1025387)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 173

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 3, 8**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 18**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 19-23**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 17**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 24-25**

### **11.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 3, 4 e 10-11**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 7-8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 29-30**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 27**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 31-32**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 30**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 10-11**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 14-17**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 32**

**OBSERVAÇÕES: 02/08/2022 O Estatuto Social foi adequado conforme recomendação da Conjur.**



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 02/08/2022, às 09:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10258877** e o código CRC **05BBC181**.







# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>25.372.073/0001-35</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>03/08/2016</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>R 15 DE JANEIRO</b>	NÚMERO <b>167</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>	
CEP <b>46.930-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PALMEIRAS</b>	UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(77) 9136-1660</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>04/01/2021</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/08/2022** às **10:13:22** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Consulta Certificados Atualizados (10255537)

SEI 01250:044201/2018-77 / pg. 175

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**CNPJ:**

**25.372.073/0001-35**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 10:14:19 do dia 02/08/2022 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Consulta Certificados Atualizados

Imprimir

Voltar

91250:044201/2018-77 / pg. 176

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 25.372.073/0001-35  
**Razão Social:** ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM  
**Endereço:** RUA 15 DE JANEIRO 167 / CENTRO / PALMEIRAS / BA / 46930-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 29/07/2022 a 27/08/2022

**Certificação Número:** 2022072902214690200880

Informação obtida em 02/08/2022 10:15:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 25.372.073/0001-35  
Certidão nº: 24441153/2022  
Expedição: 02/08/2022, às 10:16:29  
Validade: 29/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.372.073/0001-35**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Consulta Certidões Atualizadas (1025553) - SEI 01250-944201/2018-77 / pg. 178

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM**  
**CNPJ: 25.372.073/0001-35**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:16:45 do dia 02/08/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/01/2023.

Código de controle da certidão: **A1AF.63FD.4437.79A5**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Consulta Certidos Atualizadas (10255537)

SEI 01250-944201/2018-77 / pg. 179

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Associação Rádio Comunitária Diam

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

☒ Situação

todos

▼

☒ Tipo

igual a

▼

Atividade de Inspeção

▼

+

☒ Tipo de inspeção

contém

▼

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

▼

Aline Martins Santos

Adicionar filtro

Campo

Todos

> Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

☒ Tipo

☒ Tipo de inspeção

☒ Identificação da não Outorgada

Adicionar filtro

Opções

Nenhuma informação disponível

Exportar para



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#)
[Atividade](#)
[Tarefas](#)
[Wiki](#)
[Fóruns](#)

### Tarefas

#### Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>		Adicionar filtro	<input type="text" value="Campo"/>	Todos
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>			
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de Inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>			
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="José Augusto Viana Alves"/>			

#### Opções

☒ Aplicar
 ☐ Limpar
 ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para
 [Atom](#)
[CSV](#)
[PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Consulta Fiscaliza (10259764)

SEI 01250-044201/2018-77 / pg. 183

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

#### Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de Inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada

#### Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Consulta Fiscaliza (10259764)

SEI 01250-044201/2018-77 / pg. 184

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="25372073000135"/>

#### Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

#### Filtros

- ☒ Situação todos
- ☒ Tipo igual a Atividade de Inspeção
- ☒ Tipo de inspeção contém Uso do Espectro - Não Outorgado
- ☒ Identificação da não Outorgada todos
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade contém 05863346556

#### Opções

Aplicar Limpar Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Consulta Fiscaliza (10259764)

SEI 01250-044201/2018-77 / pg. 186

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

#### Filtros

- ☒ Situação todos
- ☒ Tipo igual a Atividade de Inspeção
- ☒ Tipo de inspeção contém Uso do Espectro - Não Outorgado
- ☒ Identificação da não Outorgada todos
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade contém 33350512051

#### Opções

✓ Aplicar Limpar Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Consulta Fiscaliza (10259764)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 187

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

#### Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade

#### Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-0336-4ad7-943c-fff35df494b8>

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

26842432553

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 

123054

Lon: 

413509

Raio: 

Raio (km)

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77**.

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM.**

Assunto: **Pesquisas em atendimento às recomendações da Conjur.**

Informo que, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como ‘membro’.**

Em complementação, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10259357).

Por fim, foram renovadas as consultas no sistema de fiscalização FISCALIZA, e até esta data, **não existe**, na localidade de Palmeiras/BA, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada conforme pesquisa em anexo (10259784).

Brasília, 02 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 02/08/2022, às 11:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10259792** e o código CRC **5A58A785**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (10259792)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 191

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 10259792



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (10259792)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 192

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

1. Tendo em vista o posicionamento favorável com recomendações do Parecer nº - 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, 9863509, e o cumprimento das diligências erigidas neste,

**Recomendação Conjur - 20.** Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado pelo OFÍCIO Nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 5064639), sem constar, portanto, a priori, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.

**Justificativa da área - Recomendação atendida conforme Despacho de Decisão 596 (10170584).**

**Recomendação Conjur - 25.** Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 3º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 23), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEIMCTIC - (Doc. SEI nº 3217981 - fls. 1/10). Entretanto, entende-se necessária a retificação do art. 23, §1º, do Estatuto da entidade, uma vez que este define a instituição do Conselho Comunitário em até 30 dias da entrada em funcionamento da 11/05/2022 14:58 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/884289188> <https://sapiens.agu.gov.br/documento/884289188> 5/6 rádio, o que contraria a legislação. Esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.

**Justificativa da área - A entidade foi devidamente notificada por meio do Ofício nº 14434/2022 (10042160), tendo apresentado resposta por meio do protocolo 53115.016554/2022-11 e a análise do novo Estatuto Social consta no checklist (10258877).**

**Recomendação Conjur - 27.** Observa-se, no entanto, que quase todos os diretores, Sra. Aline Martins Santos, Sra. Elizete Araújo da Silva Sá Teles e o Sr. Pedro Martins de Oliveira, são filiados a Partidos Políticos. Assim, solicita-se que a Secretaria, expressamente, analise e ateste que os mencionados membros da Diretoria não exercem atividades políticas vedadas pela legislação..

**Justificativa da área -** foram atualizadas as pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não restando configurada, assim, nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é a de que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro', conforme consta no Despacho COREC\_MCOM (10259792).**

**Recomendação Conjur - 38.** Por fim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.

**Justificativa da área -** em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (10259555) SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 193

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), **conforme consta no DESPACHO COREC\_MCOM (10259357) e consulta Fiscaliza (10259784).**

2. Com base nessas informações e, uma vez que a Consultoria Jurídica deste Ministério no Parecer supracitado entende que, atendidos os requisitos solicitados, o processo deverá seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, deve-se dar prosseguimento ao Processo. Assim, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 03/08/2022, às 09:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 03/08/2022, às 18:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10259935** e o código CRC **64CEAFEB**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (10259935)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 194

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**  
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA  
PORTARIA**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044201/2018-77, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, cuja sede se situa na Rua 15 de Janeiro, nº 167 - Centro, na localidade de Palmeiras, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (1025555)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 195

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8







## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 6337, DE 04 DE AGOSTO DE 2022

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL**, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044201/2018-77, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, cuja sede se situa na Rua 15 de Janeiro, nº 167 - Centro, na localidade de Palmeiras, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO  
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual**, em 05/08/2022, às 16:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10273377** e o código CRC **57715A2D**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 10273377



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Portaria 6337 (10273377)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 197

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Brasília, 04 de agosto de 2022.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual, expediu a Portaria MCOM nº 6337, de 04 de Agosto de 2022, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO  
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual**, em 05/08/2022, às 16:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10273393** e o código CRC **67DCBACC**.



Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 30/08/2022 13:12:54  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 9064021  
**Data prevista de publicação:** 31/08/2022  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

## Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
19849729	PORTARIA MCOM NA 6337.rtf	add74f5cbba411e3 3c892c85f24f2233	9,00	R\$ 350,28
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>8,63</b>	<b>R\$ 350,28</b>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[n.gov.br/recibo.do?idof=9064021](https://n.gov.br/recibo.do?idof=9064021)<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-0a3f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Comprovante Portaria N 6337 (10367096)

SEI 01256:044201/2018-77 / pg. 199

5c54fa54-0a3f-4ad7-943c-fff35df494b8



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 31/08/2022 | Edição: 166 | Seção: 1 | Página: 55

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 6.337, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044201/2018-77, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, cuja sede se situa na Rua 15 de Janeiro, nº 167 - Centro, na localidade de Palmeiras, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Diamante FM.**

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República.**

Haja vista a publicação da Portaria nº 6.337 de 04 de agosto de 2022, no Diário Oficial da União de 31/08/2022, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Diamante FM a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, e em atenção ao disposto no §3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o processo nº 01250.044201/2018-77, acompanhado do ato de outorga, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para providências quanto ao encaminhamento à Presidência da República.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 31/08/2022, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 31/08/2022, às 18:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10368345** e o código CRC **AD118925**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI-MCOM nº 10368345



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (10368345) SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 201

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



BOA TARDE  
Alicionete da Siva Luz

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> **Geral** | internet | teia | menu | ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM							
<b>UF:</b>	BA	<b>Distrito:</b>					
<b>Município:</b>	Palmeiras	<b>Sub Distrito:</b>					
<b>Canal:</b>	285	<b>Local Especifico:</b>					
<b>Fase:</b>	1						
Dados da Entidade							
<b>Entidade:</b>	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM	<b>CNPJ:</b>	25.372.073/0001-35				
<b>Nome Fantasia:</b>	Radio Comunitaria Diamante Fm	<b>Bairro:</b>	Centro				
<b>Logradouro:</b>	Rua 15 de janeiro	<b>Número:</b>	167				
<b>Telefone:</b>	(77) 91361660	<b>Fax:</b>	Não Informado				
<b>Situação:</b>	Entidade não possui débitos						
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Dados da Outorga</b>							
<input type="checkbox"/> <b>Documentos Emitidos</b>							
Atualização de Documentos							
Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	6337	Portaria	MC	04/08/2022	31/08/2022	Outorga	Jur.
Tela Inicial		Imprimir					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8/2018-77 / pg. 202

me:///C:/Users/ALICIO~1.SIL/AppData/Local/Temp/6NA21DDZ.htm

01/09/2022

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Ofício Interno nº 24817/2022/MCOM

Brasília, 1º de Setembro de 2022

À Senhora  
**Renata Machado Moreira**  
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10273393)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6337/2022/SEI-MCOM (8978278), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10273393), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 01/09/2022, às 14:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10371406** e o código CRC **583B6CC3**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 24817/2022/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 10371406



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício Interno 24817 (10371406)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 203

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Brasília, 30 de Setembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual, expediu a Portaria MCOM nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 31/08/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



***Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 25268/2022/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2022, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10427160** e o código CRC **EF5D8E75**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 25268/2022/MCOM - Processo nº 01250.044201/2018-77 - Nº SEI: 10427160



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício 25268 (10427160)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 206

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# MINUTA

\* MINUTA DE DOCUMENTO

Senhor Presidente da República

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 31/08/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Minuta de Exposição de Motivos (10512905)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 207

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



**AVISO:**

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.*

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 19/05/2023, às 11:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 23/05/2023, às 15:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10912909** e o código CRC **87D3B4B7**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

Documento nº 10912909



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Entidade: Associação Rádio Comunitária Diamante FM.

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro das Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 19/05/2023, às 11:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 23/05/2023, às 15:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10912910** e o código CRC **E06C1862**.

### Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (10912909).

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

Documento nº 10912910



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Despacho (10912910)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 209

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Brasília, 25 de maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob o nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 31/08/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/06/2023, às 16:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10924364** e o código CRC **50AE3D91**.



Ofício Interno nº 36446/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (10924364)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC\_MCOM (10912910), encaminha a Exposição de Motivos (10924364), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 30/05/2023, às 16:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10924370** e o código CRC **136FCA1C**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

Documento nº 10924370



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício Interno 36446 (10924370)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 211

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Ofício Interno nº 37228/2023/MCOM

Brasília, 12 de Junho de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10924364)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREC\_MCOM (10912910), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10924364), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Assistente**, em 12/06/2023, às 11:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10948046** e o código CRC **99CA84BB**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

Documento nº 10948046



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício Interno 37228 (10948046)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 212

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Brasília, 14 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob o nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 31/08/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-9d3c-fff35df494b8>

Exposição de Motivos nº 00276/2028-MODM (10959984)

SLP 01250.044201/2018-77 / pg. 214

5c54fa54-033f-4ad7-9d3c-fff35df494b8



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 16240/2023/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.044201/2018-77.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

**ÊNIO SOARES DIAS**  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 15/06/2023, às 11:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10954472** e o código CRC **1F1C4A99**.

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

Documento nº 10954472



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Ofício 16240 (10954472)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 215

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



Brasília, 14 de Junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob o nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 31/08/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 31/08/2022 | Edição: 166 | Seção: 1 | Página: 55

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 6.337, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044201/2018-77, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, cuja sede se situa na Rua 15 de Janeiro, nº 167 - Centro, na localidade de Palmeiras, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.









ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,  
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044201/2018-77  
INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM - RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM  
ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - OUTORGA POR AUTORIZAÇÃO

- EMENTA: I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras/BA**;
- II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito;
- III. Viabilidade jurídica do pedido, **desde que atendidas as recomendações dos itens 20, 25 e 27**, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;
- IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República;
- V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização;
- VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Palmeiras/BA**, com base no Edital nº 118/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.
2. Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão -SERAD concluiu que o feito se encontrava devidamente instruído e que houve outra entidade interessada na presente seleção: A **Associação Comunitária Filhos de Palmeiras**, que foi inabilitada pela não apresentação da documentação necessária, incidindo nas hipóteses previstas no art. 25, incisos II e IV, da Portaria nº 4.334/2015.
3. O resultado prévio da habilitação das entidades foi procedido por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 16142/2019/SEI-MCTIC (SEI 4600073)** e o resultado definitivo foi comunicado à parte através do **OFÍCIO Nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 5064639)**.
4. Através do **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 8044622**, a área técnica afirmou que "**a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**".
5. Assim, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**, a Secretaria concluiu a análise técnica, remetendo os autos para análise desta Consultoria.
6. É o relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

7. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
8. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
9. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
10. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:
- A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

II.2. Legislação aplicável

11. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.
12. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".
13. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "*Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço*".
14. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.
15. Coube à já citada Lei n.º 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, "*são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos*".
16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

*Parágrafo único.* Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioridade dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

17. Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioridade de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM’ SS”, com apenas dois dígitos



inteiros, em que tanto os minutos (MM’) como os segundos (SS”) na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

**Da Instrução**

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

**Do Recurso**

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

**Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária**

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

**II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

agu.gov.br/documento/884289188

https://mitleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



19.

A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o "*Checklist*" (doc. SEI nº 9652952) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**.
20.

Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado pelo **OFÍCIO Nº 1812/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 5064639)**, sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.
21.

Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 112/2018 concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, sendo o pedido da interessada tempestivo, visto ter sido recebido nesta Pasta em 01/08/2019:

3.

O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.
22.

Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.
23.

Impende destacar que, por meio do **Despacho COREC\_MCOM\_RADCOM 3387186**, a área técnica atestou que "*Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Rádio Comunitária Diamante FM, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Palmeiras/ BA**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei Nº 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018*".
24.

Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**:

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 1-2 ( <a href="#">3775218</a> )
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 1-10 ( <a href="#">3217981</a> )
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 ( <a href="#">3217980</a> )
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 ( <a href="#">3217983</a> )
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 2-8 ( <a href="#">3217985</a> )
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 2-28 ( <a href="#">3217986</a> )
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	<a href="#">3217973</a>
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 1-7 ( <a href="#">6496398</a> ) - Despacho COESA_MCOM_ENG <a href="#">8044622</a>
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	( <a href="#">9652751</a> )
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	( <a href="#">9652751</a> )
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	( <a href="#">9652751</a> )
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	( <a href="#">9652751</a> )
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	( <a href="#">9652751</a> )
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	( <a href="#">9667224</a> ) ( <a href="#">9652941</a> )

25.

Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 3º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 23), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3217981 - fls. 1/10). **Entretanto, entende-se necessária a retificação do art. 23, §1º, do Estatuto da entidade, uma vez que este define a instituição do Conselho Comunitário em até 30 dias da entrada em funcionamento da**



**rádio, o que contraria a legislação. Esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.**

26. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist roteiro RadCom (SEI 9652952)*, que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga**. O **Despacho COREC\_MCOM 9652902** também assegura a inexistência dos vínculos:

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.

27. Observa-se, no entanto, que quase todos os diretores, Sra. Aline Martins Santos, Sra. Elizete Araújo da Silva Sá Teles e o Sr. Pedro Martins de Oliveira, são filiados a Partidos Políticos. Assim, solicita-se que a Secretaria, expressamente, analise e ateste que os mencionados membros da Diretoria não exercem atividades políticas vedadas pela legislação.

28. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.

29. A esse respeito, a área técnica afirmou a existência de outras entidades interessadas, no entanto, apontou que estas foram inabilitadas pela existência de vínculo político-partidário:

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço. Assim, o requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS**, constante no processo nº 01250.041652/2018-52, foi igualmente analisado. No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências do Ofício nº 48788/2018/SEI-MCTIC, de07/12/2018, conforme segue:

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.041652/2018-52	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS	Apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22 E Não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista no <b>caput</b> do art. 24.	Art. 25, inciso II E inciso IV

30. Em consulta ao processo 01250.041652/2018-52, observa-se que a entidade supra citada foi inabilitada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 16149/2019/SEI-MCTIC (SEI 4600304)**, por meio do **Despacho COREC\_MCOM\_RADCOM 4600827**, que entendeu por *"INABILITAR a Associação Comunitária Filhos de Palmeiras, entidade participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras / BA, tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual"*. Após, foi-lhe comunicada a inabilitação, oportunizando-lhe a via recursal, por meio do OFÍCIO Nº 31559/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 4600865), encaminhado através da Correspondência Eletrônica COREC\_MCOM\_DOC\_OUT\_TEMP 4648437. Em razão da inabilitação, não tendo a entidade apresentado recurso, o processo foi arquivado, por meio do **Despacho COREC\_MCOM\_RADCOM 4936953**, sendo a entidade noticiada através do OFÍCIO Nº 46881/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (SEI 4937027), encaminhado através da Correspondência Eletrônica COREC\_MCOM\_DOC\_OUT\_TEMP 4995172. Consta-se, assim, na presente seleção, a observância ao devido processo legal e aos princípios do **contraditório e da ampla defesa**.

31. Retornando à análise do presente processo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 8044622**, por meio do qual a área técnica atesta que *"a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor"*

32. Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea “a”, da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

33. Com isso, determinou-se, naquela ocasião, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada *“idoneidade moral”*, antes prevista pela sobre dita alínea “a” do art. 34 (hoje revogada). Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

34. No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho COREC\_MCOM 9667224**, constatou-se que *“até esta data, **não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada**”*.

35. Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - *que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010 -*, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**

36. A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

(...)"Art. 38<sup>[3]</sup> .....  
j) *declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"*. (g.n.)

37. No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g’ ‘h’, ‘i’, ‘j’, ‘k’, ‘l’, ‘m’, ‘n’, ‘o’, ‘p’ e ‘q’ da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa” (fls. 1 e 2 da Petição SEI 3217972).

38. Por fim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.**

**III - CONCLUSÃO**

39. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações dos itens 20, 25, 27 e 38.**



40. Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.
41. No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM (SEI 9652973)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.
42. Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências

cabíveis À consideração superior.

Brasília, 10 de maio de 2022.

TÔNIA LAVOGADE COSTA  
Advogada da União  
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044201201877 e da chave de acesso 5c2539c5

Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 884289188 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA. Data e Hora: 10-05-2022 22:14. Número de Série: 37745437151420413935880047606. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS  
MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00946/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.044201/2018-77

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Tônia Lavogade Costa, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Rádio Comunitária Diamante FM, na localidade de Palmeiras/BA.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade.
4. Deste modo e após o devido atendimento das orientações apresentadas nos itens 20, 25, 27 e 38 do PARECER n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Rádio Comunitária Diamante FM, na localidade de Palmeiras/BA, pelo prazo de 10 (dez) anos.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 11 de maio de 2022.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044201201877 e da chave de acesso 5c2539c5

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 884611099 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 11-05-2022 11:20. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00949/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.044201/2018-77**  
**INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM - RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM**  
**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

- 1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
- 2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 11 de maio de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044201201877 e da chave de acesso 5c2539c5

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 884938741 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 11-05-2022 13:26. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.





# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## NOTA TÉCNICA Nº 4536/2022/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.044201/2018-77.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **Associação Rádio Comunitária Diamante FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Palmeiras/BA**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

### ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 01/08/2018, via CADSEI, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
<b>Associação Rádio Comunitária Diamante FM</b>
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Aline Martins Santos
Vice-Presidente: Elizete Araújo da Silva Sá Teles
Diretor Administrativo: José Augusto Viana Alves
Diretor de Operações: Pedro Martins de Oliveira
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Edson Botelho de Queiroz, S/N - Centro
Coordenadas geográficas: 12°30'54"S de latitude e 41°35'09"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Edson Botelho de Queiroz, S/N - Centro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4536 (5652976)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 1

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 1-2 (3775218)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 1-10 (3217981)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 (3217980)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-3 (3217983)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 2-8 (3217985)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 2-28 (3217986)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	3217973
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 1-7 (6496398) - Despacho COESA_MCOM_ENG 8044622



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4336 (5652976)

SEI 61250.04/2018-77 / pg. 2

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(9652751)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(9652751)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(9652751)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(9652751)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(9652751)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(9667224) (9652941)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço. Assim, o requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS**, constante no processo nº 01250.041652/2018-52, foi igualmente analisado. No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não atendeu às exigências do Ofício nº 48788/2018/SEI-MCTIC, de 07/12/2018, conforme segue:

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.041652/2018-52	<b>ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILHOS DE PALMEIRAS</b>	Apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22 E Não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista no <b>caput</b> do art. 24.	Art. 25, inciso II E inciso IV



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadetrassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4336 (5652975)

SEI 01250.041652/2018-77 / pg. 3

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

6. De acordo com o Despacho COESA\_MCOM\_ENG (8044622), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, visto que para as duas emissoras que estão em Municípios vizinhos foram atribuídos canais distintos (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos (8044619).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Palmeiras/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho 9652902.

## CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 11/04/2022, às 10:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal, em 11/04/2022, às 10:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Outorgas, em 11/04/2022, às 11:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga, em 14/04/2022, às 20:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9652973** e o código CRC **37A37684**.

## Minutas e Anexos

Minutas

## MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



Senhor Presidente da República,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4336 (9652973)

SEI 01250-04/2018-77 / pg. 4

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA  
PORTARIA**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044201/2018-77, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ 25.372.073/0001-35, cuja sede se situa na Rua 15 de Janeiro, nº 167 - Centro, na localidade de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4536 (5652975)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 5

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

Palmeiras, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização rege-se pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

**Referência:** Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 9652973



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeleassinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

Nota Técnica 4556 (9652973)

SEI 01250.044201/2018-77 / pg. 6

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 22 de novembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se da Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob o nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 278 2023 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 22/11/2023, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4758236** e o código CRC **26AD30DB** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4449/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento de exposição de motivos.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 278/2023 MCOM 4758186), do Ministério das Comunicações, referente ao Processo nº 01250.044201/2018-77, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Diamante FM, inscrita no CNPJ sob o nº 25.372.073/0001-35, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeiras/BA.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 23/11/2023, às 21:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4762442** e o código CRC **F6554E7F** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.044201/2018-77

SUPER nº 4762442

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** EM nº 278/2023 MCOM (4758186) e anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

**Assunto:** Processo nº 01250.044201/2018-77, referente à outorga de autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM para explorar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão comunitária em Palmeiras/BA.

**Trâmites:** Despacho DIPUBL/CODOC/DILOG/SA/SE/CC/PR (4758236) para os protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR e CC/PR/FICIO Nº 4449/2023/GM/CC/PR (4762442) para a SE/CC/PR.

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva, caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional, mediante expediente do Ministro de Estado desta Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 27/11/2023, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4768998** e o código CRC **0CD090DF** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 993/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 01250.044201/2018-77.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00278/2023 MCOM, de 14 de junho de 2023, do Ministério das Comunicações.

**ASSUNTO:** Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmeiras/BA.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00278/2023 MCOM (4746584), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.044201/2018-77, acompanhado da [Portaria MCOM nº 6.337, de 4 de agosto de 2022](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, no município de Palmeiras, Bahia, sem direito à exclusividade, para a Associação Rádio Comunitária Diamante FM inscrita no CNPJ sob o nº 25.372.073/0001-35, de acordo com disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária<sup>[1]</sup>.
2. Conforme o disposto no inciso II do art. 9º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, compete ao Ministério das Comunicações expedir ato de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Menciona-se, ainda, que a permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares, conforme destacado na portaria de outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (4746554), de 10/05/2022, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de outorga de autorização.
  - Nota Técnica nº 4536/2022/SEI-MCOM, de 14/04/2022 (4758226), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM)<sup>[2]</sup>, ratificada pela Exposição de Motivos nº 00278/2023 MCOM (4746584), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga de autorização, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, e dos arts. 19 e 20 do Decreto nº 2.615, de 1998.
4. Observa-se, ainda, que os registros administrativos da entidade devem ser mantidos no [Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD](#)<sup>[3]</sup>, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que disponibiliza acesso aos dados do canal (4746575).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 25.372.073/0001-35  
**NOME EMPRESARIAL:** ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DIAMANTE FM  
**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** ALINE MARTINS SANTOS  
**Qualificação:** 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 22/10/2024 às 10:01 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de outorga de autorização; (ii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão<sup>[4]</sup>.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**

Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**

Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

[2] Sucideda pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conform [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[3] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[4] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).





Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 27/02/2025, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 27/02/2025, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 27/02/2025, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6180630** e o código CRC **9973CD96** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 6180630

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.044201/2018-77

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 223 / 2025 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão Outorga de rádio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo nº:</b>	01250.044201/2018-77

Senhora Secretária Especial Adjunta,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.044201/2018-77, com **outorga** expedida por meio da **Portaria MCOM nº 6.337/2022** para exploração do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTE FM**, CNPJ nº 25.372.073/0001-35, na localidade de **Palmeiras/BA**.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [1] e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.
- É o relatório.

## II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial o **ato** do Ministro das Comunicações que **outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, expedido nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.

Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concedente deve publicar comunicado de habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos listados no § 2º do art. 9º da mencionada Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrado; ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço e seja atestada a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade, conforme preconiza o § 3º do art. 9º da Lei nº 9.612/1998. Do contrário, o poder concedente deverá promover o entendimento entre as entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, o Poder Concedente deverá agir nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidir mediante sorteio.

13. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de autorização do serviço ao interessado. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.

14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de outorga.

15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "*o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão [4]. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

19. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

### III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.044201/2018-77, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

DE ACORDO.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

**DANIELA FERREIRA MARQUES**  
Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA**  
Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República  
(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.  
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 17/02/2025, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 17/02/2025, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 17/02/2025, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6428463** e o código CRC **A9A42736** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Carlos Veras  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2022, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Palmeiras, Estado da Bahia.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 230, de 27 de fevereiro de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2022, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Palmeiras, Estado da Bahia.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**MARIA CLARA OLIVEIRA SANTOS**  
Secretária Adjunta de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara Oliveira Santos, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 27/02/2025, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 27/02/2025, às 19:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6468830** e o código CRC **0A52C8C6** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



MENSAGEM Nº 230

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2022, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Palmeiras, Estado da Bahia.

Brasília, 27 de fevereiro de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

ASSINADO DIGITALMENTE  
**LUIZ INACIO LULA DA SILVA**  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6469573) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES  
Supervisora  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais  
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 28/02/2025, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6470030** e o código CRC **1A0E05B2** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 6470030



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 249/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Carlos Veras  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.337, de 4 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2022, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Diamante FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Palmeiras, Estado da Bahia.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 28/02/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6470588** e o código CRC **5DCD7B34** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.044201/2018-77

SEI nº 6470588

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8>

5c54fa54-033f-4ad7-943c-fff35df494b8